

Diário do Legislativo de 30/09/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Ronaldo Magalhães (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Ruy Muniz

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (DEM)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Almir Paraca

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio BPS Presidente
Malheiros

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente
Nogueira

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado Padre PT
João

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Gilberto Abramo PMDB

Deputado Fahim Sawan BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Wander Borges BPS

Deputado André Quintão PT

Deputado Delvito Alves DEM

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília PT Presidente
Ferramenta

Deputado Paulo PT Vice-Presidente
Guedes

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Wander BPS
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca PT
Deputada Maria Tereza Lara PT
Deputado Domingos Sávio BSD
Deputado Doutor Rinaldo BPS
Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva
Deputado Chico BPS Vice-Presidente
Uejo
Deputado Ronaldo BSD
Magalhães
Deputado Sebastião BPS
Costa
Deputado Padre PT
João
Deputado Gilberto PMDB
Abramo
Deputado Delvito DEM
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir Lucas BSD
Deputado Délio Malheiros BPS
Deputado Célio Moreira BSD
Deputado Neider Moreira BPS
Deputado André Quintão PT
Deputado Antônio Júlio PMDB
Deputado Gustavo Valadares DEM

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BPS Presidente
Brandão

Deputado Juninho Vice-Presidente
Araújo

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo Veneroso BPS

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Vanderlei Miranda PMDB

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Adalclever Lopes

Deputado Délio BPS Vice-Presidente
Malheiros

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado DEM

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

Deputado Tiago Ulisses BPS

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BSD

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Delvito DEM
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Eros Biondini BSD

Deputada Gláucia Brandão BPS

Deputado Gilberto Abramo PMDB

Deputado Ruy Muniz DEM

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ruy DEM Presidente
Muniz

Deputado Deiró BSD Vice-Presidente
Marra

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro Silva

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela Reis BPS

Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Juarez BPS
Távora

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Carlos BPS
Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André Quintão PT

Deputado Ivair Nogueira PMDB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fábio BPS Presidente
Avelar

Deputado Sávio PMDB Vice-Presidente
Souza Cruz

Deputado Irani BSD
Barbosa

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio Malheiros BPS

Deputado Adalclever Lopes PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Carlos Gomes PT

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Gustavo DEM Vice-Presidente
Valadares

Deputado Rêmolo BSD
Aloise

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Tiago BPS
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes PMDB

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputado Ronaldo Magalhães BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Wander Borges BPS

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Duarte BSD
Bechir

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputado Adalclever Lopes PMDB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Antônio BPS Vice-Presidente
Carlos Arantes

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Chico BPS
Uejo

Deputado Carlos PT
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Inácio Franco BPS

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputada Cecília Ferramenta PT

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio BSD Presidente
Braz

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente
Magalhães

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Dimas PP
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Pinduca Ferreira PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Rômulo Aloise BSD

Deputado Antônio Genaro BPS

Deputado Elmiro Nascimento DEM

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite BSD Presidente

Deputada Maria PT Vice-Presidente
Tereza Lara

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado Tenente PDT
Lúcio

Deputado Pinduca PP
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Sebastião Costa BPS

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente

Deputado Tosta Walter BSD Vice-Presidente

Deputado Nogueira Ivair PMDB

Deputado Nascimento Elmiro DEM

Deputada Ferramenta Cecília PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Ronaldo Magalhães BSD

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Duarte Bechir BSD

Deputado André Quintão PT

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Valadares Gustavo DEM Presidente

Deputado Diniz Djalma BPS Vice-Presidente

Deputado Barbosa Irani BSD

Deputado Aloise Rêmol BSD

Deputado Adalclever Lopes PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputado Juarez Távora BPS

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Juninho Araújo

Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente PDT Presidente
Lúcio

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado Fábio BPS
Avelar

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Carlos PT
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da Silveira PDT
Jr.

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio Genaro BPS

Deputada Cecília Ferramenta PT

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião BPS Presidente
Costa

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Padre João PT

Deputado Gil Pereira DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Fahim Sawan BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Dimas Fabiano DEM

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

SUMÁRIO

1.1 - 39ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização do Ciclo de Debates "Constituição e democracia - 20 anos da Constituinte Estadual"

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Mesa da Assembleia

3.3 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATAS

ATA DA 39ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 21/9/2009

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Lafayette de Andrada

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - 1º Panel: Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Kemil Kumaira - Palavras do Sr. Presidente - Lançamento de edição da "Revista do Legislativo" - Exibição de vídeo - 2º Panel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Coordenador - Palavras do Sr. José Bonifácio Mourão - Palavras do Deputado Constituinte Agostinho Valente - Palavras do Sr. Vice-Governador do Estado - Palavras do Sr. Eni Carajá Filho - Palavras do Sr. Menelick de Carvalho Netto - Palavras da Sra. Maria Coeli Simões Pires - Homenagens especiais - Palavras do Deputado Constituinte Luiz Vicente Ribeiro Calicchio - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Ademir Lucas - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Braulio Braz - Carlos Gomes - Dalmo Ribeiro Silva - Domingos Sávio - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Gláucia Brandão - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Ademir Lucas, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates "Constituição e democracia - 20 anos da Constituinte Estadual", com o objetivo de destacar a importância do processo constituinte de 1989 no projeto político-democrático do povo mineiro e de comemorar os 20 anos de promulgação da Constituição de 1989.

1º Pannel

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa para o 1º Pannel os Exmos. Srs. Antonio Augusto Junho Anastasia, Vice-Governador do Estado, representando o Governador, Aécio Neves; Desembargador Joaquim Herculano, representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Sérgio Resende; Fernando Antônio Fagundes Reis, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado, Alceu José Torres Marques; Kemil Kumaira, Presidente da ALMG no biênio 1989-1990 e Presidente da Constituinte Estadual de 1989; e Coronel Décio Luiz de Oliveira, representando o Comandante da 4ª Região Militar do Exército, General-de-Divisão José Mario Facioli; a Exma. Sra. Vereadora Luzia

Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e o Exmo. Sr. Conselheiro Wanderley Ávila, Presidente do Tribunal de Contas do Estado.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Coronéis Juiz Rúbio Paulino Coelho, Presidente do Tribunal de Justiça Militar; e Gilberto Cabral Costa, Chefe do Estado-Maior da PMMG; da Exma. Sra. Maria Celeste Guimarães, Auditora-Geral do Estado; dos Exmos. Srs. Belmar Azze Ramos, Defensor Público-Geral; Cel. Alexandre Oliveira, Diretor Institucional do Corpo de Bombeiros, representando o Comandante-Geral dessa instituição, Gilvam Almeida Sá; Raimundo Nonato Cardoso, Prefeito Municipal de Viçosa; e Milton Sales Neto, Prefeito Municipal de Carmo da Mata; da Exma. Sra. Juliana Campos Horta, Professora Mestra de Direito Constitucional, representando a Universidade Fumec; e do Exmo. Sr. José Carlos Gomes Dutra, Prefeito Municipal de Igarapé.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo Coral da Assembleia, sob a regência do maestro Guilherme Bragança e acompanhado pelo pianista Antônio Carlos de Magalhães.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Kemil Kumaira

Exmos. Srs. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Prof. Antonio Augusto Anastasia, Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, neste ato representando o Governador Aécio Neves da Cunha; Desembargador Joaquim Herculano, neste ato representando o Desembargador Sérgio Resende, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; Fernando Antônio Fagundes Reis, Procurador-Geral de Justiça Adjunto, representando o Dr. Alceu José Torres Marques, Produtor-Geral de Justiça do Estado; Cel. Décio Luiz de Oliveira, representando o Gen. Div. José Mário Facioli, Comandante da 4ª Região Militar do Exército; Conselheiro Wanderley Ávila, Presidente do Tribunal de Contas do Estado; Exma. Sra. Vereadora Luzia Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Que minhas palavras nesta solenidade sejam inspiradas pela evocação de um grande poeta, autor de "A vida é sonho", Calderón de la Barca, nos versos seguintes: "Assim cheguei a saber que toda felicidade humana passa, enfim, como um sonho; e quero hoje aproveitá-la no tempo que me durar". Esta é a sensação que conservo, em cristalina recordação, da felicidade que pude experimentar durante os trabalhos da IV Assembleia Constituinte Estadual, ponto culminante dos sete mandatos que tive a honra de exercer nesta Casa. E honra maior não poderia aspirar do que aquela de presidir este Poder Legislativo quando da promulgação de nossa Lei Magna. Sim, aquele foi um sonho plenamente realizado. Ele custou árduo e imenso trabalho de todos: do povo mineiro, aqui presente em tempo integral, dando origem a 10 mil sugestões que foram recebidas e analisadas uma a uma; dos Srs. Deputados, do corpo técnico e do quadro administrativo desta Casa. A felicidade tem muitos rostos, e naquela tarde histórica e luminosa de 21/9/89 sua fisionomia tinha, para todos nós, a face serena e radiante do dever cumprido, ao dar nascimento à "Constituição da Primavera". Não vou estender-me sobre as diferentes fases de elaboração daquele texto constitucional, pois este é tema do ciclo de debates que será realizado hoje neste Plenário, sob a coordenação do Deputado Lafayette de Andrada, na mesa-redonda sobre Constituição e democracia - 20 anos do processo constituinte mineiro. E nesta Mesa teremos a satisfação de rever pessoas tão queridas e que viveram tão intensamente o processo constituinte de 1988 e 1989, como o caro Vice-Governador Antonio Augusto Anastasia, professor emérito e colaborador direto dos trabalhos constituintes; o dileto amigo Bonifácio Mourão, relator da IV Constituinte Mineira; essa alma "mater" e Coordenadora-Geral da Constituinte, a Profa. Maria Coeli Simões Pires; o Prof. Menelick de Carvalho Neto, coordenador técnico da IV Constituinte Mineira, que nos emprestou o seu saber jurídico e que hoje dedica, com todo mérito, a sua cátedra à Universidade de Brasília; e a pessoa de exemplar cidadania que é Eni Carajá Filho, Presidente do Comitê Popular na Constituinte de 1989. Por seu intermédio, homenageio a todos os parlamentares, servidores e representantes da sociedade civil que viveram aquela jornada histórica de reconstrução do Estado Democrático de Direito de Minas Gerais. Gostaria de manifestar ao Deputado Lafayette de Andrada, Coordenador da Comissão Extraordinária dos 20 Anos de Constituição do Estado de Minas Gerais, minha profunda admiração pelo trabalho realizado, em cumprimento que estendo à Mesa da Assembleia na pessoa do caro Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho, essa grande liderança política do tempo presente. Ao visitar a página deste evento na internet, fiquei maravilhado com a qualidade da documentação histórica ali reunida, com depoimentos em vídeo e em áudio, com acervo de todo o material de trabalho da IV Constituinte Mineira, com sua memória fotográfica, enfim, um trabalho de alta classe, que merece nosso aplauso e reconhecimento. Portanto, as palavras que devo dizer nesta celebração cívica são de agradecimento a uma memória que fez história e que, viva, se transporta ao presente e se projeta no futuro. Aquele processo constituinte mineiro foi, de fato, como já disse em outras ocasiões, um momento mágico. Era o vibrante reencontro da sociedade civil com a representação política, em esforço conjunto para dar nova forma à vida republicana e democrática entre nós, após o longo e rigoroso inverno do arbítrio e do autoritarismo.

A primavera é símbolo da vida. Aqui, também, renascem hoje sonhos de futuro. Que eles sejam capazes de dar continuação à construção de uma sociedade mais equilibrada, mais humana, mais justa e mais feliz. São os votos que transmito aos Deputados da atual legislatura, empenhados em adaptar a Carta de 1989 às novas diretrizes da Constituição Federal, que estão realizando, com esse objetivo, um trabalho intenso e, novamente, em estreita articulação com a sociedade civil.

Todo sonho que se realiza, hoje o sei, é a face oculta da felicidade revelando-se diante de nós. Que o território do futuro seja, pois, povoado de sonhos felizes e realizados. É o que desejamos a todos. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Antonio Augusto Anastasia, Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, representando o Exmo. Governador Aécio Neves da Cunha; Desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, representando o Desembargador Sérgio Resende, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; Fernando Antônio Fagundes Reis, Procurador-Geral de Justiça Adjunto, representando o Dr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Cel. Décio Luiz de Oliveira, representando o Gen.-Div. José Mário Facioli, Comandante da 4ª Região Militar do Exército Brasileiro; Conselheiro Wanderley Ávila, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; Exma. Sra. Vereadora Luzia Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Sras. Deputadas e Srs. Deputados, parlamentares constituintes que nos honram e engrandecem este momento com a presença ilustre. Queria fazer uma saudação ao corpo técnico de funcionários da Casa, na pessoa do Sr. Eduardo Moreira, Diretor-Geral, e na de José Geraldo Prado, Secretário-Geral, por intermédio deles saúdo a presença dos ex-Diretores-Gerais e ex-Secretários-Gerais da Mesa, enfim, todos os que construíram e constroem a bela história do Parlamento mineiro.

Vinte anos depois de promulgada a Constituição de 1989, seus efeitos positivos se fazem sentir em todas as instâncias públicas do Estado, particularmente no âmbito desta Casa.

No decorrer da semana passada, as comissões permanentes da Assembleia Legislativa promoveram nada menos do que 10 audiências públicas

e 3 visitas, para colher informações, ouvir denúncias, reunir subsídios para ações legislativas e encaminhar proposições sobre diversos assuntos de interesse da população. Estiveram em pauta temas como o ensino nas escolas públicas, regionalização da saúde, alimentação para a população de baixa renda, violação dos direitos humanos, situação das rodovias e do transporte interestadual, preservação do meio ambiente, incremento do turismo, políticas públicas para a juventude, incentivo a atividades culturais e autonomia da Defensoria Pública do Estado.

As reuniões foram realizadas nas dependências da Casa, em um bairro da Capital e nas cidades de Contagem, São João del-Rei, Passa-Quatro, Aiuruoca, Medina e Teófilo Ottoni, localizadas nas regiões Central, Sul, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri.

Na semana que estamos iniciando, o Parlamento realiza, por meio das comissões permanentes, outras 10 audiências públicas, 5 delas no interior do Estado, além dos eventos comemorativos dos 20 anos da Constituição de 1989, e ainda sedia o Encontro da Região Sudeste, para discutir o Plano Nacional de Educação, e o Seminário Regional Sudeste da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização do Congresso Nacional, para debater a proposta do Orçamento da União para 2010.

Esse breve relato tem por objetivo mostrar que a Assembleia se dedica, rotineiramente, ao estudo e ao debate dos mais variados temas, em todas as áreas do Estado, buscando atender às necessidades dos diversos segmentos da sociedade. Podemos afirmar, com toda segurança, que a eficiência e abrangência das ações deste Parlamento, que o tornaram modelo para diversas Casas Legislativas do País, decorrem, em boa parte, do processo de elaboração e de implementação da Carta Constitucional de 1989. Para dar conta das mudanças políticas e sociais reivindicadas naquele momento histórico – na esteira da Constituição Federal de 1988 e das demandas reprimidas durante o regime militar –, a Assembleia precisava dar um salto de qualidade, porque também estava manietada pelas restrições impostas à função legislativa. E assumiu, com lucidez, a tarefa de revigorar o sentido da representação política.

Uma das inovações mais importantes do Texto Constitucional de 1989, que é a ampliação dos mecanismos de participação popular na elaboração das políticas públicas, foi incorporada pela Casa como eixo condutor de suas ações. Todavia, para isso, precisava aparelhar-se. Investiu, então, em sua estrutura administrativa, na informatização, na criação de gerências especializadas para assessorar o processo legislativo, na ampliação e no fortalecimento das comissões permanentes, na capacitação dos servidores, principalmente por meio de concursos públicos, na criação de espaços de reflexão e especialização.

A capacidade que a Assembleia tem hoje de responder às múltiplas questões que lhe chegam resulta dessa evolução organizacional, fundada na modernização dos processos administrativos e legislativos e no suporte de um corpo técnico sintonizado com as peculiaridades e os propósitos da Casa. Formalizando diretrizes constitucionais, o Parlamento ampliou substancialmente a interlocução com a sociedade, por meio de audiências e debates públicos das comissões permanentes, seminários, fóruns técnicos e ciclos de debates, visitas e encontros no interior do Estado, além da criação da Comissão de Participação Popular, iniciativas que tiveram inegável contribuição no aprimoramento do processo legislativo.

Muitas leis estaduais, políticas públicas, órgãos relevantes no âmbito do Legislativo e do Executivo e decisões governamentais foram implementadas a partir de discussões e propostas apresentadas nesses eventos, realizados sempre em parceria com outros poderes públicos e entidades representativas da sociedade. A própria Assembleia teve ampliada a estrutura de seu processo legislativo a partir de proposições surgidas nesses eventos. Para atender a demandas recorrentes e à necessidade de dar maior cobertura a determinados setores, foram criadas pela Casa mais quatro comissões permanentes: de Turismo, Indústria e Comércio; de Segurança Pública; de Cultura; e de Minas e Energia. As condições de que dispõem as comissões permanentes e as demais instâncias legislativas deste Parlamento, assim como a forma criteriosa e democrática com que analisam os temas em pauta, sempre com a contribuição de especialistas e a participação de representantes dos setores interessados, permitem-nos afirmar que as leis aqui aprovadas primam pelo rigor e pela legitimidade.

Cumpre-nos lembrar, neste momento, que a modernização, a eficiência, a qualidade das leis, enfim, os avanços que tornaram a Assembleia de Minas uma referência para outros Legislativos, devem-se à dedicação, à sensibilidade, ao espírito público, à capacidade de negociação e diálogo dos Deputados constituintes, muitos dos quais nos honram hoje com sua presença, e também aos parlamentares e às Mesas das legislaturas subsequentes.

Foi esse grupo de idealistas, de construtores do futuro, que, representando os anseios da população mineira, plantou as sementes do fazer político maduro que caracteriza hoje este Parlamento. Na pessoa do Deputado Kemil Kumaira, Presidente desta Casa quando a Carta de 1989 foi promulgada, e na do Deputado Bonifácio Mourão, relator da Comissão Constitucional, agradecemos e homenageamos a todos os parlamentares que tornaram possível aquele sonho.

Não poderíamos deixar de agradecer e homenagear também a todos os servidores da Assembleia que, com empenho e competência, deram o suporte necessário aos trabalhos constituintes. Da mesma forma, agradecemos a todos os representantes da sociedade e de outros poderes públicos que deram sua contribuição naquele momento histórico, entre eles o Consultor Antonio Anastasia, hoje Vice-Governador do Estado, que também nos honra com sua presença.

As comemorações dos 20 anos da Constituição de 1989 nos incitam a computar os avanços institucionais ocorridos nesta Casa e nos demais poderes públicos do Estado, mas também ensejam uma reflexão sobre possíveis lacunas ou extemporaneidades em nosso ordenamento jurídico. A mais evidente delas, em nosso entendimento, é o restrito espaço deixado à competência legislativa estadual.

Não mais se justifica, nos tempos atuais, a excessiva concentração de poderes no âmbito da União. As múltiplas realidades regionais, socioeconômicas e culturais que diferenciam os Estados brasileiros recomendam que eles tenham mais autonomia na formulação das leis, o mesmo valendo para os campos administrativo e financeiro.

Estamos, na condição de Presidente do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas, concluindo nossa gestão com o resgate histórico de ampliação da atuação legiferante dos Parlamentos estaduais, com a apresentação de emendas à Constituição da República, junto ao Congresso Nacional, para que se estabeleça o necessário equilíbrio entre as unidades federativas. Esta proposta traduz um anseio geral dos Poderes Legislativo e Executivo dos Estados e Municípios brasileiros.

Ao encerrarmos estas considerações, fazemos um agradecimento especial ao Deputado Dinis Pinheiro, 1º-Secretário desta Casa, que, com sua visão e descortino, é o autor do requerimento que deu origem à celebração e programação dos 20 anos da Constituição mineira, iniciativa apoiada integralmente pela Mesa, em razão de sua relevância histórica.

É importante, para todos nós, lembrar que Minas Gerais foi o primeiro Estado a ter uma nova Constituição menos de um ano depois da promulgação da Carta Federal de 1988, denominada Constituição Cidadã. Resgatar a memória do Texto mineiro de 1989, para nós a Constituição-compromisso, é renovar o pacto pela reafirmação dos ideais democráticos.

Agradecemos às autoridades que prestigiam esta solenidade, aos expositores e a todos os presentes, com a expectativa de que a comemoração dos 20 anos da Carta Constitucional mineira nos motivem a continuar trabalhando pelo bem comum, pela construção de uma sociedade mais próspera e justa. Muito obrigado.

Lançamento de Edição da "Revista do Legislativo"

O locutor - Neste momento fazemos o lançamento oficial de edição comemorativa da "Revista do Legislativo", que reúne uma série de artigos e reportagens que analisam o processo constituinte em Minas Gerais e os 20 anos da Constituição mineira, sob os enfoques histórico, jurídico, político e sociológico. Destaca também aspectos das transformações institucionais pelas quais a ALMG passou e vem passando desde então. Foram ouvidos diversos atores envolvidos no processo, ao longo destes 20 anos. Os presentes receberão um exemplar da revista ao final da reunião.

Exibição de Vídeo

O locutor - Neste ciclo de debates, a ALMG apresenta a programação de projetos e ações comemorativas dos 20 anos da Constituição mineira, que iremos conhecer agora com a exibição de um vídeo institucional produzido pela TV Assembleia.

- Procede-se à exibição do vídeo.

2º Painel

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa, para o 2º painel, os Exmos. Srs. Antonio Augusto Junho Anastasia, Kemil Kumaira e José Bonifácio Mourão, Subsecretário de Obras Públicas da Secretaria de Transportes e Obras Públicas e relator da Constituição Estadual de 1989; a Exma. Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária Adjunta de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, ex-Secretária-Geral da Mesa da ALMG e Coordenadora-Geral do processo constituinte estadual de 1989; e os Exmos. Srs. Menelick de Carvalho Netto, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília e Coordenador Técnico do processo constituinte estadual de 1989; Eni Carajá Filho, Gerente de Apoio ao Conselho de Saúde, da Secretaria de Saúde de Betim, e Presidente do Comitê Popular na Constituinte de 1989; e Deputado Lafayette de Andrada, coordenador da Comissão Extraordinária dos 20 Anos da Constituição do Estado de Minas Gerais e coordenador dos trabalhos.

Palavras do Sr. Coordenador

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho; Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Constituinte, Deputado Kemil Kumaira; Exmo. Sr. Antonio Anastasia, Vice-Governador de Minas Gerais, representando aqui o Governador do Estado; demais autoridades, senhoras e senhores parlamentares constituintes de 1989, Deputados, minhas senhoras e meus senhores, uma palavra muito rápida antes de iniciarmos este ciclo de debates. Por determinação do nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, em atenção a requerimento do 1º-Secretário, Deputado Dinis Pinheiro, a Assembleia criou a Comissão dos 20 Anos, incumbida de realizar as comemorações dos 20 anos da Constituição mineira, mas, mais que isso, uma homenagem cívica aos ideais de liberdade que nortearam os trabalhos dos ilustres constituintes de 1989.

Neste momento, cumpre também, além de fazer essa justa homenagem ao grandioso trabalho feito pelos constituintes, rememorar, aproveitando o ensejo, os nossos ancestrais que também construíram a história constitucional do Estado de Minas Gerais.

Apenas para lembrar, a primeira Constituição mineira foi elaborada logo no início da República, quando os brasileiros adotaram um regime inspirado no grande irmão do Norte. A primeira Constituição mineira foi promulgada em 1891, tendo sido relator o Senador mineiro Afonso Pena. Após a Revolução de 1930, houve a Constituinte Nacional de 1934, e Minas Gerais, mais uma vez, promulgou sua Constituição, tendo sido àquela época relator o Deputado Milton Campos, posteriormente Governador de Minas e Senador. Em 1947, após a era Vargas, novo processo constituinte, e, em 1947, é promulgada a Constituição de Minas, tendo sido seu relator o Deputado Tancredo Neves.

Em 1967, no período militar, não tivemos Constituinte, mas, por força de um decreto federal, determinou-se que todos os Estados refizessem a sua Constituição. O anteprojeto foi apresentado pelo próprio Poder Executivo, mas a Assembleia, com seus Deputados eleitos, reuniu-se para fazer a adaptação da Constituição mineira. Na ocasião, o relator do projeto foi o Deputado Bonifácio de Andrada. Finalmente, a nossa atual Constituição - como disse o Presidente: Constituição da Primavera -, cujo relator foi o Deputado Bonifácio Mourão.

Antes de iniciar o ciclo de debates, gostaria de parabenizar, de maneira muito efusiva, o labor dos senhores constituintes, aqui presentes. Quero dizer que Minas agradece e muito deve ao trabalho dos senhores. Parabéns.

Para resumir aquele momento, que era de liberdade, de grandes inspirações, mas, obviamente, de grandes lutas, pois lutas houve, lutas mentais, ideológicas, de interesses, quero terminar com uma frase de um pensador argentino, González Pecotche: "A alegria do triunfo não existiria se não houvesse a luta, porque, sem a luta, não há possibilidade de vencer". Parabéns a todos os senhores. Muito obrigado.

Com a palavra, o Sr. José Bonifácio Mourão.

Palavras do Sr. José Bonifácio Mourão

Exmos. Srs. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Antonio Anastasia, Vice-Governador de Minas Gerais, nosso ex-assessor; Sr. Kemil Kumaira, nosso Presidente da Assembleia Constituinte, em cuja pessoa queremos cumprimentar os demais integrantes da Mesa; prezadas Deputadas e prezados Deputados; Deputados e Deputadas constituintes, nossos colegas da época, que tanta alegria nos dão com sua presença; corpo técnico da Assembleia, da nossa época e de hoje; Deputado Dinis Pinheiro, 1º-Secretário da Assembleia; meus companheiros e amigos de Governador Valadares que aqui se encontram; Vereadora Dilene Dileu; Vereador Darly Alves; minha distinta esposa Sandra; senhoras e senhores, ouvimos com muita atenção as palavras dos oradores que nos antecederam. Queremos relembrar um pouco os nossos trabalhos, com o cargo honroso de relator da quarta Constituição do Estado de Minas Gerais. Ouvimos, nas palavras do ex-Deputado Kemil Kumaira, um ligeiro histórico dos nossos trabalhos à época da Constituição. E, nas palavras do atual Presidente da Assembleia, Deputado Alberto Pinto Coelho, o quanto essa Constituição mudou Minas Gerais. Podemos recordar com os senhores aqueles trabalhos: tendo sido promulgada, em 5/10/88, a Constituição Federal, no dia seguinte, nós, os 77 Deputados constituintes, já nos preparávamos para elaborar o texto da quarta Constituição mineira. Aqui fizemos várias reuniões, sempre com a participação do nosso Presidente, Deputado Kemil Kumaira, e elegemos nossa Comissão Constitucional, tão bem presidida pelo saudoso Deputado Camilo Machado, cuja filha está presente. Passamos a trabalhar uma média de 15, 16, até 18 horas por dia, chegando a emendar com a noite, de forma que elaboramos o texto da Constituição e a promulgamos no dia 21/9/89.

Quando saímos pelo interior para colher sugestões para o texto da Constituição, não sabíamos que estávamos plantando uma semente que hoje a Assembleia colhe. Ao realizarmos audiências públicas em diversas partes do Estado de Minas Gerais, buscando sugestões do povo mineiro, ao mesmo tempo, fazíamos apurações importantes, relativas, por exemplo, a denúncias, e procurávamos, por meio das audiências

públicas, fazer com que o povo do interior participasse, cada vez mais, da vida do nosso Estado, principalmente de sua vida legislativa. Recebemos cerca de 10 mil sugestões para o texto da Constituição mineira.

Começamos pela primeira visita, que foi à primeira Capital do Estado de Minas Gerais, nossa querida Ouro Preto, onde tive a honra de estudar como interno no Colégio Arquidiocesano. Vejam vocês meu prazer em encontrar ali, naquela cidade, meu professor de Português, o Pe. Mendes, irmão de Sebastião Mendes Barros - a D. Iêda está presente. Lá estávamos como relator da Constituição, na presença do nosso professor de Português, o grande Pe. Mendes. E ali começamos a colher as sugestões e a verificar cada vez mais as diversas Minas Gerais, cada uma com a sua manifestação. Ouro Preto, por exemplo, tinha uma vida completamente diferente, mais ligada ao turismo e à cultura do que o Triângulo Mineiro, Governador Valadares e tantas outras regiões voltadas para a agropecuária. O Norte de Minas, o Oeste, o Sul, enfim, cada região trouxe sugestões de acordo com o que representava. Procuramos condensá-las e formar o texto inicial da Constituição do Estado de Minas Gerais. Depois partimos para diversas emendas, com duas fases distintas para apreciação: 1º e 2º turnos. Todos nós, 77 Deputados, tivemos de trabalhar intensamente com milhares e milhares de emendas. Como bem disse o Deputado Kemil Kumaira, foi sem dúvida um dos momentos mais importantes da história do Legislativo de Minas Gerais. Tivemos, conforme enunciei aqui o Deputado Lafayette de Andrada, ao longo da nossa história, quatro Constituições. Como enumeraram os que nos antecederam, contamos com pessoas de extrema projeção neste Estado e neste país, e duas delas chegaram à Presidência da República. Vejam vocês a importância de que se revestiram os constituintes ao elaborarem o texto máximo da lei neste Estado. E conseguimos.

Como foi comentado em todo o Brasil, elaboramos a melhor Constituição entre as de todos os Estados membros deste país, porque trabalhamos juntos e com o mesmo ideal. Aqui, no texto e no trabalho, não havia partidatismo. O interesse maior era trazer para Minas Gerais uma constituição que fosse a Constituição Compromisso, nome que recebeu, e ela era, verdadeiramente, um compromisso com o desenvolvimento deste Estado. E nós podemos destacar todas as figuras que tanto nos ajudaram à época da Constituição. Obviamente não é possível citar todos os nomes - tantos deles aqui presentes - mas não posso omitir os nomes dos nossos assessores.

Quero saudar todos a partir do nome de uma das pessoas que mais trabalhou na assessoria dessa Constituição: Maria Coeli, que, realmente, como Secretária-Geral da Mesa, na época nos mostrou impressionante capacidade de trabalho, e os constituintes todos aqui são testemunhas disso.

A seguir, tenho de citar o nosso Vice-Governador. Na época, como devem se lembrar, ele era um rapazinho de menos de 28 anos. Ficamos conhecendo-o - conto isto com o maior orgulho - por meio da nossa prima Célia Barroso, que estava aqui até este instante e era colega dele de escritório de advocacia. Ele era também funcionário da Fundação João Pinheiro. Naquela época, a Célia procurou-me e me disse: "Você está neste cargo agora. Tenho um colega de turma e de escritório que poderá ajudá-lo muito". Perguntei como era essa pessoa. Ela me traçou o perfil dele. Perguntei se ele era da Fundação João Pinheiro. Pedi que ele viesse ao meu gabinete. Então o conheci, e conversamos no máximo meia hora. Procurei o Presidente Kemil Kumaira e lhe disse: "Sr. Presidente, preciso que esse rapaz seja requisitado para nos ajudar na Constituição". Ele o requisitou. Ali nasceu um dos maiores homens públicos da atualidade no Brasil - não é só de Minas Gerais, não: Antonio Augusto Junho Anastasia. Anastasia, eu já disse, em uma das saudações que lhe fiz - e os Deputados constituintes são testemunhas disso -, que a única indicação que você teve na vida talvez tenha sido a da Célia, que me indicou seu nome, porque, daí para a frente, foi convocado sucessivamente para ocupar diversos cargos neste Estado e em Brasília. Preciso saudar também o Menelick de Carvalho, que está ali presente, um dos brilhantes colaboradores. Vejo ali a Natália, a Eliane e tantos outros que trabalharam intensamente conosco, além dos Deputados, cada um em sua área, encarregados da educação, da saúde, do meio ambiente, da cultura, do esporte e do lazer, da segurança pública, do Ministério Público, do Judiciário e assim por diante.

Condensamos todo aquele trabalho e produzimos esta Constituição que hoje comemora 20 anos. Falei, assim como os Deputados e os Presidentes Kemil Kumaira e Alberto Pinto Coelho, que a Constituição mudou este Estado. E mudou mesmo. Aqui estão as balizas para uma série de avanços que o Estado de Minas Gerais teve depois da Constituição de 1989, em todos os sentidos. Podemos começar pela Assembleia Legislativa, conforme destacou o Presidente Alberto Pinto Coelho. As comissões permanentes se tornaram muito mais fortes. Antes da Constituição de 1989, as comissões, na verdade, eram apagadas. Constituíam a alma da Assembleia, desenvolviam um trabalho permanente, mas ninguém dava importância para as comissões permanentes desta Casa. Aliás, quase nenhum Deputado queria ir para comissão permanente. Se ficasse em comissão permanente, perdia a eleição seguinte, porque não havia divulgação de nada. Era um trabalho extremamente importante que não era suficientemente valorizado. Depois, a Constituição deu força especial às comissões permanentes. A comissão permanente hoje tem poder deliberativo em uma série de matérias. Isso está na Constituição mineira. A comissão tem poder para convocar Secretários de Estado para virem aqui prestar esclarecimentos. O Secretário que não prestar informações à comissão pode incorrer em crime de responsabilidade e é passível de ações de responsabilidade de modo geral. A Constituição, na área do Legislativo, criou a comissão permanente para o recesso parlamentar; aliás, a comissão transitória para o recesso parlamentar.

E assim foi avançando, com as audiências públicas mencionadas aqui. Tudo isso está no texto da Constituição. Também podemos nos lembrar de uma série de outros avanços, por exemplo, no Poder Judiciário, que foi o quinto constitucional, constante no texto da Constituição do Estado de Minas Gerais. Da mesma forma, a reivindicação da OAB, Seção Minas Gerais, com a indicação de um representante da classe dos advogados e outro do Ministério Público para integrar o Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Os Juizes passaram a ter a obrigação de fazer um relatório bimestral dos seus trabalhos, para evitar a morosidade do Judiciário, de modo geral. O Juiz que não aceitasse a sua nomeação para essa ou aquela comarca certamente iria perder o direito à nomeação para o cargo, o que não acontecia anteriormente, quando o indicado para a comarca podia recusá-la, a comarca ficava sem Juiz, e assim o tempo ia passando.

No Poder Judiciário, a nomeação por antiguidade não tinha uma norma balizadora. Dessa forma, só se podia recusar o Juiz pela antiguidade se houvesse dois terços de votação do Tribunal de Justiça. E, assim, a Constituição foi balizando os diversos Poderes, dando uma força maior ao Ministério Público. Aliás, força que adveio do texto da Constituição Federal; e a nossa Constituição Estadual ainda acrescentou mais força ao Ministério Público.

Na área da educação, foram muitos os avanços, não é mesmo, Maria Elvira? Você que tomou conta dessa área, juntamente a outros colegas nossos da época da Constituição. Quantas portas nós abrimos, a começar pela educação infantil, que tornou as creches obrigatórias no ensino até os 6 anos. Isso não havia antes. Essas coisas precisam ser lembradas para sabermos o quanto essa Constituição mudou o Estado de Minas Gerais. É preciso parar para pensar nisso.

A escola integral e a integrada que hoje existem estão avançando muito na educação no Estado. Elas são fundamentais e também estão aqui, no texto da Constituição de Minas Gerais. Da mesma forma que a eleição de Diretor de escola e a seleção competitiva interna, que são meios democráticos de conduzir a pessoa à direção de uma escola.

Na parte funcional, o que hoje o nosso Vice-Governador Anastasia ajudou a aplicar neste Estado é a avaliação de desempenho do servidor público. Antes da Constituição mineira, as promoções eram, de modo geral, por antiguidade do servidor público, mas, após o balizamento que fizemos, o governo atual acrescentou a avaliação por desempenho. Quanto isso tem estimulado os servidores públicos de Minas, de um modo geral! Depois, mais adiante, falaremos sobre as conquistas do servidor público no texto da Constituição mineira.

É preciso lembrar também que existe a Constituição Federal, que é o poder originário, e a nossa Constituição, que é o poder derivado. Na nossa Constituição, acrescentamos várias conquistas já adquiridas no texto da Constituição Federal, como é o caso da alimentação escolar, que

passou a ser obrigatória desde a Constituição Federal, mas também acrescentamos outras, entre elas o fornecimento de material escolar aos alunos mais carentes. Vejam como a nossa Constituição foi ajudando a área da educação.

Digo isso apenas para lembrar que isso está ou estava - já que a Constituição já sofreu muitas emendas - no art. 195, inciso VI, parágrafo único, que diz que o ensino fundamental é obrigatório até para maiores de idade, ou seja, até para aqueles que já passaram da idade escolar, num combate permanente ao analfabetismo neste Estado.

Da mesma maneira, o atendimento educacional especializado ao portador de deficiência, a que a Constituição não dava a importância devida, encontra hoje vários estabelecimentos abertos nessa direção. Muito se transformou nesse aspecto.

Essa Constituição também trabalhou muito na área da saúde. Os Deputados constituintes, os meus companheiros da época e os nossos assessores se lembram bem de que a Constituição Federal, poder originário, estabelecia o percentual mínimo de 25% para a educação. Daí para frente, ela só dava abertura para a ciência e a tecnologia - 3% nos Estados - e proibia qualquer outra vinculação. A saúde em Minas Gerais estava caótica, e nós, Deputados, não tínhamos meios de estabelecer um percentual para a saúde, porque a Constituição Federal, com muita procedência, proibia vinculações de modo geral. Por que digo que foi com muita procedência? Porque, se ela desse abertura para vinculações, os Governadores, os Prefeitos, depois, em suas leis orgânicas, ficariam totalmente amarrados, com todos os recursos vinculados. Se quisessem aplicar os recursos nesta ou naquela situação, não poderiam, porque estaria tudo preso. Até hoje, vemos isto: os Municípios estão na maior dificuldade, às vezes por causa da folha de pagamento, dos 25% da saúde. Com os 15% que há agora, pela lei complementar, esse percentual vai a 90%. Daí a pouco, vai a 95%, e o Município fica praticamente sem nada para aplicar. Se tivéssemos feito as vinculações, se houvesse mais abertura para vinculação naquela época, certamente teria sido um desastre. A Constituição Federal se esqueceu, a nosso ver, na época, de colocar um percentual para a saúde. Por isso, até hoje, sofremos as consequências: a saúde está em situação caótica no País inteiro, e talvez um dos motivos seja este: a Constituição Federal, na época, não estabeleceu um percentual obrigatório para a saúde, como o fez para a educação.

O que fizemos aqui, em Minas? Depois de bater muito a cabeça - os nossos colegas se lembram disso - e de debater bastante com a nossa assessoria, colocamos um artigo na Constituição que diz: "O Estado não pode destinar à saúde menos do que destina ao transporte e ao sistema viário". Na época, apuramos que o Estado destinava ao transporte e ao sistema viário mais ou menos 10% do seu Orçamento. Foi pena que o Governador da época não aplicou o que escrevemos na lei máxima do Estado.

Já estão me avisando que só me restam 5 minutos. Eu poderia, ao longo da palestra, recordar com os senhores muitas histórias, mas preciso ser mais objetivo.

Na área da segurança pública - os senhores se lembram - não existia a chamada defesa social. Então inserimos um capítulo sobre a defesa social. Quando nosso Vice-Governador foi nomeado Secretário de Defesa Social - ele deve se lembrar -, enviei-lhe um telegrama, dizendo: "O senhor, quando me sugeriu aquele texto sobre defesa social, já deveria estar sabendo que seria o Secretário". Hoje, com a defesa social - vejam os senhores -, temos a Polícia Judiciária, que é a Polícia Civil, e a Polícia Militar. A Polícia Civil foi elevada à condição de função essencial da Justiça - inserimos isso no texto da Constituição -, e a Polícia Militar ficou na área de policiamento preventivo específico. Ambas foram elevadas, no Texto Constitucional, a instituição, o que não acontecia até então. A defesa social passou a atuar não somente na área de crimes e contravenções, como fazia na época, mas atingiu também a defesa civil, nos casos de calamidades públicas de um modo geral. Isso tem servido muito. O governo atual, por exemplo, por meio da defesa civil, está distribuindo até hoje um recurso de mais de 50 milhões destinado àqueles Municípios que tiveram grandes problemas com enchentes, com chuvas pesadas, e assim por diante. Isso está previsto na Constituição do Estado de Minas Gerais para a defesa civil. Além disso, houve também a integração social, trazendo os menores carentes para uma assistência maior neste Estado, e assim por diante. Eu falaria também sobre a assistência social, sobre os avanços ocorridos na área do meio ambiente. Os senhores devem se lembrar de que, naquela época, havia uma poluição muito grande; várias empresas poluíam as águas fluentes deste Estado. Então inserimos um texto na Constituição, que diz: "Toda empresa que lançar os seus efluentes nas águas fluentes de Minas Gerais é obrigada a captar a água do seu uso abaixo do local onde lança os seus efluentes".

Era só fiscalizar; a situação já estava cercada ali.

Também tivemos várias conquistas para o servidor público. Na Constituição Federal, como todos sabem, foram muitas conquistas, como o auxílio-maternidade, o auxílio-paternidade, o salário mínimo, o 13º salário etc. Temos todas registradas, mas nosso tempo não nos permite citá-las. Na Constituição mineira, além dessas conquistas, tivemos a avaliação de desempenho, que foi um grande avanço; previdência e assistência próprias; profissionalização das carreiras; plano de cargos e salários; quinquênio mínimo de 10% para o professor; férias-prêmio de seis meses a cada 10 anos de trabalho, admitida a sua conversão em pecúnia; isenção de desconto previdenciário para aposentados; gratificação pó de giz - àquela época, tivemos greves e mais greves do professorado por essa gratificação, que garantimos na Constituição, pondo fim àquela situação constrangedora -; estabilidade aos que tinham cinco anos continuados em 5/10/88; isenção de desconto previdenciário; reposição salarial ao nível real de outubro de 1986, e assim por diante.

Poderíamos falar das conquistas ligadas à região metropolitana, que têm todas suas bases na Constituição mineira. Poderíamos falar também de algumas tentativas de emendas que nos colocaram em grandes dificuldades, como no caso do jogo de azar e do parlamentarismo. Lembro-me bem do Deputado Jorge Hannas, que batalhou brilhantemente pela adoção do parlamentarismo em Minas Gerais, o que não podíamos aceitar. Havia ainda emendas pela emancipação, no texto da Constituição do Estado de Minas Gerais, de 57 Municípios, mas, embora muitas vezes tendo de adotar posições constrangedoras em relação aos colegas, o relator tem de ser firme, como fomos todos nós, para que tivéssemos hoje o texto que temos na Constituição de Minas Gerais. Além das emendas pelas emancipações, sugeriram divisões do Estado; se abrissemos mão, o Estado hoje poderia estar esfacelado. Também havia emendas casuísticas, precisamos lembrar algumas: houve uma, por exemplo, pela qual todo aquele que fosse servidor público e bacharel em direito teria direito de ser Defensor da ativa. Vejam a nossa situação. Por outra, todo engenheiro que trabalhasse como servidor público teria de receber o teto mínimo da profissão de engenheiro, o que quebraria completamente o princípio da isonomia. Discutimos ainda a questão do ICMS do leite, de que vocês certamente se lembram bem. Tivemos de dar parecer contrário, porque a Constituição Federal, em seu art. 157, § 2º, item II, letra "g" - lembro-me disso até hoje -, proibia a um Estado sozinho dar qualquer isenção, a não ser pelo Confaz. Mas fui derrotado, por 76 votos a 1. Dei parecer contrário, mas os colegas tiveram entendimento diferente, até porque os colegas não votam, nem são obrigados a votar, apenas de acordo com o texto jurídico, porque são representantes do povo. Assim, sabiam que Minas Gerais era e é o maior produtor de leite do País e precisa disso. Mas depois, por recurso, o Supremo derrubou esse artigo da Constituição de Minas Gerais.

Termino a minha exposição agradecendo a oportunidade de voltar aqui para recordar um pouco um dos maiores momentos que vivemos na era da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que foi ter o privilégio de redigir a quarta Constituição do Estado de Minas Gerais. Quero saudar a todos os colegas constituintes, mencionando, com a presença de sua esposa, nosso grande e saudoso amigo Deputado José Laviola Matos, um dos nossos companheiros na elaboração do Texto Constitucional. Por fim, agradeço ao Presidente Kemil Kumaira, a toda a assessoria da Assembleia Legislativa e a todos os companheiros daquela época por termos vivido então um dos maiores momentos da nossa vida parlamentar, pública e pessoal. Muito obrigado a todos vocês.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Sr. Agostinho Valente.

Parabenizo a Casa por esta reunião especial. Estamos-nos sentindo muito honrados de estar aqui, contemplados com a breve exposição do Deputado Kemil Kumaira e com a extensão do Dr. Mourão. Que bom se ele pudesse falar durante umas 4 horas, a fim de relatar as 400 horas que ficamos aqui para dar ao Estado de Minas Gerais o que podíamos fazer naquela época.

Fico muito emocionado ao falar isso, porque depois fui ser Deputado Federal e os companheiros de outros Estados me diziam que, nos Estados deles, não foi feito processo constituinte. Eu lhes disse: "Mas como é que sempre pedi voto, e depois você não vira cidadão na tribuna do seu Parlamento". Eles respondiam: "Não, Agostinho, em Alagoas não teve isso". Teve uma Constituinte sim. "Aqui, no Piauí, teve isso... Aliás, ligamos para Minas Gerais para perguntar como se fazia". Emociona-me muito e, como mineiro, enche-me de orgulho poder sair pelo Brasil e mostrar isso, a despeito da luta pesada que tivemos aqui. Nós, trabalhadores, queríamos outra Constituinte, mas trabalhamos para essa e submetemo-nos a ela. Temos orgulho professoral de ver grandes assessores nossos, naquela época, hoje podendo nos dirigir, muitos lecionando a grande aula de cidadania pelo País afora.

Emociono-me, mas, ao mesmo tempo, constato essa noção de civilidade que nossa Minas nos dá, a grande responsabilidade por este Estado ser tão central em termos de ideias, para que essa república vá à frente; para que este país, que amamos mais que o nosso Estado, possa saber que menos de Minas o Brasil não terá. Tenho certeza absoluta disso, estou com 60 anos e, quando cheguei aqui, tinha 30 anos. É isso que espero, e penso que estamos comemorando hoje o que deixamos para o nosso país. De Minas não passa, essa é uma certeza que a Nação tem. E, para ficar aqui se desdobrando o tempo todo, em uma luta renhida, 77 pessoas com representação popular, e talvez outras 200 com seu tirocínio, sua capacidade, seu desvelo em entregar suas horas mais importantes para o bem da sua vida.

É o documento que deixamos para a Nação, por meio do nosso Estado. Não direi que tivemos aqui uma família, porque às vezes a família briga. Brigávamos aqui, os mandatos litigavam, a presença partidária ia para a pugna. Quando o Kemil dizia: "Estão suspensos os trabalhos, retornaremos amanhã", sabíamos que grupo de mineiros saía reunido daqui para ir para o barzinho, ou o seu tio, na minha casa, fazia uma pajelança fora do comum para que todos os inimigos de ideias pudessem, no fundo, comungar pessoalmente. Não conheço um inimigo aqui. Brigava e não tenho um inimigo aqui, só amigos. Que coisa bonita que me deixou aquela legislatura, principalmente a Constituinte.

Briguei com o Felipe, e saiu no jornal "a vítima do Felipe, Valente" e "provável matador do Valente, Felipe". Meu Deus do céu! Em Juiz de Fora, o pessoal ficou louco ligando para o Felipe, que me disse que eu tinha lhe arrumado um problema doido. E eu disse: "Eu não, foi o redator do jornal, o 'mancheteiro' do jornal", porque nós somos amigos até não poder mais. Nada levamos pessoalmente daqui, a não ser uma grande amizade e uma grande entrega, Dr. Mourão, nos trabalhos que o senhor nos liderou.

Para esta festa ser completa, não haverá somente estas minhas lágrimas emocionadas, mas as lágrimas dos nossos defuntos queridos, que foram embora, mas dos quais nos lembraremos eternamente. Pode morrer mais gente que, toda vez que precisar, virei ao microfone lembrar de figuras maravilhosas que aqui defenderam os seus mandatos com honradez, lealdade e galhardia. Falarei o nome deles e pedirei uma salva de palmas para cada um desses companheiros, porque, se estivessem aqui, a festa estaria mais abrilhantada: Deputados Agostinho Patrús, Ninico Resende, Milton Salles, Bernardo Rubinger, Camilo Machado, Delfim Ribeiro, Jaime Martins, Jorge Gibran, Jorge Hannas, José Bonifácio, José Ferraz Caldas, José Ferraz da Silva, José Laviola, José Maria Chaves, Neif Jabur, José Renato Novaes, Maurício Moreira, Raimundo Albergaria e Rubens Pinto Garcia, que morreu no decurso da legislatura.

Sr. Presidente, desculpe-me a forma até um pouco anarquizada de solicitar a palavra, mas eu tinha de fazer uma homenagem a essas pessoas, porque, volto a dizer, se aqui estivessem, a festa ainda estaria melhor. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Agradecemos a intervenção do constituinte Agostinho Valente. Com a palavra, o Vice-Governador Antonio Augusto Anastasia, que disporá de 20 minutos para a sua exposição sobre o tema "Constituição e democracia - 20 anos do processo constituinte mineiro".

Palavras do Sr. Vice-Governador

Boa tarde, senhoras e senhores. Primeiramente, minhas saudações ao Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado e ilustre amigo. Cumprimento a todos os presentes; o Deputado Lafayette de Andrada, Coordenador da comissão extraordinária de 20 anos da nossa Constituição Estadual e que aqui preside os trabalhos; o Exmo. Sr. Deputado Kemil Kumaira, Presidente da Assembleia Constituinte do Estado e estimado amigo; o Exmo. Sr. José Bonifácio Mourão, relator da nossa 4ª Assembleia Constituinte do Estado, ex-Deputado e grande amigo, a quem agradeço desde logo as gentis palavras; a Profa. Maria Coeli Simões Pires, estimadíssima amiga, colega, companheira e irmã; o Prof. Menelick de Carvalho Netto, estimado, grande amigo, colega e companheiro, que mora em Brasília, mas sempre deixa a sua inteligência a serviço de Minas; o estimado Sr. Eni Carajá Filho, que aqui representa a sociedade civil; os senhores parlamentares e constituintes de 1989, aqui presentes em grande número, e seus familiares - aliás, familiares daqueles já falecidos que foram saudados muito bem aqui pelo ex-Deputado Agostinho Valente; os técnicos desta Assembleia Legislativa; as senhoras e os senhores.

Sr. Presidente, convidado que fui com muita honra e muito orgulho, não posso também deixar de ter aqui uma palavra inicial de saudade e memória daqueles tempos felizes, praticamente um ano de trabalho intenso dentro desta Casa como assessor pessoal do Deputado Bonifácio Mourão, então relator. Acabei de ver ali um retrato meu numa revista. Ainda estava jovem. Nem me reconheci. Como fiquei acabado depois de 20 anos! Ao contrário de outros, como, por exemplo, a Deputada Maria Elvira, a quem cumprimento e que está 20 anos mais nova, e não 20 anos depois. Precisamos descobrir a fonte da força de leão que ela tem. Decorridos esses 20 anos, é claro que o coração aperta.

O Deputado Bonifácio Mourão foi muito feliz no seu relato ao rememorar os diversos episódios e casos. Aqui dedicamos a alguns de fato, juntamente com a Profa. Maria Coeli, Secretária-Geral da Mesa e coordenadora-geral dos trabalhos técnicos da Assembleia; o Dr. Dalmir, ex-Diretor-Geral da Assembleia; o Sr. Menelick, ilustre professor emérito; e outros tantos já mencionados. Como corro o risco de citar dois ou três e deixar de citar todos, na pessoa desses dois grandes amigos gostaria de reverenciar o corpo técnico da Assembleia Legislativa, sem o qual, como disse o Deputado Bonifácio Mourão, não teríamos condições de trabalhar, pois, naquela época, não tínhamos computador; então, tudo era feito à mão. Como diz o Menelick, de vez em quando o computador engolia as ideias, o que tinha na época, e não havia condições depois de devolver. Os senhores parlamentares trabalhavam à exaustão. Portanto, ficaram as lembranças, os casos e os episódios.

Ao ver aqui as faces tão conhecidas dos parlamentares, voltei 20 anos no tempo. Estava observando ali o rosto simpático do então Deputado Lacyr Andrade. Lembrava-me da sua batalha entre Presidente Bernardes e Calambau - com ou sem plebiscito, muda ou não o nome -, dos diversos Municípios que foram emancipados e dos seus parlamentares que lutaram muito por isso. Além disso, da famosa frase do então relator: "Se não segurarmos muito, daqui a pouco acampamento do DER se emancipará também e se tornará Município". E por aí houve outros tantos casos, que poderia ficar aqui a tarde toda rememorando. Não posso deixar de falar do Deputado Roberto Luiz Soares, meu estimado amigo, que também está aqui e a quem sempre reverencio pelo exemplo e pela retidão, entre outros tantos que se encontram neste Plenário, nem de lembrar aqueles que foram citados e que nos deixaram. Entre eles, não poderia deixar de fazer referência, até sob cunho pessoal, aos Deputados Agostinho Patrús e José Ferraz, com os quais trabalhei durante tantos anos.

Então foi um período áureo, riquíssimo, e tenho certeza de que os senhores parlamentares aprenderam muito com a experiência democrática que se vivia naquele momento. E todos nós que estávamos à disposição da Assembleia, os servidores e os outros que, como eu, estavam convocados para estarem aqui, trabalhamos verdadeiramente, de maneira árdua, com o coração entregue, dia e noite, final de semana, na

madrugada. Muitas vezes saímos daqui no escuro, e a Maria Coeli se lembra disso, pois eu a levava em casa muitas vezes. A Natália, que se encontra nesta reunião, também deve se lembrar bem dessa época. Não havia horário para trabalhar, pois tínhamos de cumprir os prazos para que Minas Gerais fosse o primeiro Estado a promulgar a sua Constituição, exatamente há 20 anos, em 21/9/1989.

Era uma situação completamente diferente, e recorde-me perfeitamente dessas galerias durante a votação final do projeto. Tanto o Plenário quanto as galerias estavam lotados, regurgitando pessoas contra e a favor de qualquer ideia. No entanto víamos a figura impávida, singular, tranquila e imperial do nosso Presidente Kemil Kumaira, fumando - naquela época podia, mas ele não fuma mais - calmamente, enquanto os gritos ecoavam de todas as formas. Uns aplaudiam, outros declamavam, mas a democracia era viva na sua quinta-essência mais forte de todas. Jamais me esquecerei daquela imagem: tranqüilo, com emoção fria naquele instante, conduzindo os trabalhos da forma mais adequada. Diante dessa situação, eu, muito jovem naquele tempo, achava que o mundo estava caindo. Na verdade, ele conseguia conduzir todos os seus pares com grande equilíbrio, com grande tirocínio e com grande destreza.

Àquela época ainda, Maria Coeli, Menelick, eu e os outros Consultores, que aqui estão e que lá estavam, tínhamos também dois grandes gurus a nos inspirar: o Prof. Paulo Neves de Carvalho, de saudosa memória, homem cuja contribuição a Minas Gerais ainda está viva e a quem devemos render homenagens, fazer referências e lembrar o seu nome pelo trabalho incansável em prol do Estado de Minas Gerais e dos Municípios mineiros. Muitas vezes ele trabalhava sem remuneração, sem refeição e chegava à exaustão; e também o Prof. Raul Machado Horta, nosso grande Conselheiro, aqui representado por sua filha Juliana, grande inspirador e grande nome do direito constitucional mineiro, também trazendo suas ideias aos senhores parlamentares para subsidiar os debates que aqui se travaram. Eram debates de altíssimo nível, todos eles precursores daquilo que, pelos 20 anos decorrentes daquela época, foi objeto dos mais interessantes temas.

Agora, passados 20 anos, indaga-se: Qual é o balanço que se faz? O que aconteceu decorridos 20 anos da nossa Constituição do Estado em prol de Minas Gerais e do Brasil? Posso afiançar às senhoras e aos senhores, ao meu caro Deputado Lafayette de Andrada, que não estava aqui, mas a sua família, representada pelo seu tio, que pudemos perceber, como disse muito bem o Deputado Bonifácio Mourão, o Presidente Kemil Kumaira e o Presidente Alberto Pinto Coelho, em seus discursos, que Minas Gerais se transformou completamente. Àquela época, no próprio dia da promulgação, o qual veremos na exposição e dos quais conhecemos os episódios porque aqui estávamos, tínhamos um ambiente político muito tenso no Estado, era uma situação grave. Não preciso recordar isso aqui, porque tenho certeza de que os episódios estão vivos na memória de todos, com risco à incolumidade das pessoas, em razão do conflito que vivia naquele tempo o Executivo Estadual. Felizmente tudo isso é história, é passado. As águas mansas vieram depois. Decorridos os 20 anos, em razão da criatividade, da ousadia, do empreendedorismo dos nossos parlamentares mineiros, passamos a ter não somente a primeira Constituição promulgada, sob a égide da Constituição Cidadã Federal de 1988, mas inegavelmente, como bem lembrado no depoimento emocionado do ex-Deputado Agostinho Valente, a mais avançada, porque os senhores parlamentares levaram ao limite da imaginação toda a criatividade possível.

Senhoras e senhores, há um dado a lamentar que havia naquele tempo, comentado aqui pelo nosso relator, e que, lamentavelmente, se agudizou desde então. Trata-se do tema federativo, ao qual o Prof. Menelick, um dos maiores especialistas do Brasil no assunto, se dedica com esmero e inteligência. A Constituição Federal de 88, cidadã, aplaudida, com todos os direitos e com belas políticas públicas, coloca a Federação como uma das suas famosas cláusulas pétreas, consagra o modelo federativo. Mas, meus caros, na sua essência, no seu âmago, nos seus intestinos, no seu querer, ela não é uma Constituição federativa. Os Estados Federados estão submetidos a um controle muito severo da esfera federal. Está aqui o Deputado Jairo Magalhães, grande amigo, a quem tive oportunidade de dar algumas sugestões à época, que sempre defendia as questões da autonomia do Estado Federado, aliás, tema sempre lembrado pelo Prof. Raul Machado Horta. Decorridos 20 anos, em vez de haver, no Brasil, um espraio das autonomias municipais, mercê da Constituição Federal e das Constituições Estaduais, todas promulgadas em 89, a prática, a legislação oriunda do Congresso Nacional, a posição pretoriana dos nossos tribunais, a visão - posso dizer - equivocada dos membros das instituições, até do Ministério Público, levaram a uma diminuição da esfera federada. Tanto que, em memorável página de seu discurso de posse, o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, lançou um repto, um apelo, em favor do fortalecimento da federação no Brasil. Aquele seu belo discurso traduziu-se posteriormente em uma ação coordenada das assembleias legislativas - e ele preside o Conselho que reúne todas as assembleias do Brasil - de forma a devolvermos um pouco do espírito da Federação para termos certa autonomia. Por isso mesmo, já naquela época, como lembrava o Deputado Bonifácio Mourão, não eram largos os caminhos para tentarmos, na Assembleia de Minas, inovar, pois pouco era o espaço que remanesceu para o Constituinte estadual, chamado constituinte decorrente. Todavia muito foi feito. Nesse espaço, digamos pequeno, ele foi explorado, estudado, garimpado, avaliado, pesquisado, e foi-se a fundo. Os parlamentares trouxeram inúmeras inovações, que já foram arroladas pelo nosso queridíssimo e estimado relator. É claro que não repetirei o que foi dito, pois certamente isso será feito mais adiante. Mas é bom dizer que, naquilo que ficou remanescendo, na esfera da competência dos Estados Federados, Minas Gerais, de maneira ousada e corajosa, inovou, e inovou muito bem. Esse é o grande legado da nossa Constituição. Mais importante: esse legado, caros parlamentares, foi implementado a partir de 1990. Promulgada a Constituição, os governos que se sucederam, cada qual a seu modo, cada qual com a sua dificuldade, cada qual no seu estilo, cada qual com a sua peculiaridade, todos cuidaram de implementar a nossa Constituição, trazendo avanços à administração. Hoje, com orgulho, nós, mineiros, citamos e sabemos que a administração pública do nosso Estado é modelo em todo o Brasil e até, poderíamos dizer sem modéstia, internacionalmente.

Abro aqui um pequeno parêntese para dizer que alocei hoje com uma delegação do Banco Mundial, que se encontra em Belo Horizonte, que faz de Minas modelo em diversas áreas e o leva para outros países do mundo. É claro que as ideias originais, a semente e a origem da transformação se encontram na nossa Constituição Estadual de 1989. De fato, temos essas possibilidades. O Deputado Bonifácio Mourão citou um exemplo sobre o tema da defesa social pelo qual pessoalmente tenho grande simpatia e que, na época, foi objeto de grandes debates. A Constituição mineira foi absolutamente inovadora. Estão presentes o Deputado Gambogi, que gosta muito desse tema, e o Deputado João Pinto, que, até pela sua origem na Polícia Civil, se dedicou muito ao assunto. Todos estabeleceram na Constituição um sistema que, depois de 14 anos, foi implementado em nosso Estado com absoluto sucesso. Há menos de 15 dias, durante encontro no Ministério da Justiça, em Brasília, sobre o sistema nacional de segurança pública, o modelo reconhecido como o mais avançado e aplaudido foi o nosso: o sistema de integração das polícias, decorrente do sistema de defesa social, oriundo da Constituição do Estado de Minas Gerais. O nosso modelo de planejamento, meus senhores, minhas senhoras, foi muito aplaudido. O Deputado Romeu Queiroz, que está aqui, líder importante da Constituinte e ex-Presidente da Assembleia, conhece muito bem esse modelo porque muito batalhou por ele. Na verdade, esse modelo tão aplaudido decorre da nossa Constituição, que, mais que repetir a previsão da lei orçamentária e do PPAG, que é o Plano Plurianual, previsto na Constituição Federal, deu um passo além. Nós avançamos e criamos o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI -, com a participação da sociedade. Esse PMDI dá o balizamento da administração pública estadual por 20 anos, demonstrando as metas, os indicadores e as formas de alcançarmos, exatamente durante esse período de 20 anos, aquelas políticas públicas que são objeto da nossa Constituição. O Deputado Calicchio, sempre tão vinculado aos temas da sociedade social, está aqui. Fazer a Constituição, arrolar as políticas públicas, conferir os direitos é fácil, mas indago: como implementar esses direitos? Como efetivar essas políticas públicas? Com discursos, palavrório e mera demagogia pode ser fácil, mas não temos essa verdadeira vocação. Ao contrário, precisamos de dados concretos, reais, efetivos e mensuráveis. E é exatamente esse planejamento que está na nossa Constituição. Tenho certeza de que a Deputada Maria José Haeisen, hoje Prefeita de Teófilo Ottoni, também o implementa em seu Município. Por que motivo? Porque foram estabelecidos aqui, com a participação da sociedade civil, os resultados a que deveríamos chegar naquela época.

Portanto de maneira muito integrada, conseguimos oferecer não mais exclusivamente à sociedade, mas à própria administração pública, ao Poder Executivo, os cânones de uma atividade bastante interessante e mesmo instigante, para que o planejamento se transformasse num pilar fundamental do desenvolvimento do nosso Estado. E isso ocorreu, ainda que se desdobrando com dificuldades, ainda que se desdobrando com muitos óbices. Muitos dos parlamentares que aqui estão, que eram e ainda são constituintes, como o Elmiro, o Irani e outros tantos, percebem hoje, na atual legislatura, o apreço com a questão do planejamento. Sabemos que ele está na Constituição e que não haverá nenhuma política pública positiva se não tivermos essas bases bem fíndas no processo de planejamento. Gostaria, portanto, caro Presidente Alberto, ilustre Presidente Kemil, Deputado Lafayette de Andrada, de dizer que o saldo, o balanço, ao sopesarmos que isso aconteceu em Minas Gerais decorridos 20 anos da nossa Constituição, é extremamente positivo. Tivemos muitos direitos conferidos, muitas políticas públicas esboçadas e até detalhadas no texto da nossa Constituição. E conseguimos, mercê do esforço de todos, da criatividade dos senhores parlamentares, do

engenhos dos diversos Poderes ou governos que tivemos a partir de 1990, implementá-los passo a passo em consonância com o Poder Legislativo, com a sociedade e com o Poder Executivo. Desde então, muitos parlamentares constituintes e outros não constituintes, mas que estão aqui exercendo seu primeiro mandato, têm pelo nosso texto constitucional um grande respeito. Lembrava o Deputado Bonifácio Mourão alguns aspectos discutíveis, próprios da democracia, da dialética, do conflito de interesses que nascem e escoam para um processo constituinte, como aqui mencionado. Mesmo esses dispositivos, alguns suspensos posteriormente pelo STF, têm, em sua essência, o fulgor da participação popular, a cor, o sangue e o odor da nossa gente. Todos nós sabemos que, quando se fala em meio ambiente, quando se falava na Serra, em São Domingos do Araxá - vejo ali o Deputado José Duarte, defensor daquela belíssima terra -; quando se falava das questões relativas à universidade - vejo aqui os Deputados do Norte do nosso Estado, então representantes -, da criação da Unimontes, hoje sucesso estrondoso, e mesmo da nossa Uemg, que tem seu caminho cada vez mais indicado e adequado como grande e importante universidade do nosso Estado; em todos esses passos, passamos a ter, na realidade, vida nova. Parece que esses 20 anos se passaram em um só dia, de maneira tão rápida. Em 1 minuto, os 20 anos foram decorridos. Ao folhear aqui as páginas da revista comemorativa, apertou-me o coração a saudade, como disse nosso relator, daqueles tempos bem-vividos; como disse o Presidente Kemil Kumaira, que presidiu a Assembleia naquela oportunidade, a saudade daquele momento. Tenho certeza de que eu próprio, Maria Coeli, Menelick, todos os senhores que aqui trabalharam como assessores e todos os senhores parlamentares temos uma saudade imensa daquela época, porque todos tivemos a nos guiar, a nos inspirar não só o tão decantado e aplaudido espírito de Minas presente diariamente nesta Casa, mas também o amor devotado à nossa terra e a devoção ao interesse público, ao bem-estar geral e à coletividade. Senhores parlamentares, é com grande emoção que participo deste evento e agradeço a oportunidade, quando o destino, nas suas linhas tortas, me faz Vice-Governador deste Estado, e me lembro de 20 anos atrás, época em que tive a honra de participar, como assessor do relator, desse momento único da história da democracia do nosso Estado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Lafayette de Andrada) - Agradecemos a participação do Vice-Governador Prof. Anastasia, que se retirará do recinto acompanhado do Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho. Com a palavra, o Sr. Eni Carajá Filho.

Palavras do Sr. Eni Carajá Filho

Boa-tarde a todos os parlamentares presentes nesta Casa, aos constituintes, aos atuais parlamentares, aos trabalhadores da Assembleia Legislativa, aos visitantes. É com muita honra que, em nome da sociedade que estava organizada naquele tempo e que participou de um processo muito rico de mobilização social, estou aqui a convite da Assembleia Legislativa. Esta foto do telão é daqueles que lutam hoje também para verem resgatados o direito e a dignidade das pessoas do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase - Mohan -, do qual faço parte. Temos conquistado, em nível federal, legislações para reparação de danos em relação ao processo de submissão à internação compulsória no Brasil, na década de 30.

Hoje há a Lei nº 1.520, que foi uma conquista social no governo Lula. Essas pessoas de Betim também fazem parte de uma luta nacional para garantir dignidade. E, nesta Casa, em 2005, conseguimos resolver a situação dos trabalhadores bolsistas de laborterapia da Fhemig. Trata-se de um artigo inscrito por esta Casa no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias nº 33. É com muita honra que estamos aqui. O nosso lema, naquele tempo, era "Constituinte sem povo não cria nada de novo". Muitas pessoas ficavam incentivadas em participar dos processos de debates, das organizações de reuniões para debater o que se queria para a Constituição Estadual, uma vez que havia um processo que veio das Constituições Federal e Estadual e, posteriormente, de algumas leis orgânicas municipais. Então o lema era "Constituinte sem povo não cria nada de novo".

Percebemos que, com a ascensão das lutas populares, na década de 70, não havia mais jeito: ou se mudava a cultura de legislações feitas por intermédio de decreto-lei e de atos institucionais, ou se fazia um processo verdadeiro de democracia. Foi possível perceber isso a partir da abertura política. Percebeu-se também que os movimentos sociais, que estavam amordaçados, passaram a lutar pelos direitos. Essas movimentações chegaram ao ápice em 1984, no movimento das Diretas Já. Em Belo Horizonte, houve grandes atos. Mas houve frustração em relação aos políticos na queda do processo das eleições diretas. No modelo de escolher o Presidente da República por meio do colégio eleitoral, houve diferença de 22 votos, e 113 Deputados Federais ausentaram-se do plenário para não votar. Ou seja, a emenda Dante de Oliveira foi derrotada, mas a esperança do povo brasileiro não foi.

O Congresso Nacional, naquele período constituinte, foi eleito por intermédio de grande chamada de apoio ao Plano Cruzado. O Plano Cruzado conseguiu, de fato, eleger grande bancada, em sua maioria do PMDB e do PFL. Havia muitos Deputados desses dois partidos - 84% da bancada federal - empenhados em buscar soluções para os graves e grandes problemas sociais que existiam naquele período. Por isso mesmo esse Congresso Constituinte convocado procurou se equilibrar. Na prática, o Plano Cruzado trouxe governabilidade maior para o Presidente José Sarney, mas percebemos que essa governabilidade tinha de ser discutida também com a população.

Naquele período, havia a hiperinflação, que chegava a 350% ao ano, e houve muitos movimentos contra a carestia a partir de 1979. O período de 1985 foi o ápice de grandes convulsões sociais no Rio de Janeiro, em São Paulo e em outras Capitais; e os descontentes foram chamados para serem fiscais do Presidente Sarney. Mesmo assim aquele período foi marcado por eleições milionárias, ou seja, quem tinha dinheiro financiou, e muito, as campanhas eleitorais. As mobilizações passaram a ocorrer na Praça Sete, em Belo Horizonte, onde os grupos se reuniam para conversar; na Boca Maldita, no Paraná; na Praça da Sé, em São Paulo; na Candelária, no Rio de Janeiro, lugares onde se buscou desenvolver processos de participação popular para a Constituição Federal, o que culminou também nos 20 anos da Constituição Estadual. As emendas populares federais, iniciadas a partir de um momento de pressão, alcançaram 12 milhões de assinaturas legais. No entanto, se não houvesse a inscrição do título de eleitor, as assinaturas nada valiam.

Aqui, em Minas Gerais, houve um processo rico também: o Comitê Popular Federal transformou-se na Associação do Comitê Popular na Constituinte Mineira. Tivemos mais de 10 mil propostas, das quais grande parcela originou-se dentro do Comitê Popular na Constituinte, porque era uma associação civil criada para assumir o papel do Comitê Pró-Participação Popular na Constituinte Federal. Algumas entidades passaram as emendas populares diretamente à Assembleia, e outras via Comitê. Todavia grande parcela das pessoas que as passaram via Assembleia eram participantes também do Comitê. Na prática, a estratégia era que a entidade pudesse ter visibilidade e participação, como a Fetaemg, que participou muito do nosso Comitê. Então, inúmeras emendas foram conquistas sociais.

O rompimento com os resquícios da ditadura militar. O que acontecia? Em nome de manter a ordem, arvorou-se o poder constituinte. Então, o governo Sarney convocou a Assembleia Constituinte, mas convocou também o Congresso. E, então, as atividades da Constituinte combinavam com o processo legislativo comum, o que deu origem a muitas dificuldades. Naquele tempo, já brigávamos contra a ocorrência conjunta do Congresso Constituinte e do Congresso normal. Gostaríamos que fosse feita uma Constituinte soberana, democrática, aberta, e que houvesse tempo, de fato, para se fazer o debate.

Minas não se omitiu nesse processo, e buscamos o apoio de outros Estados. Tivemos de buscar a garantia, a condição de existência de comitês populares no interior de Minas Gerais para que tudo não ficasse centrado somente em Belo Horizonte. Várias pessoas vinham à rodoviária de Belo Horizonte buscar emenda e voltar imediatamente para a cidade do interior a fim de coletar as assinaturas.

Os debates que ocorreram no centrão da Constituinte Federal praticamente tiveram um cunho de posterioridade. Tivemos aqui, nesta Assembleia Legislativa, muitos embates com ruralistas, com o interesse do mercado. Portanto, para realizarmos essa discussão, tínhamos de convencer os Deputados a fazer essa costura política. Por exemplo, o Dr. Carlos Torezani, advogado, que agora está na Fetaemg, tentou o tempo todo trazer o debate da reforma agrária. Como foi derrotado em nível federal, aqui o debate não passou, depois é que surgiu, entre outros, o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - Iter. Imaginávamos que, naquele período de efervescência do movimento social, seria

importantíssimo Minas Gerais dispor de uma política de reforma agrária. Ao se proceder à promulgação da Constituição Federal, entendíamos que ela não era uma unanimidade. Naquele período, muitos Deputados Federais não queriam sequer assiná-la, porque muitas questões relacionadas ao movimento social, às emendas populares, às reivindicações sociais, foram sepultadas, não foram atendidas, ou seja, a vontade popular não foi, de maneira alguma, discutida. Além disso, o processo de mobilização para a tradução desta Constituição Federal aqui em Minas foi a criação do Comitê. Tenho de referenciar aqui uma pessoa, o Carlos Morais, trabalhador da Secretaria de Estado da Saúde, que foi o primeiro coordenador do Comitê Nacional em Minas.

Depois que se passou o processo de coleta de assinaturas, ele me chamou para uma reunião e disse: "Não posso mais continuar". Na época, realizamos uma grande assembleia, e fui eleito para o comitê da Constituinte mineira. Esse comitê não tinha recursos financeiros, mas havia movimento. Tínhamos a CUT-MG, e o Carlos Calazans e outros fizeram uma grande movimentação nesta Assembleia. Tivemos o Sind-UTE, a Sosp; o companheiro Renato Barros hoje é do Sind-Saúde. Tivemos o sindicato da Fhemig.

A articulação do solo urbano mexeu muito com a arquitetura e a movimentação urbana. Tivemos o Movimento Popular da Mulher, com a Bebel, a Jô Moraes e a Fátima de Oliveira. Tivemos também a Federação das Associações de Deficientes de Minas Gerais - Fademg. Na época, não havia acessibilidade para a Simone Albuquerque subir aqui à tribuna do Plenário, e hoje, 20 anos depois, continua não tendo. Tivemos o apoio do Morhan, do Movimento Popular da Mulher, da Frente da Criança e do Adolescente.

Em cada artigo da Constituição Federal e da Estadual, tivemos pessoas que fizeram essa movimentação, como as do Centro de Documentação Elói Ferreira da Silva - Cedefes. Tivemos também aqui o Sintel, o Fitel, a Coordenação Sindical dos Trabalhadores do Serviço Público, os movimentos sociais. Aqui em Minas não havia conselho estadual de saúde. Tínhamos o Conselho, entidades que queriam ter um conselho um dia. Depois de promulgada a Constituição Federal é que o Governador decretou o Conselho Estadual de Saúde, que ainda funciona por decreto. Naquele período tivemos uma série de movimentos sociais que tinham base e intenção de participar.

Quanto aos principais problemas que tínhamos naquele tempo, um deles é que vários Deputados Estaduais eleitos tinham pavor em ouvir falar em participação popular. Para tudo usavam os seguranças da Casa, sem dialogar com as lideranças dos movimentos sociais. Muitas vezes a gente se reunia lá fora porque não havia como entrar aqui.

Havia discussões sendo promovidas de maneira secreta, por via de acordos, impedindo que a sociedade contribuísse com o aperfeiçoamento do texto a ser submetido a votação. Havia excesso de emendas aglutinadoras aos textos apresentados pela população. Havia muito papel, que carregávamos debaixo do braço para ler à noite, para, no dia seguinte, de manhã cedo, chegarmos com a proposta. Aqui votava-se assim: "Quem estiver de acordo permaneça como se encontra". Naquela época, às vezes tínhamos problema na votação porque não entendíamos o processo.

Em relação ao critério de número legal de assinaturas, havia muitas assinaturas por emendas. Na realidade, a intenção era sepultar qualquer tipo de necessidade social. Mesmo assim, com a emenda dos deficientes, por exemplo, nós conseguimos mais de 50 mil assinaturas. Naquele período, foi uma festa aqui neste Plenário.

Desmerecimento de algumas categorias que tinham pequeno poder de mobilização. Havia reuniões noturnas intermináveis para afugentar a população do debate. Havia reunião de manhã, de tarde, de noite, e às vezes até de madrugada. A população vinha de manhã e não conseguia vir à tarde. Quando ia ver, já haviam votado o texto que ela queria debater.

Naquele período se discutia também o "impeachment" do Governador. Havia muita movimentação por fora em relação ao "impeachment" do Governador da época. Tão logo esse Governador promulgou a Constituição Estadual, ele mesmo solicitou arguição de inconstitucionalidade. Um absurdo. Foi ao arripio desta Casa, porque foi pedida a inconstitucionalidade de vários artigos que foram debatidos exaustivamente pelos Deputados. Sem consultar o movimento social, o Governador entrou com essa arguição diretamente no STF.

Existem pontos importantes. O primeiro deles é a união e o fortalecimento dos movimentos sociais, em prol de seus direitos. O segundo é a existência de um jornal - não sei se os Deputados se lembram dele - chamado "Boca do Trombone", em que colocávamos fotos de Deputados e textos, esclarecendo o processo constituinte. Esse jornal, aliás, ajudou as pessoas a entenderem um pouco a linguagem legislativa desta Casa.

Depois veio a emenda dos deficientes, da qual eu já falei e que teve muitas assinaturas. Pelas atividades, o Deputado Luiz Vicente Calicchio, a Deputada Sandra Starling, o Deputado Nilmário Miranda e uma série de Deputados da Bancada do PT recebiam o chamado "jetom". Quem trabalhava a mais recebia esse "jetom". Foi aí que a Bancada do PT, junto ao Deputado Vicente Calicchio, doou ao Comitê da Constituinte todos os recursos provenientes de "jetom", que fizeram o nosso movimento de pressão na Assembleia Legislativa, para garantir melhorias nos textos.

Como exemplos das conquistas de números, artigos e projetos, conforme já falei, está o caso dos pacientes de hanseníase. Vários Deputados contribuíram com esse processo: Sandra Starling, Nilmário Miranda, Jorge Hannas, Luiz Vicente Calicchio, Maria José Hauelsen Freire, que está aqui presente, nossa grande amiga e Prefeita de Teófilo Ottoni. O Deputado Nelinho, jogador de futebol, naquele tempo também fez uma boa parceria conosco, porque, na verdade, precisávamos de pessoas para dialogar com outros Deputados. Da mesma forma, os Deputados Bonifácio Mourão, Elmiro Nascimento, Chico Ferramenta, Agostinho Valente, Raul Messias, Anderson Aduato, José Militão, Luís Gambogi, Maria Elvira, João Pedro Gustin e outros também nos ajudaram, de uma forma ou de outra, nos temas em que tinham domínio. A Deputada Sandra Starling, por exemplo, dominava a área da ciência e tecnologia, e outros parlamentares dominavam outros temas.

No movimento social, gostaria de mencionar Renato Barros; Carlos Calazans; Paulo César Funghi; Bebel; Jô Moraes; Wellington, da Fitee; Carlos Torezani, que hoje é advogado em Confins; Ângela Tuta; Márcio Ferreira e uma série de outras pessoas que passaram pelo movimento naquele período, como lideranças de alguma atividade, e que, de fato, ajudaram muito. O ex-Deputado João Batista de Oliveira também foi um dos que nos ajudou muito. Hoje ele é o Secretário de Direitos Humanos no Estado.

Por fim, esse Comitê foi secretariado pela Soraia e pela Mônica, que estão na Prefeitura de Belo Horizonte; pelo jornalista do Comitê, Paulo Mourão, que é cantor de viola; e pelo Presidente do Comitê, que sou eu.

A gestão da Associação do Comitê Popular na Constituinte era democrática e colegiada, e tudo o que fazíamos era de comum acordo. Daquela experiência ficou para nós uma lição, olhando hoje a página 70 do caderno, em que pude me ver novinho. Muitas coisas que fizemos naquele período nos ajudaram bastante, mas ainda quero deixar um último recado para a sociedade e para este Plenário. A Constituição Estadual é um patrimônio do povo mineiro e, por ser um patrimônio, não pode sofrer tantas emendas desnecessárias como vem sofrendo. Por último, a Constituição Estadual tem algo muito importante, o cheiro de democracia, por isso mesmo não combina com o Choque de Gestão. Muito obrigado; espero ter contribuído com o debate de vocês.

O Sr. Presidente - Agradecemos a participação do Sr. Eni Carajá Filho. Com a palavra, o Prof. Menelick de Carvalho Netto.

Boa-tarde a todos. Obrigado, Presidente, Deputado Lafayette de Andrada. Em primeiro lugar, gostaria de registrar a imensa emoção de estar aqui, fazendo minhas as palavras dos oradores que me antecederam e do ex-Deputado Agostinho Valente.

Foi extremamente emocionante esse período de pouco menos de um ano dos trabalhos constituintes, quando tive a oportunidade de assessorar, sob o comando da Prof^a Maria Coeli Simões Pires, com Antônio Augusto Anastasia, no papel de coordenador de uma equipe grande - várias pessoas estão aqui, Natália, Dora, Antônio Geraldo. Enfim, foi um esforço imenso da Assembleia, que começou bem antes da própria Constituinte, para viabilizar a democracia.

Os emocionantes depoimentos que ouvimos me remeteram a uma questão futura. Nestes 10 minutos que me cabem, talvez o mais interessante - sei que a Coeli vem depois e resgatará, com maior densidade, a emoção, até mesmo de ver os Deputados constituintes de então -, nesses 20 anos, seja podermos comemorar o fato de que criamos algo maior que nós. A representação política - o constituinte - sempre é democrática quando não se exaure nela mesma, quando é capaz de criar algo maior que ela própria. Assim, é extremamente relevante que olhemos para a Constituição como essa obra que constitui algo, o povo mineiro, e algo maior que nós, que envolve gerações passadas e futuras e abre para o seu próprio significado um permanente debate sobre o sentido de cada um de seus termos. O constitucionalismo democrático é necessariamente aberto à própria democracia, àquilo que ele instaura, uma cidadania sempre incompleta e mais requerente de cidadania. Nunca teremos igualdade e liberdade; por isso mesmo podemos tê-las, exatamente porque, quando afirmamos que somos iguais e livres, não queremos dizer que somos iguais. Pelo contrário, afirmamos o direito à diferença. Quais diferenças não podem fazer qualquer diferença social? Quando afirmamos que somos livres e iguais, não dizemos que podemos fazer o que quisermos, quando quisermos, no momento em que quisermos. Pelo contrário, assumimos o compromisso de respeitar essas diferenças, que são abertas, que são um processo. Essa Constituição foi feita exatamente com base na concepção de uma constituição-processo, uma constituição-cidadania, uma constituição que se abre para a complexidade social. Portanto, ela não se exaure.

A minha felicidade aqui, hoje, é ver que a nossa Constituição constituiu algo; ela não é um texto. Aliás, o texto é sempre uma referência para dizermos quem somos e quem seremos. O instituto do planejamento é fundamental nela exatamente para, diante da falência de um modelo autoritário, não sucumbirmos também à ausência de um planejamento que levasse em conta a complexidade crescente de uma sociedade aberta, plural e democrática. E isso só é possível por meio do constitucionalismo, por meio dos direitos fundamentais, que não nos trazem paz. Engana-se quem acredita que a Constituição promova a paz, no sentido, pelo menos, da ditadura da paz do cemitério. O que uma constituição democrática produz é debate, escândalo até. Aquilo que eram antigas tradições, antigas práticas, podem e devem tornar-se escândalo em uma constituição democrática. Isso porque uma constituição democrática não joga nada para debaixo do tapete, mas remete ao nosso próprio vestuário antigas práticas. Aliás, a estrutura de um constitucionalismo democrático é exatamente a possibilidade que ele sempre nos abre de termos antigas práticas, tradições e costumes como abusos. Da noite para o dia, o marido, que, até pouco tempo atrás, tinha o direito de estuprar a mulher como dever conjugal, pratica hoje um crime - há até delegacias especializadas - e, se alega esse direito ou se confessa essa prática, ele só piora a sua situação.

Os direitos fundamentais têm esse papel de nos descansar, e as instituições democráticas, de acompanhar essa coisa viva que a Constituição constitui: o fluxo comunicativo acerca dos nossos direitos - nós mesmos.

Portanto, acredito que hoje temos muito a comemorar: uma mineiridade cumprida no prazo - menos de um ano para realizarmos um profundo encontro que englobasse desde as manifestações e as sugestões populares até a finalização dos trabalhos constituintes. O prazo era exiguo e nos espantava à época a pergunta: qual seria a consequência do não cumprimento do prazo constitucional? Não havia nenhuma penalidade ou sanção expressa no texto da Constituição da República. No entanto, em 1891, o entendimento foi que o Estado que não cumprisse o prazo teria a sua Constituição adaptada pelo Congresso Nacional, com base em alguma outra escolhida pelo próprio Congresso. Exatamente para evitar isso, buscamos fornecer todas as condições técnicas para viabilizar um profundo debate político e democrático e concluir o trabalho a tempo. A felicidade que tenho em presenciar esta comemoração é ver que, na verdade, comemoramos o futuro a partir de um vínculo com um passado bastante rico e complexo. Assim, acredito que nós, como corpo técnico, e os Deputados e as Deputadas constituintes fizemos algo maior do que nós, maior do que a nossa pequenez momentânea e histórica, e contribuimos para que Minas se fizesse presente de forma a transcender até mesmo as gerações presentes, envolvendo os direitos das gerações futuras, o direito das gerações passadas, as distintas identidades, enfim, tendo um referencial. Por isso, os movimentos populares, como Eni falou muito bem, precisam compreender melhor, a meu ver, o que significa uma vitória em um texto constitucional. Muitas das emendas populares não foram expressamente acolhidas, mas obviamente foram acolhidas no texto, na chamada redação do vencido. É mais do que tempo, a meu ver, de superarmos a ideia de que faremos um texto que nos substitua; o papel de um texto constitucional é nos constituir, e voltamos sempre a ele para reinterpretá-lo a nossa imagem e semelhança, obedecendo sempre à indisponibilidade desses direitos fundamentais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos a participação do Prof. Menelick de Carvalho Netto. Com a palavra, a Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária-Geral da Mesa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais na época da constituinte.

Palavras da Sra. Maria Coeli Simões Pires

A Secretária Adjunta Maria Coeli Simões Pires - Excelentíssimo Senhor Deputado Lafayette de Andrada, Presidente da Comissão Especial para as Comemorações dos 20 Anos da Constituição do Estado e Coordenador desta mesa-redonda; Sr. Constituinte Kemil Kumaira, Presidente da IV Assembleia Constituinte do Estado de Minas Gerais (1989); caríssimo relator Constituinte Bonifácio Mourão; Prof. Dr. Menelick de Carvalho Netto; Sr. Eni Carajá, Presidente do Comitê Popular da Constituinte de 1989; Srs. parlamentares, Srs. Constituintes, demais autoridades, colegas servidores, amigos e familiares dos constituintes e convidados, em primeiro lugar cumprimento o Presidente da Assembleia, Deputado Alberto Pinto Coelho, e o Deputado Dinis Pinheiro pela iniciativa de comemoração dos 20 anos da Constituição do Estado com uma série de atividades que superam a realidade institucional para se apresentarem como oportunidade histórica de repactuação dos compromissos com a democracia.

Homenageio a Mesa da Assembleia e a atual legislatura, desafiada por novos papéis e pela complexidade do mister da representação popular, especialmente no contexto da governança participativa. Agradeço o convite para participar do ciclo de debates, fazendo agradecimento especial a toda equipe que se tem dedicado à garimpagem de fatos e depoimentos que compõem esse capítulo importante da história de Minas - a Constituinte de 1989 -, vasculhando também o período que a ela precede e o que lhe segue até os dias de hoje. Mais uma vez, peço vênica a Thiago de Melo para dizer que "aqui volto armada de amor". Neste Plenário, reencontro-me com a minha história, para além do momento constituinte. Reencontro-me com parlamentares com quem dividi angústias de um tempo sem horizontes, como Domingos Lanna; e com outros, com quem compartilhei esforços para abrir novos caminhos. Parlamentares que me ensinaram a arte da convivência na pluralidade, e o Ex-Deputado Agostinho Valente e outros aqui presentes sabem o quanto me ensinaram. Reencontro outros parlamentares com quem aprendi a importância dos papéis na política: uns fazem a hora, outros montam a peça, há os que fazem acontecer e os que entram em cena. E identifico os constituintes de 1989 nesses diversos papéis. Aos ex-Deputados Antônio Dias e Emílio Gallo, aqui e em outros lugares, quero fazer um registro de agradecimento pelas lições que me introduziram nos veios da política e da administração do Estado, e na pessoa deles saúdo a geração parlamentar anterior à IV Constituinte. Na elegância e serenidade do sempre Presidente da Constituinte, Deputado Kemil Kumaira, quero cumprimentar os constituintes de 1989. E a ele trago o tributo pelo carinho, pelo respeito, pela distinção e lhanza no tratamento que dispensou a mim como profissional e a toda equipe do Legislativo sob a sua condução. Homenageio também, "in memoriam", o ex-Presidente da Assembleia, Neif Jabur, e o ex-Presidente da Comissão Constitucional, Camilo Machado, nas pessoas de seus familiares, estendendo a homenagem aos constituintes falecidos. Com as dignas representações, compartilhamos a dor da ausência. Meu preito se estende aos parlamentares pós-Constituinte, que receberam a missão de levar à frente a cidadania neste Parlamento. Cumprimento-os na figura do ex-Presidente Romeu Queiroz.

Encontro aqui os colegas do Legislativo, os de ontem, até os que partiram. Vejo ex-Diretores-Gerais na retaguarda, e quero saudá-los a todos na figura de Dalmir de Jesus e de Antônio Geraldo Pinto, lembrando, com reverência e saudade, nomes de Dr. Moreira e Dr. Adônís e, com carinho, Dr. Darke, ausente nesta solenidade. E tantos técnicos de escola, que me estimularam e me ajudaram na trajetória funcional: Natália, Júlio César, Dora, Eliane, Paulo, Flávio, Cristina, Leda e tantos outros. Em vocês que aqui se encontram saúdo a todos que comigo dividiram ideias, ações e sentimentos, sonhos e responsabilidades: Marcelo, José Tarcízio, Terezinha Bronzo, Terezinha Cançado, Marfiza, Sueli, Mara e muitos mais! Gente tão querida que guardo no coração. Cruzo o olhar com colegas que compartilharam a experiência na Constituinte, no maior mutirão cívico da história de Minas. Vejo os meninos e as meninas da Presidência, da Secretaria-Geral - e que saudade da turma! -, da Procuradoria, da Consultoria, do Plenário, das Comissões, dos diversos departamentos, dos gabinetes, uma geração que o tempo grisalhou. E recordo também a gente simples e o cuidado de cada qual, fazendo a sua parte para o êxito das grandes missões. Vejo os colegas de hoje, que renovam os ares e a esperança desta instituição, com o melhor do intelecto, da crença cívica, do compromisso ético com a sociedade mineira.

A todos acolho, nas pessoas do Eduardo Moreira e do José Geraldo Prado, Diretor-Geral e Secretário-Geral da Mesa, respectivamente.

Nesta mesa-redonda, a emoção me governa. Este reencontro me enovela pela linha do tempo. Na figura de Lafayette de Andrada, contracenado com José Bonifácio, o "Bodeco", que fez história nesta Casa e marcou o processo constituinte como relator da Comissão Preparatória. O trabalho intenso e quase obsessivo da Comissão foi fundamental para o sucesso da atividade constituinte na fase posterior. Nesta Mesa, contei quatro taurinos. Sinal de que também os astros conspiraram para nos reservar a missão conjunta na Constituinte, que nos fez definitivamente diferentes para a vida pública. Sempre relator, Bonifácio Mourão, raízes comuns nos alimentam os sonhos para a terra-mãe. O respeito mútuo, a recíproca confiança, a obsessiva dedicação nos aproximam. Mourão - mourão mesmo -, esteio forte da ética na política, a você a admiração desta taurina do Serro Frio. Agradeço-lhe as palavras generosas a mim dirigidas.

Ao quase irmão Antonio Augusto Junho Anastasia, também preciso agradecer pelo inestimável trabalho na Constituinte de 1989, pela compartilha generosa naquela missão e vida afora, e dizer que lhe sigo os passos com carinho e entusiasmo. Nele, reencontro alento e cumplicidade absoluta para continuar perseguindo o caminho do mestre Paulo Neves de Carvalho. Já lhe disse que ele é Augusto.

Meu amigo Menelick de Carvalho Netto, sempre driblei a impiedade aparente de seu discurso para encontrar a alma generosa da figura humana de cultura e de sabedoria. Quantas vezes, em nossas interlocuções, superamos a compulsão do verbo para a silenciosa captura do sonho. Em você, que teve papel extraordinário na preparação da Assembleia Legislativa, desde 1986, e no apoio técnico à IV Constituinte, saúdo os colegas que estiveram nessas missões, em especial os responsáveis pela coordenação dos grupos de trabalho e os que integraram a Companhia de Arte Democrática - Flávio Friche sabe de quem falo, e não é preciso declinar-lhes os nomes. A Diana Freire, também, pois, na Chefia de Gabinete da Secretaria-Geral, pode bem catalisar a competência e a alegria daquela turma adorável do SE no cumprimento de seus papéis.

Pelos moldes participativos do processo e pela abrangência temática, a elaboração da Constituição representava uma tarefa hercúlea e para múltiplas "expertises". Eram muitos os envolvidos. A Diretoria-Geral; a Secretaria-Geral da Mesa; os grupos da Assessoria Institucional e Técnica da Constituinte e do Relator; de Apoio à Comissão Constitucional; de Apoio às Coordenações Temáticas, de Processo Legislativo, de Recepção e Processamento de Emendas, de Taquigrafia, Revisão e Publicação; de Informação, Informatização e Comunicação; de Redação Final; de Mobilização da Sociedade Civil; de Pesquisa e História; de Documentação e Arquivo; e tantos grupos. Não é possível aqui citar os nomes dos colegas que compunham tais grupos, mas todos eles faziam o grande mutirão constituinte.

Na pessoa de Eni Carajá Filho, reconheço o rosto da cidadania mineira que pisou o tapete vermelho deste Plenário, que ocupou essas galerias e que se empoderou dos espaços desta Casa. Os meus aplausos aos diversos segmentos que protagonizaram a participação.

Registro o preito à Miriam Costa, que deu apoio imensurável na mobilização da Comissão de Segmentos, o embrião de participação da sociedade civil na IV Assembleia Constituinte, e na articulação das diversas instâncias populares no âmbito do processo de 1989.

Pois bem, nesta toada, não esperem de mim um exercício coerente de captura dos discursos, de sistematização das disputas acirradas entre pretensões de validade em torno de conteúdos normativos. Não esperem de mim reinterpretção dessas normas a partir de marcos teóricos, como a pauta oficial parece sugerir. Embora tenha participado, até quase à exaustão dos meus neurônios e da minha força vital, da arquitetura do processo constituinte, desde a Convocação da Assembleia Nacional, em 1985, aqui não compareço pelo Direito, nem pelo compromisso com a história, mas tão só pelo esmero de meus sentimentos.

Assim, falo de meu orgulho como participe do processo constituinte de 1989. Como Secretária-Geral da Mesa, coube-me o encargo honroso e desafiante de coordenar a preparação da equipe técnica da Assembleia desde 1986 para os desafios da abertura institucional, com apoio de um grupo de assessores especiais. Coube-me, também, a responsabilidade pela condução dos trabalhos técnicos da Constituinte sob diretrizes da Presidência da Assembleia, da Comissão Preparatória, da Mesa da Assembleia Constituinte, da Comissão Constitucional e do Relator e, em tudo, auxiliada por dedicados e competentes servidores.

Na minha experiência profissional, nenhuma atividade nem missão foi mais envolvente, intensa e exaustiva. Abro aqui parêntese para agradecer ao Carlos Alberto, principalmente por ter comprado as festas de nossos filhos durante o tempo em que fiz exílio da minha família. Além disso, para fazer um registro à memória de meu pai, que esperou, no leito de morte, para ler a Constituição que eu ajudara a "escrever", como cidadã e servidora.

Pois bem! Naquela missão, eu experimentava uma sensação única. Interpretava a oportunidade como prêmio pelo sonho que ajudei a sonhar. Um coroamento de anos dedicados à instituição legislativa, sempre com a crença na possibilidade de recaminho para a democracia. Por isso mesmo, confortável nos valiosos suplementos aportados pelos colegas desta mesa-redonda, permito-me, pela liberdade que a maturidade me reserva: a fragmentação das ideias na linha do sentimento, abordagens pontuais e, até mesmo, a epilepsia da palavra se a fala e ou pensamento for traído pela emoção. Não me furtarei, porém, a fazer considerações essenciais, iniciando por reafirmar a importância dessa atividade dialógica.

Em momento político de inflexão coletiva diante da crise do Senado, não solvida no plano da consciência da Nação, nada mais oportuno para esta Assembleia que resgatar o processo constituinte de 89 e a trajetória recente deste Legislativo. Rever os atores e decodificar as suas linguagens é um exercício cívico na busca dos marcos de ressignificação do Parlamento mineiro. Para além disso, é alento para a democracia. Oportunidade para se projetar pela simbologia do triângulo aberto, "amineirado" em ferro, a permanente legitimação deste Poder para continuar representando a cidadania mineira e projetando a instituição parlamentar, em aliança permanente com a sociedade civil. Em outras palavras, o evento remete-nos à reflexão sobre o nosso projeto de democracia. Não é preciso retomar a evolução do pensamento democrático ao longo da história nem apropriar contribuições de Hannah Arendt, de Paulo Bonavides, nem sequer da Teoria Discursiva de Habermas, para aqui explicarmos esse núcleo semântico importante que é a democracia. "Uma aspiração milenar acalentada pelos povos e desafiada pela sua própria antinomia - a ditadura em todas as suas formas - às vezes, a democracia cede aos revezes que mancham a jornada humana", como lembra Kelles. E não é só. Ela é tensionada pela própria lógica democrática. Por tudo isso a democracia é um projeto em construção. Essa compreensão orienta-nos a olhar para o plano retrospectivo e nos adverte para os novos passos. Não é fácil olhar para trás. Um fragmento literário me socorre neste instante. Eduardo Galeano, em uma de suas crônicas, narra uma cena em que, ao avistar o mar pela primeira vez, um dos personagens, extasiado, emudece. Quando enfim consegue dizer algo, pede ao outro: "Ajude-me a olhar!".

Pois bem! Na verdade, quero agradecer aos colegas de Mesa, aos quais me associo em completa cumplicidade nessas lembranças, e dizer-lhes obrigada por me ajudarem a olhar para trás. Que possamos olhar com a mesma acuidade para a frente. Com o olhar retrospectivo, colho os anos de juventude sob os reveses que sufocaram a nossa geração - anos 60, 70, 80. Nos anos 80, entre nós e no Brasil afora, grassava a crise da democracia representativa. E a crise ia além. Sintonizávamos com o desprestígio da instituição legislativa em países da América Latina, mas, também, da Europa, como Itália e Espanha. A leitura de um periódico espanhol dava notícia de que um parlamentar fora atingido por lama quando um veículo trafegava em alta velocidade na rua em que ele aguardava para fazer a travessia. O fato rendera impiedosa crônica política. Não fosse a língua, o periódico confundir-se-ia com os da imprensa nacional da época, com sua pauta explícita para evidenciar a radicalidade da crise. Nos dias atuais, a matéria não estaria caduca. No entanto, há um conforto: soaria falsa em relação a esta Casa. Acompanhara, tantas vezes, o dia a dia desta Casa Legislativa. Uma expressão linguística muito presente denunciava a distância entre a sociedade e a instituição.

O povo está na ala das bandeiras! O povo está na Praça da Liberdade! O povo está no saguão principal! O povo invadiu as galerias!

Povo, massa inominada, sem rosto, intruso, que não se incluía nos espaços do Poder... Perguntaria Friederich Müller: quem é o povo?

Todavia, não havíamos perdido a utopia de servir à sociedade na construção de um projeto emancipatório de cidadania. Se técnicos podiam legitimar possíveis enganos, eles deveriam também, sem delírios de usurpação do poder, romper com a pretensa neutralidade, para colaborar em processos de mudanças. Essa reflexão fez com que assumíssemos também posição ativa na construção de um capítulo novo do Legislativo em Minas. Então, a mudança era o nosso mantra.

A convocação da Assembleia Nacional Constituinte, pela Emenda Constitucional nº 26, de 1985, é o marco que reabre os horizontes da democracia, após um enredo de múltiplos capítulos: a fragilização do Governo Militar nos processos eleitorais de 1974 e 1976; o discurso de abertura; a pressão da Lei Falcão; o recesso do Congresso em 1977, que resultou no pacote de abril, e a reação de Faoro, à frente do OAB Nacional, lançando a Campanha pela Constituinte; o Congresso Pontes de Miranda, em que se discutiu um projeto de Constituição para o Brasil; Congresso Pró-Constituinte da OAB Nacional; bandeiras sindicalistas; Frente Nacional pela Redemocratização; a Mobilização da Igreja Católica; a luta pela anistia e o movimento pelas eleições diretas.

A Assembleia empenhava-se em profundas mudanças, em antecipar uma agenda de medidas preparatórias. Promulgada a Constituição em 1988, o desafio da elaboração da nova Constituição estava posto. O art. 11 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dava o prazo de um ano para que cada Estado se desincumbisse da missão. E nós não tínhamos a ilusão de que um texto constitucional fosse por si a salvação, mas sabíamos que ele se revelaria na vida cotidiana. Não havia uma crença ingênua de que pudéssemos dispensar a responsabilidade da sociedade na construção de um projeto político. Decididamente, fizéramos - parlamentares e técnicos - a opção por um processo democrático de construção da nova ordem. O critério normativo lógico-formal não seria prevaletente naquela missão. A Constituição não seria obra de iluminados, retrataria o pensamento coletivo dos mineiros. Seria obra criativa para abrigar a rica diversidade do Estado e romperia de vez com a tradição do estadocentrismo, para abrir espaço à sociedade.

A academia, aqui, tão bem representada, no plano de consultoria, pelos saudosos Professores Doutores Raul Machado Horta, José Alfredo de Oliveira Baracho e Paulo Neves de Carvalho, teve papel fundamental. Cada um se desafiou na busca de alternativas para abrigar os anseios da população. O apoio de tributaristas foi também importante. Os suplementos dos colaboradores externos alimentavam discussões parlamentares e das equipes técnicas qualificadas, notadamente da assessoria institucional da Constituinte, da assessoria especial do relator e das bancadas.

Na Assessoria Institucional, tínhamos servidores extraordinários, de reconhecida experiência em técnica e processo legislativos e bagagem intelectual e temática, responsáveis pelo padrão de excelência no apoio à Assembleia Constituinte, reconhecido por todo o Brasil. Além de Menelick, aqui estão vários deles, os quais saúdo na figura universal de Natália de Miranda Freire.

Na Assessoria de Processo, Antônio Geraldo Pinto foi o grande mestre. E são tantos os atores!

Na Assessoria Especial do Relator, Antonio Augusto Junho Anastasia, conquistou a todos: técnicos e políticos. Integrando-se na valorosa equipe de suporte ao Relator, aqui fez história e construiu, ainda muito jovem, um dos capítulos mais importantes da sua biografia.

O período foi muito rico para todos os atores do processo. Recordo-me das cenas de bastidores: o clima de tensão, de estresse, de expectativa; os conflitos, as dissensões técnicas, a luta pelos consensos, em rotinas que viravam noites. Ali, afinávamos os instrumentos e preparávamos a interlocução técnica para os embates na cena pública, com assessorias de bancadas, com comitês, representações institucionais e de segmentos. Recordo-me das intermináveis reuniões com o Relator com pautas intermináveis e resmas de papéis, volume de pleitos e pendências.

Vejo o Prof. Paulo Neves de Carvalho, quase sonâmbulo, atravessando o saguão principal desta Casa, tomado de assalto por manequim de uma exposição que entrou na agenda cultural sem que percebêssemos. Vejo a delegação taurina, em outra madrugada, resistir ao cansaço em torno daquela mesa de 24 lugares, na qual, curiosamente, restaram 8 pessoas do mesmo signo que insistiam em terminar a tarefa. Vejo Bonifácio Mourão, ladeado pelo Antonio Augusto Junho Anastasia, por mim, pelo Menelick, pelo Marclício França, pela Rosário Moreira e por outros, em absoluta solidariedade na missão. O Dalmir de Jesus completara a turma em passagem pelo local.

Vejo o Prof. Antonio Augusto Anastasia dividir comigo e com os assessores temáticos grandes responsabilidades técnicas e até os receios na lida com os "lobbies", alguns com olhos escuros. Em lugares etéreos da memória, resgato muitos e muitos quadros e seria capaz de descrevê-los em minúcias, explicitando os papéis dos figurantes que se encontram neste Plenário. Os parlamentares vivenciavam a experiência mais intensa de construção legislativa. Na impossibilidade de registrar os nomes de todos os ex-parlamentares, destaco dois que prestaram apoio relevantíssimo à equipe técnica com sua experiência nesta Casa, Luiz Vicente Calicchio e João Pedro Gustin. Nessas magníficas figuras presto homenagem a todos os constituintes. Eles colaboraram no dia a dia, na interlocução técnica com as diversas bancadas. Quero também fazer uma homenagem à bancada feminina na pessoa da ex-Deputada Maria Elvira. Eu teria muitas razões para homenagear a todos e a cada um.

Se era extraordinária a estrutura técnica em funcionamento e marcante a atuação responsável e aberta dos parlamentares, como bem ressaltado pelos oradores constituintes, era igualmente notável o padrão da participação popular. A Assembleia passou a ser o ponto de convergência de Minas, dos poderes político, social e econômico. Instalou-se uma dinâmica descentralizada de todo o processo, que corria por todos os lugares desta Casa e fora dela, com a sociedade participativa e os parlamentares conscientes da importância de suas missões. Experimentava-se uma verdadeira revolução. A representação plural assumia o seu espaço. Técnicos vigilantes e uma sociedade não homogeneizada estavam ali presentes e proativos. Ouço o burburinho de gente entrando e saindo desta Casa, de segmentos defendendo ideologias e convicções. Vejo a mediação da cidadania na articulação de projetos fragmentários e até contraditórios. A sociedade estava ali empoderada. Muitos embates. Mas as dificuldades foram superadas, porque não havia lugar para a arrogância do conhecimento. Ali se exercitava a capacidade de ouvir e de dialogar. A relação entre políticos, técnicos e cidadãos nunca alcançou um equilíbrio tão exemplar. Mais do que isso, políticos, técnicos e sociedade civil respeitaram-se. Era um pacto de construção da melhor ordem jurídica, dentro da moldura constitucional, embora, em algumas situações, tenha restado violada, em despeito dos esforços para garantia de constitucionalidade. Havia uma postura de fé dos atores do processo de que eles poderiam mudar os rumos da história do Estado e da sociedade mineira. Essa triangulação de fé sustentou o sucesso da Constituinte no cumprimento do seu relevante papel.

Eis uma recapitulação breve, incompleta desalinhada e irremediavelmente falha. Não uma reconstrução histórica do processo na busca da autoridade de um depoimento, ou de uma interpretação autêntica nem mesmo de um tracejamento das linhas que conformam a base da ordem constitucional. Chamo a atenção para as práticas discursivas no bojo do processo que firmou nova identidade do Parlamento mineiro, e também para a clareza dos propósitos institucionais e, ainda, para a ruptura com a postura de neutralidade de equipes técnicas. Tudo foi fator relevante no processo constituinte. A narrativa aqui desenvolvida poderia invocar outros atores institucionais, sociais ou técnicos; enfatizar outras interlocuções, por foco em outros eventos ou prestigiar outros discursos. Mas é sobretudo sob a ótica das práticas discursivas, a partir da Constituinte de 1989, que compreendo o Legislativo de hoje e o estágio da democracia que vivenciamos. Podemos dizer que o processo constituinte, com toda a maturidade de sua preparação e legitimidade de sua prática, refundou o Parlamento mineiro. Em outras palavras: o processo constituinte, culminância de um projeto de muitas cumplicidades e de esforços travados antes dele e no bojo da atuação exemplar dos atores de 1989, foi incontestável aval do modelo participativo do Parlamento mineiro e marco de uma nova identidade, legitimada como opção coletiva da sociedade.

Por isso mesmo, quando da promulgação, a Constituição representava o núcleo normativo mais adequado para firmar as bases do projeto sociopolítico do Estado. Nos dias atuais, a Constituição, para além da forma de seu conteúdo, apresenta-se na dimensão processual de sua (re)construção e ganha nova plasticidade por meio de interpretações contextualizadas. Isso porque o processo de sua construção não se encerrou com o ato formal da promulgação. Ao contrário, continua em lógica permanente de renovação, notadamente por meio de diversos mecanismos participativos. Para retratar tudo isso e o compromisso com essa lógica permanente, a Assembleia encomendou, da arte de Amílcar de Castro, o monumento símbolo deste Legislativo. Ele resgata a riqueza do minério das entranhas de nosso Estado e abre, com um triângulo vazado, os caminhos de Minas para a democracia, um projeto sempre em construção em aliança permanente entre o Legislativo e a Sociedade. Uma foto histórica da Constituinte lembra-me a inauguração do monumento com um ritual de entronização da sociedade civil nos domínios deste Parlamento. Refiro-me a uma foto que registra um evento em que Manuelzão, o Presidente da Assembleia Neif Jabur, D. Eny Jabur, Deputado Domingos Lanna, Dalmir de Jesus, eu e outras pessoas atravessávamos, pela primeira vez, o triângulo vazado, em sinal de passagem para a democracia. Mas Drummond me assombra sempre, me instiga e me intriga. E, então, caro Constituinte Jairo Magalhães Alves, recordo-me do suspiro eloquente de seu ilustre conterrâneo e poeta consagrado diante da paisagem itabirana: "Itabira é só um retrato na parede. E como dói". A foto de Manuelzão, porém, desperta-me sentimento oposto ao do poeta. Olhar a foto do Manuelzão me alenta. Isso porque a Assembleia não falseou o caminho da democracia; manteve abertos os canais comunicativos e fez da participação a bandeira emancipatória da cidadania mineira. Quando não houver mais o calor dos depoimentos de tantos figurantes, o monumento terá, na expressão fria do minério, o testemunho desse tempo de refundação do parlamento e da democracia em Minas.

Obrigada!

O Sr. Presidente - Agradecemos a participação da Sra. Maria Coeli Simões Pires. Neste momento, a Assembleia Legislativa manifesta seus agradecimentos às autoridades e palestrantes.

Homenagens Especiais

O locutor - Passaremos agora a homenagear os Deputados constituintes e os servidores da Assembleia Legislativa de Minas Gerais que participaram do processo constituinte, sendo o evento coordenado pelo Deputado Dinis Pinheiro, 1º-Secretário da Mesa. A seguir, teremos a inauguração da galeria de fotos que retratam o processo constituinte no Espaço José Aparecido de Oliveira, no saguão de entrada.

A reedição da Constituição Mineira lançada oficialmente nesta solenidade é especial em dois sentidos. Primeiro, porque reproduz o texto original neste momento em que completa 20 anos de existência. Em segundo lugar, porque tem o propósito de homenagear os parlamentares que assinaram a Constituição, os que participaram do processo e também as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para que a Carta mineira fosse sobretudo o resultado de intensos debates com a sociedade na retomada do exercício democrático. É com esse espírito de reconhecimento de tão importante missão cumprida que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais oferece o volume que será a homenagem desta tarde. Convidamos os Exmos. Srs. Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa, e Dinis Pinheiro, 1º-Secretário desta Casa, a se posicionarem em local indicado pelo Cerimonial, para início da homenagem às Deputadas, aos Deputados constituintes e aos representantes dos servidores da época da Constituinte, que receberão uma reedição da Constituição Mineira de 1989.

Para receber a homenagem, convidamos os Deputados Adelino Pereira Dias, Ademir Lucas Gomes, Agostinho César Valente; representante do saudoso Deputado Agostinho Patrus; Deputados Afilton Torres Neves, Aloísio Teixeira Garcia, Amílcar Campos Padovani, Anderson Aduato Pereira; representante do saudoso Deputado Antônio da Cunha Resende Ninico; Deputados Antônio Fagundes de Souza, Antônio Genaro Oliveira; representante do saudoso Deputado Antônio Milton Sales; Deputados Armando Gonçalves Costa, Benedito Rubens Renó Bené Guedes; representante do saudoso Deputado Bernardo Rubinger de Queiroz; representante do saudoso Deputado Camilo Machado de Miranda; Deputados Carlos Eduardo Antunes Pereira, Cléuber Brandão Carneiro; representante do saudoso Deputado Delfim de Carvalho Ribeiro; Deputado Dirceu Pereira de Araújo; Deputado Domingos Sávio Teixeira Lanna; Deputado Eduardo Benedito Ottoni; Deputado Elmiro Alves do Nascimento; Deputado Elmo Braz Soares; Deputado Eurípedes Craide; Deputado Felipe Néri de Almeida; Deputado Francisco Carlos Chico Ferramenta Delfino; Deputado Geraldo da Costa Pereira; Deputado Geraldo Gomes Rezende; Deputado Irani Vieira Barbosa; representante do saudoso Deputado Jaime Martins Espírito Santo; Deputado Jairo Magalhães Alves; Deputado Jamil Selin de Sales Júnior; Deputado João Batista Rosa; Deputado João Bosco Martins; João Lamago Netto; João Pedro Gustin; Deputado João Pinto Ribeiro, que aqui se faz representado; representante do saudoso Deputado Jorge Gibran Sobrinho; representante do também saudoso Deputado Jorge Hannas; Deputado José Adamo Belato; Deputado José Bonifácio Mourão. Gostaríamos de convidar para comparecer ao local para condecoração os representantes dos saudosos Deputados José Bonifácio Tamm de Andrada, José Ferras Caldas, José Ferraz da Silva, José Laviola Matos e José Maria de Mendonça Chaves. Deputado José Maria Pinto, Deputado José Militão Costa; representante do saudoso Deputado José Neif Jabur; representante do saudoso Deputado José Renato Novaes; Deputados José Rodrigues Duarte, Kemil Said Kumaira, Lacyr Dias de Andrade, Luís Carlos Balbino Gambogi, Luiz Vicente Ribeiro Calicchio, Manoel Nelinho Resende de Mattos Cabral, Márcio Lemos Soares Maia, Maria Elvira Salles Ferreira, Maria José Hauelsen Freire; representante do saudoso Deputado Maurício Dutra Moreira; Deputados Mauro Pinto de Moraes; Milton Ferreira da Cruz; Narciso Paulo Michelli; Nilmário Miranda; Otacílio Oliveira de Miranda; Paulo César de Carvalho Pettersen; Paulo César Guimarães; Paulo Fernando Soares de Oliveira; Paulo Pereira; Péricles Ferreira dos Anjos; representante do saudoso Deputado Raimundo Silva de Albergaria; Deputados Raul Messias Franco; Roberto Luiz Soares de Melo; Romeu Ferreira de Queiroz; Ronaldo Vasconcelos Novais; representante do saudoso Deputado Rubens Pinto Garcia, Deputado Saint'Clair Martins Souto, Deputado Samir Tannus, Deputada Sandra Meira Starling, Deputado Sebastião Helvécio Ramos de Castro, Deputado Sebastião Mendes Barros, Deputado Serafim Lopes Godinho Filho, Deputado Sérgio Emílio Brant Vasconcelos Costa, Deputado Sílvio Carvalho Mitre, Deputado Tancredo Antônio Neves, Deputado Vitor Penido de Barros e Deputado Wellington Balbino de Castro; representando os servidores da Assembleia Legislativa de Minas Gerais na época da Constituinte, a Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária-Geral da Mesa da Assembleia Legislativa e coordenadora do processo constituinte de 1989; o Sr. Dalmir de Jesus, então Diretor-Geral da Assembleia Legislativa durante o processo constituinte; o Sr. Eni Carajá Filho, Gerente de Apoio ao Conselho de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Betim e Presidente do Comitê Popular na Constituinte de 1989, representante, neste ato, a sociedade civil.

- Procede-se à entrega de exemplares da Constituição do Estado.

O Sr. Presidente - Neste momento, para encerrar esta solenidade e dar prosseguimento à inauguração da galeria de fotos do processo constituinte, convidamos o Procurador de Justiça Luiz Vicente Ribeiro Calicchio, Deputado Estadual constituinte e atual membro do Conselho de Ética Pública do Estado de Minas Gerais, para falar representando os homenageados.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho; Deputado Lafayette de Andrada; Sr. Kemil Kumaira, ex-Presidente da Assembleia Constituinte; querida amiga Coeli; Deputado constituinte e relator Mourão; Sras. e Srs. Deputados; caros companheiros constituintes. É com alguma tristeza que vejo ser feita a chamada, e não conseguimos a recomposição de quórum. Muitos faltaram, partiram, e deles só nos restou a memória. Foi preciso que aqui estivéssemos para sentir de quantas ausências é feito o gosto dessa saudade.

Como parlamentares e constituintes, fomos uma geração privilegiada pelo convívio. Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Mário Covas, Ulysses Guimarães. Foram eles, na verdade, os mentores e artífices de nossa Constituição. Nós apenas participamos, e participar, tal como nos ensinou Antoine de Saint-Exupéry em "Terra dos Homens", é sentir-se responsável por uma miséria que parece não depender de si. Com essa responsabilidade, chegamos aqui hoje para afrontar certos descabros a que temos assistido. Será ao acaso que nos esquecemos de que é frágil o nosso meio ambiente? Será que nos esquecemos de que o ar, a água, o solo, bens essenciais, são findáveis como a própria vida? Será que nos esquecemos de que a democracia, a forma de governo que escolhemos, exige alternância, que não tolera continuísmos nem patrimonialismos, quer de indivíduos, quer de partidos? Será que nos esquecemos de que a política não é um fim em si mesmo, mas apenas e tão somente instrumento para consecução do bem comum, e este, por sua vez, não é o somatório egoístico de nossos bens individuais, mas o bem do todo feito em comum? Será que nos esquecemos de que, na hierarquia dos valores humanos, a justiça antecede a caridade, e que a justiça deve se dar antes da caridade, que, principalmente, não deve ser usada para fins eleitorais? Será que esquecemos? Será que nos esquecemos da diferenciação clara e nítida entre o bem público e o bem privado? Será que nos esquecemos de que o bem público é tudo isso que nos circunda e é para o uso de todos, enquanto o privado é o que conseguimos amealhar para a nossa própria subsistência sem que tenhamos de roubar os outros? Será que esquecemos?

Senhoras e senhores parlamentares, tudo que acabo de dizer está contido em princípios da nossa Carta Magna, e vós, parlamentares de hoje e de amanhã, sois os guardiões desse documento. Deveis preservá-lo e aprimorá-lo sem casuísmos e oportunismos de conveniência. E hoje aqui, quando cumpro o dever de agradecer-vos essa significativa homenagem que nos fazeis como os constituintes de ontem, quero retribuir-vos com o conselho de um antigo companheiro e não mais de um irmão mais velho. Ao agirdes em vossa vida parlamentar, fazei sempre de tal modo que os vossos inimigos superestimem os vossos defeitos, e os vossos amigos e companheiros subestimem vossas virtudes. Lembrai-vos sempre de que, neste mundo de valores efêmeros e transitórios, alguns existem que são permanentes e eternos, entre eles autenticidade e lealdade. Pois que a autenticidade nada mais é do que a honestidade para consigo mesmo, enquanto a lealdade é a honestidade para com os outros. No coroamento de vossas obras, lembrai-vos sempre de colocar amor, pois, em muitas ocasiões, tentarão obliterar a vossa visão, vendar os vossos olhos, sendo necessário, então, procurar com o coração. Agora mais que nunca, após esse conselho, digo-vos que só assim sereis capazes de transmitir aos vossos pósteros um patrimônio de dignidade e honra, e não um mesquinho acervo de misérias e de vergonhas. É o que tinha a dizer.

O locutor - Informamos que a publicação da ata deste ciclo de debates será feita no órgão oficial do Estado, na edição do dia 30 de setembro, no "Diário do Legislativo", e que a reprise deste evento será transmitida pela TV Assembleia no domingo, dia 27 de setembro, às 9 horas.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 22, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 22/9/2009.). Levanta-se a reunião.

Ata da 20ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 22/9/2009

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita ao membro da Comissão presente que a subscreva. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o texto do Decreto Federal nº 6.640 de 2008, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional, bem como sua proposta de regulamentação. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Maria Elisa Castellanos Solar, Arqueóloga do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha-MG -, representando Carlos Roberto Noronha, Presidente do Iepha-MG; Maria Dalce Ricas, Superintendente Executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -, e os Srs. Marcos Paulo de Souza Miranda, Promotor de Justiça e Coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico, representando Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Ilmar Bastos Santos, Subsecretário de Gestão Ambiental Integrada da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad -, representando José Carlos Carvalho, Secretário de Estado da Semad; João Carlos de Melo, Consultor de Meio Ambiente e Gestão Ambiental do Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram -, representando Paulo Camilo Vargas Penna, Diretor-Presidente do Ibram; Wifred Brandt, Presidente do Grupo Brandt Meio Ambiente; Denes Martins da Costa Lott, Analista de Meio Ambiente na Vale do Rio Doce, representando José Fernandes Coura, Presidente do Sindicato da Indústria Extrativista de Minas Gerais - Sindiextra -; e Maurício Cravo, espeleólogo e Consultor de Meio Ambiente, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sávio Souza Cruz, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião conjunta na mesma data, às 15h30min, no auditório da Casa, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2009.

Fábio Avelar, Presidente.

Ata da 24ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 23/9/2009

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Vanderlei Miranda e João Leite (substituindo o Deputado Fahim Sawan, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Vanderlei Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Célio César Paduani, Corregedor-Geral de Justiça; Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; José Geraldo Sales, Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal; Leonardo Carvalho Carreira, Defensor Público do Estado; Bonifácio de Andrada, Deputado Federal; Felipe Estabile Moraes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação (17/9/2009); José Sarney, Presidente do Senado Federal; Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil do Estado (18/9/2009); Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da Funai; Paulo Alkmim, Ouvidor de Polícia; Luís Márcio Araújo Ramos, Presidente da Fhemig; e da Sra. Luzia Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte (19/9/2009). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia),

compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Durval Ângelo (4) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, com convidados que menciona, para obter esclarecimentos sobre possível ocorrência de violação de direitos humanos nas dependências da Escola Estadual Anita Brina Brandão, localizada nesta Capital; em 18/09/2009; seja formalizada a participação da Comissão nos eventos sobre direitos humanos a serem realizados em 23/9/2009, em Ubá, 24/9/2009, em Visconde do Rio Branco, 25/9/2009, em Itaúna. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de setembro de 2009.

Durval Ângelo, Presidente - Domingos Sávio - Duarte Bechir - Padre João.

Ata da 26ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 23/9/2009

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Ademir Lucas e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Cecília Ferramenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig (17/9/2009); Murilo de Campos Valadares, Secretário de Políticas Urbanas de Belo Horizonte (18/9/2009); e Fuad Noman, Secretário de Estado de Transportes (19/9/2009). O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.501/2009 no 1º turno, para o qual designou o Deputado Paulo Guedes relator da matéria. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.557 a 4.566/2009; 4.581 a 4.588/2009; 4.592/2009; 4.593/2009; e 4.604 a 4.614/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Pimenta em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Comunidade da Vila Bem Querer por sua ascensão a Distrito do Município de Riacho dos Machados; e Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Participação Popular destinada a debater, em audiência pública, a regularização cadastral do Bairro Liberdade II, no Município de Contagem, que carece de serviços de infraestrutura básica em razão do loteamento irregular. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, no próximo dia 25/9, às 10 horas, no Município de Contagem, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2009.

Carlos Gomes, Presidente - Durval Ângelo.

Ata da 23ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 25/9/2009

Às 11 horas, comparecem no Município de Bom Sucesso os Deputados Fábio Avelar e Antônio Júlio (substituindo o Deputado Sávio Souza Cruz, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita ao membro da Comissão presente que a subscreva. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, questões relativas à pesca predatória no Rio das Mortes e à transposição de peixes da Usina do Funil. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Luiz Cláudio da Mata, Vereador Vice-Presidente, representando Porfírio Roberto da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Bom Sucesso; Bergson Cardoso Guimarães, Coordenador Regional da Promotoria de Meio Ambiente da Bacia do Rio Grande, representando Edson de Resende Castro, Promotor de Justiça da Comarca de Bom Sucesso; Fernando Pimentel Martins, Secretário de Meio Ambiente de Bom Sucesso; Paulo Roberto Machado Carvalho, Gerente-Geral do Consórcio Hidrelétrica do Funil; Júlio Moraes de Oliveira, Vereador de Bom Sucesso; Major Rosângela e Tenente Soares, da Polícia Ambiental; Sargento Lourival, da Polícia Militar, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Antônio Júlio, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2009.

Fábio Avelar, Presidente - Almir Paraca - Gil Pereira - Sávio Souza Cruz.

Ata da 27ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 28/9/2009

Às 13h15min, comparece na Escola Normal do Município de Oliveira o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Domingos Sávio, Padre João e Duarte Bechir. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, o assassinato ocorrido na cadeia pública de Oliveira e a construção do novo estabelecimento prisional do Município. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Américo Pinto Costa, Vice-Presidente, representando Paulo Sérgio da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Oliveira; Alex Soares Nacif, Promotor de Justiça da Comarca de Oliveira, representando Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça do Estado; Ten.-Cel. Luís Rogério de Assis, Comandante do 8º BPM de Lavras; Cap. PM José Deon da Silva, da 59ª Cia. PM de Oliveira; Reinaldo Cesar Assis, Walquir Rocha de Avelar Júnior e Jaqueline Martins da Silveira, Vereadores da Câmara Municipal de Oliveira; e as Sras. Maria do Carmo Rabelo Lara, Prefeita Municipal de Carmópolis; Ângela Furtado Braga, Delegada de Polícia da Comarca de Carmópolis, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Padre João, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2009.

Durval Ângelo, Presidente - Fahin Sawan - Vanderlei Miranda.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 30/9/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação, em turno único, da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Maurício Fortini para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Teodoro Alves Lamounier para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.230, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2010. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.827/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a divulgação, no âmbito dos serviços notariais do Estado, do direito de realizar separação consensual e divórcio consensual por meio de escritura pública. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.926/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que altera o art. 15 da Lei nº 12.729, de 30/12/1997. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.123/2008, do Deputado Walter Tosta, que altera o art. 3º da Lei nº 14.937, de 23/12/2003. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 3 e pela rejeição da Emenda nº 1.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.149/2009, do Deputado Fábio Avelar, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Laranjal o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.300/2009, do Deputado Domingos Sávio, que altera a destinação prevista para o imóvel doado ao Município de Ijaci nos termos da Lei nº 11.620, de 4/10/94. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.679/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird - e dá outras providências. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 16/2007, do Deputado Eros Biondini, que torna obrigatória a implantação no Estado do processo de coleta seletiva de lixo em "shopping centers" e outros estabelecimentos que especifica. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação

do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.351/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - localizadas no Estado. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.352/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da Sociedade São Vicente de Paulo - SSVV - localizadas no Estado. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.441/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São João Evangelista o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.442/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itamogi o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.480/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itambacuri o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.255/2009, do Governador do Estado, que cria a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - HidroEx - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Minas e Energia perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.487/2009, do Deputado Zé Maia, que altera a redação do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.065, de 22/11/2001, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Santo Antônio do Monte. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.515/2009, do Deputado André Quintão, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 14.599, de 2003. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.619/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 8.655, de 18/9/84. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 25ª Reunião Ordinária da Comissão DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 30/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 23ª Reunião Ordinária da Comissão DE SAÚDE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 30/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater as seguintes normas: Resolução nº 1.649/2002 do Conselho Federal de Medicina - CFM -; Resolução nº 77/2007 do Conselho Federal de Odontologia - CFO -; e Resoluções Normativas nºs 25 e 40/2003 da Agência Nacional de Saúde - ANS -, com os convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 22ª Reunião Ordinária da Comissão DE MINAS E ENERGIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 30/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 26ª Reunião Ordinária da Comissão DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 30/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.255/2009, do Governador do Estado (sobre emendas apresentadas em Plenário); 3.238/2009, do Deputado Zezé Perrella; 3.466/2009, do Deputado Lafayette de Andrada; 3.439/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 24ª Reunião Ordinária da Comissão DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 30/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.997/2009, do Deputado Carlin Moura; 3.158/2009, do Deputado Gilberto Abramo; 3.202/2009, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.476/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.517/2009, do Deputado Inácio Franco. Requerimentos nºs 4.481/2009, do Deputado Duarte Bechir; 4.487/2009, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; 4.507/2009, do Deputado Doutor Viana; 4.516/2009, da Deputada Ana Maria Resende; 4.523/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.525/2009, do Deputado Rômulo Veneroso; 4.554/2009, do Deputado Jayro Lessa; 4.580/2009, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 17ª Reunião Ordinária da Comissão DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 30/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: obter informações sobre os critérios adotados para fiscalização dos veículos no Estado de Minas Gerais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 20ª Reunião Ordinária da Comissão DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 30/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.542/2009, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.213/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.359/2009, do Deputado Dinis Pinheiro; 3.550/2009, do Deputado Juarez Távora; 3.566/2009, do Deputado Tiago Ulisses; 3.625/2009, do Deputado Carlos Gomes; 3.631/2009, do Deputado Walter Tosta; 3.632 e 3.633/2009, do Deputado Wander Borges; 3.649/2009, do Deputado Fábio Avelar; 3.650/2009, do Deputado Fahim

Sawan; 3.652/2009, do Deputado Vanderlei Miranda; 3.655/2009, do Deputado Eros Biondini; 3.659/2009, do Deputado Carlin Moura; 3.671/2009, do Deputado Djalma Diniz; 3.674/2009, do Deputado Walter Tosta; 3.675/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Requerimento nº 4.632/2009, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 21ª Reunião Ordinária da Comissão DE REDAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 30/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 21ª Reunião Ordinária da Comissão DE CULTURA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 30/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.668/2009, da Deputada Rosângela Reis, e 3.669/2009, do Deputado Sargento Rodrigues.

Requerimento nº 4.643/2009, do Deputado Sávio Souza Cruz e do Deputado Fábio Avelar.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 27ª Reunião Ordinária da Comissão DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 30/9/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.621 a 4.626/2009, do Deputado Arlen Santiago; 4.629/2009, do Deputado Wander Borges; e 4.639/2009, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 9 horas do dia 30/9/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, a saber: indicações, feitas pelo Governador do Estado, dos nomes dos Srs. Octávio Elísio Alves de Brito, Antônio Maurício Fortini e Teodoro Alves Lamounier para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG -; e, na 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei nº 19.230, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2010; e dos Projetos de Lei nºs 16/2007, do Deputado Eros Biondini, que torna obrigatória a implantação no Estado do processo de coleta seletiva de lixo em "shopping centers" e outros estabelecimentos que especifica; 2.123/2008, do Deputado Walter Tosta, que altera o art. 3º da Lei nº 14.937, de 23/12/2003; 2.827/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a divulgação, no âmbito dos serviços notariais do Estado, do direito de realizar separação consensual e divórcio consensual por meio de escritura pública; 2.926/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que altera o art. 15 da Lei nº 12.729, de 30/12/97; 3.149/2009, do Deputado Fábio Avelar, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Laranjal o imóvel que especifica; 3.255/2009, do Governador do Estado, que cria a Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - HidroEx - e dá outras providências; 3.300/2009, do Deputado Domingos Sávio, que altera a destinação prevista para o imóvel doado ao Município de Ijaci nos termos da Lei nº 11.620, de 4/10/94; 3.351/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da Associação de

Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - localizadas no Estado; 3.352/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da Sociedade São Vicente de Paulo - SSVV - localizadas no Estado; 3.441/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São João Evangelista o imóvel que especifica; 3.442/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itamogi o imóvel que especifica; 3.480/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itambacuri o imóvel que especifica; 3.487/2009, do Deputado Zé Maia, que altera a redação do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.065, de 22/11/2001; 3.515/2009, do Deputado André Quintão, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 14.599, de 2003; 3.619/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 8.655, de 18/9/84; e 3.679/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 29 de setembro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

Edital de convocação

Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, José Henrique, Weliton Prado, Dinis Pinheiro, Hely Tarquínio, Sargento Rodrigues, membros da Mesa da Assembleia, para a reunião a ser realizada em 30/9/2009, às 17 horas, no Salão Oficial.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 29 de setembro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Genaro, Delvito Alves, Fahim Sawan e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/9/2009, às 9h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se eleger o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2009.

Durval Ângelo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.400/2009

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Délio Malheiros, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar denominação ao trecho da rodovia que liga o Município de Conquista à MG-464.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.400/2009 tem por finalidade dar a denominação de Ítalo Guardiero ao trecho da rodovia que liga o Município de Conquista à MG-464.

Ressalte-se, inicialmente, que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como objetivo identificar corretamente a natureza do próprio público que se pretende denominar. Com efeito, o termo "alameda", constante no art. 1º do projeto, refere-se a via urbana e é característico de próprios públicos municipais integrantes do plano diretor de desenvolvimento urbano, que contém normas de edificação, de loteamento, de zoneamento e diretrizes urbanísticas convenientes à ordenação de seu território. Já as vias destinadas ao tráfego de veículos pertencentes ao Estado, que ultrapassam limites de um ou mais Municípios, devem ser denominadas rodovias.

Quanto ao mérito, cabe observar que Ítalo Guardiero, nascido no Município de Conquista, exerceu importante papel em sua cidade natal, na qual ganhou respeito e admiração por parte da população. Foi operador de projeção de filmes no Cine Vera Cruz, além de goleiro e técnico do Conquista Esporte Clube. Fundou a escolinha de futebol no Município, onde ensinou aos jovens, por meio do esporte, a disciplina e o respeito ao próximo, sem nunca descuidar de seu trabalho como servidor público municipal.

Portanto, a homenagem que lhe está sendo feita por intermédio do projeto de lei em análise pretende demonstrar o reconhecimento aos relevantes serviços prestados àquela comunidade.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.400/2009, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de

Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2009.

Adalclever Lopes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.719/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Alencar da Silveira Jr., o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de São Gonçalo do Bação, com sede no Município de Itabirito.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 10/9/2009 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.719/2009 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de São Gonçalo do Bação, com sede no Município de Itabirito.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da entidade determina, no art. 13, que não são remunerados os membros de sua diretoria; e, no art. 73, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade de fins não econômicos.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.719/2009.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Ronaldo Magalhães, relator - Delvito Alves - Padre João.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.721/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Sagarana - Ambasa -, com sede no Município de Cordisburgo.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 10/9/2009 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.721/2009 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Sagarana - Ambasa -, com sede no Município de Cordisburgo.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua Diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina no art. 32 que os seus Diretores, sócios, Conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes não serão remunerados; e no art. 36 que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente reverterá a entidade

congênere registrada no Conselho Nacional de Assistência Social ou a entidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.721/2009.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Ronaldo Magalhães, relator - Padre João - Delvito Alves.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.723/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Ação Social Ibitiurense, com sede no Município de Ibitiúra de Minas.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 10/9/2009 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.723/2009 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Ação Social Ibitiurense, com sede no Município de Ibitiúra de Minas.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua Diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina no art. 28 que as atividades de seus Diretores, Conselheiros e associados não serão remuneradas; e no art. 32 que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere, com personalidade jurídica, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a entidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.723/2009.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2009.

Ronaldo Magalhães, Presidente e relator - Delvito Alves - Dalmo Ribeiro Silva - Padre João.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 3.115/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Almir Paraca, a proposição em epígrafe tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 20/3/2009 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Em 31/3/2009, esta relatoria solicitou fosse o projeto baixado em diligência à Secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao Prefeito Municipal de Itajubá para que se manifestassem sobre a alienação pretendida.

Atendidas as solicitações, passamos ao exame da matéria.

Fundamentação

Trata o Projeto de Lei nº 3.115/2009 de autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá imóvel constituído de terreno com área de 2.082m², situado na Rua José Joaquim, no Bairro Varginha, nesse Município, e registrado sob o nº 4.429, a fls. 18. do Livro 3-H, no Cartório de

Registro de Imóveis da Comarca de Itajubá.

O art. 18 da Constituição mineira exige a autorização legislativa para a alienação de imóveis públicos. No plano infraconstitucional, o art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, que regulamenta o art. 37, XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da administração pública, exige, além da referida autorização, a subordinação do contrato ao atendimento do interesse público.

Nesse sentido, o parágrafo único do art. 1º da proposição prevê que o referido imóvel será destinado ao funcionamento de escola municipal, a fim de atender à demanda educacional da comunidade.

Mesmo sendo o imóvel transferido a outro ente da Federação, o respectivo contrato deve ser revestido de garantia, que, no presente caso, está prevista no art. 2º do projeto, que estabelece o retorno do bem ao patrimônio do doador se, no termo avençado, não lhe tiver sido dada a destinação prevista ou se for modificada sua finalidade.

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, por meio da Nota Técnica nº 362/2009, posicionou-se favoravelmente à pretendida transferência de domínio, uma vez que a Secretaria de Estado de Educação, órgão ao qual o imóvel encontra-se vinculado, concorda com a doação. Acrescenta que não há projetos estaduais para a utilização do referido bem e que no local encontra-se em funcionamento uma unidade de ensino municipal.

Por fim, o Prefeito Municipal de Itajubá, por meio do Ofício nº 209/2009, defende a necessidade e importância da doação do imóvel, que abriga há mais de 20 anos uma escola municipal.

Atendendo o projeto em análise aos preceitos legais que o disciplinam, não encontramos óbice à sua tramitação nesta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.115/2009.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente e relator - Padre João - Delvito Alves - Ronaldo Magalhães.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

83ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 22/9/2009

O Deputado Sebastião Helvécio* - Meu caro Presidente desta reunião, Deputado José Henrique, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, companheiros que nos acompanham dos gabinetes parlamentares, meus senhores e minhas senhoras. Venho a esta tribuna comunicar que, nesta data, estamos formalizando comunicação de renúncia ao mandato parlamentar para que possamos, amanhã, 23 de setembro, tomar posse como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, por indicação desta egrégia Casa Legislativa. Este momento, portanto, é extremamente especial para a minha vida pública.

Quando cheguei a esta Casa, nas eleições de 1986, tivemos oportunidade de participar, logo em seguida, do processo constituinte mineiro, que terminou consagrando a Assembleia de Minas como a primeira Assembleia a entregar ao seu povo a Constituição Estadual. Além disso, a meu olhar, nesses 170 anos do Parlamento mineiro, a 4ª Constituinte foi um divisor de águas. A partir daquele momento, em que recebemos mais de 10 mil sugestões, participações e observações populares sobre o processo constituinte, a Assembleia abriu-se realmente ao nosso povo, tornando cada vez mais legítima a sua representação popular e permitindo, ao longo desse tempo, que aqui exercitássemos os nossos seis mandatos parlamentares, percebêssemos a importância da democracia e, mais do que isso, tivéssemos a convicção de que, quando se tem uma instituição qualificada - e o grande pensador Espinosa já dizia isso -, é possível que o trabalho vá ao encontro do anseio popular.

Neste momento, despeço-me do Parlamento mineiro, com muito orgulho porque, nesta Casa e por todos os lados do Brasil por onde andamos, participando de encontros, conferências e debates, sempre a Assembleia de Minas, quer seja pelos seus parlamentares, quer seja pelo seu corpo técnico, quer seja ou pelo nível de transparência que atingimos, é sempre referência como exemplo de excelência no trato do Poder legiferante e da representação popular.

Portanto, meus colegas, meus pares, meus amigos, foi principalmente pelas mãos de vocês que consegui chegar a esse almejado cargo de Conselheiro. Estejam certos de que, a partir de amanhã, com a minha posse naquela Casa, pretendo levar para ela não apenas a experiência, a crença da qualificação do exercício da atividade representativa, mas, sobretudo, os princípios da valorização da democracia.

Nesses 23 anos em que estivemos juntos no Parlamento mineiro, cada dia, cada reunião, cada encontro foi uma aula de civismo, de patriotismo, e representou, sobretudo e principalmente, um momento da representação parlamentar. Os 77 parlamentares, cada um com o seu estilo, cada um com a sua história, cada um com a sua convicção, representam a pluralidade do modelo democrático na sua essência mais intensiva.

Esse entrosamento que aqui conseguimos ter com o corpo técnico da Casa, a produção extraordinária das comissões temáticas e a presença que a Assembleia de Minas tem na sociedade nos motiva tremendamente a levar essa mesma crença, essa mesma verdade para o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Ao terminar esta minha intervenção, que faço com muita emoção e alegria, mas, sobretudo, com muita gratidão, porque acho que a gratidão é a mãe de todas as virtudes, quero dar um abraço muito especial e fraterno em todos os colegas desta legislatura. Estejam certos de que, ao longo dessas seis legislaturas que aqui vivi, tive momentos de grande alegria. Aqui pude exercitar muitas vezes o encantamento da possibilidade. Quando olho para o rosto de cada um de vocês, sinto que este é o desejo parlamentar: transformar, fazer possível a política como instrumento de melhoria da vida das pessoas.

A Assembleia Legislativa, naquela noite memorável de 14 de julho, dia tão importante para aqueles que gostam da liberdade, da igualdade e da fraternidade - lembramos aqui a Queda da Bastilha -, ficará marcado para sempre na minha vida. Os homens e as mulheres que representam o povo de Minas Gerais, pela maioria da sua manifestação, confiaram-me essa missão, que, a partir de amanhã, começarei a desempenhar.

Estejam certos de que o nosso gabinete no Tribunal de Contas não será apenas uma extensão do nosso convívio na Assembleia Legislativa, mas um altar cívico daquilo que aprendi nesta Casa. De todo o meu coração, muito obrigado! Contem sempre com o Sebastião.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Deputado Sebastião Helvécio, em primeiro lugar quero manifestar a honra, a alegria e o prazer de tê-lo como colega nesta Assembleia, por vários mandatos. O trabalho que V. Exa. fez foi importante para a construção e a consolidação do Estado Democrático de Direito em Minas Gerais. V. Exa. ajudou a fundar a nova Constituição do Estado e tem trabalhado aqui, continuamente, tendo em vista a consolidação dos fundamentos da referida Carta. Portanto externo esse nosso lugar comum e a alegria de ter compartilhado com V. Exa. esse tempo.

Manifesto também a minha esperança de, ao final do ano que vem, ao ter acesso, como tive recentemente, ao relatório do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que trata das contas do Governador, ler, entre os relatos dos Conselheiros, o de um Conselheiro que esteja lá representando os interesses do Estado, e não os do governo. Precisamos ter em Minas Gerais um Tribunal de Contas de Estado e não um Tribunal de Contas de governo. Não podemos estabelecer análises, avaliações e conclusões em função do governo de plantão, qualquer que seja ele. Precisamos tratar dos fundamentos do Estado de Minas Gerais.

Aqui, como colega seu, da saúde, lutamos juntos para ver implantada neste Estado uma política de saúde que estabeleça os fundamentos constitucionais, já que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Queremos que isso seja consolidado nas práticas cotidianas dos governos. A minha expectativa é que isso avance também na lógica do Tribunal de Contas do Estado.

Hoje, Deputado Sebastião Helvécio, nosso futuro Conselheiro do Tribunal de Contas de Minas Gerais, para nossa vergonha, o Estado de Minas é, depois apenas do Rio Grande do Sul, o que menos aplica na área de saúde. É o 26º Estado em aplicação de recursos no setor de saúde, e isso não é apenas da responsabilidade dos governos de Estado, deste governo e dos governos anteriores, mas também do Tribunal de Contas, pela análise e pela forma com que avalia a prestação de contas do governo, assim como desta Assembleia de Minas, ao ser conivente com essa situação. Tenho dito e ouvido de muitas pessoas que o Estado pode mais, e queremos mais para a saúde.

A minha expectativa é que o médico Dr. Sebastião Helvécio, constituinte, por seis vezes Deputado Estadual e também, agora, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, poste-se nesse Tribunal como alguém que defenda os fundamentos daquilo que construímos na Constituição. É inaceitável vermos, por parte de um tribunal, argumentos que afrontam as Constituições Federal e Estadual. Argumentos que justificam a aplicação de recursos totalmente fora dos fundamentos dos recursos da saúde. O que nós construímos na saúde, V. Exa., eu e algumas milhares de pessoas, e conseguimos avançar nos fundamentos das nossas Constituições, porque nos constituímos como base, batalhadores, professores e militantes da saúde, não é o que está acontecendo neste Estado e em muitos outros lugares do Brasil. Queremos que a saúde avance cada vez mais no sentido da constitucionalidade, do que foi construído. Saúde é direito de cidadania e dever de Estado.

Sei que o Estado não pode tudo, qualquer que seja o governo, mas ele pode mais que o que se está fazendo no setor de saúde. Temos um Vice-Presidente da República que, corajosamente e com toda a ousadia e vontade de viver, está enfrentando um câncer faz 12 anos. Ele está vencendo não só pela sua vontade, mas porque ele tem estrutura e condições de ser atendido. Por outro lado, não é possível assistirmos, em Minas Gerais, pessoas com câncer que ficam esperando por medicamentos que nunca chegam, por cirurgias que nunca acontecem, ou esperando nas filas, indefinidamente, por um tratamento que não acontece, encurtando a sua vida e aumentando o seu estado de sofrimento. Precisamos mudar essa realidade.

Quero aqui manifestar não só o prazer e a alegria de tê-lo aqui não só como nosso amigo, companheiro e colega de trabalho, mas também como um bravo batalhador no Tribunal de Contas de Minas Gerais, para fazer valer, na verdade e na prática, os princípios constitucionais pelos quais V. Exa. e todos nós lutamos.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Infelizmente, não teremos muito tempo para cumprimentá-lo, mas este é um momento de cumprimento ao parlamentar Deputado Sebastião Helvécio, que foi, mediante os votos legítimos desta Casa, guindado ao cargo de Conselheiro de Tribunal de Contas do Estado.

Fico dividido: por um lado, alegre, porque acho que é o coroamento de uma vida pública digna, respeitável, competente. Mas, por outro, fico triste, porque estamos perdendo um dos melhores parlamentares que esta Casa já teve em toda a sua história, um dos melhores parlamentares do meu partido, do nosso partido, do PDT.

Deputado Sebastião Helvécio, rapidamente, para que os demais companheiros também o cumprimentem, quero desejar-lhe sorte nessa nova caminhada, nessa nova missão. Com certeza V. Exa. estará dignificando esta Casa e o povo de Minas Gerais. O PDT perde hoje um dos maiores parlamentares da sua história, mas tem a honra de emprestar ao Estado um Conselheiro que dará conta do recado e que certamente trará dignidade a essa Casa e ao povo brasileiro. Que Deus o ajude, que Deus proteja V. Exa. e sua família. Certamente teremos no Tribunal de Contas o Conselheiro Sebastião Helvécio, que tem uma história na vida pública e que hoje empresta todo o seu trabalho e experiência a essa nova casa. Com certeza absoluta, dará conta do recado, com toda tranquilidade. Vá com Deus, que Ele o proteja. Não se esqueça de que esta Casa foi, sem dúvida alguma, o grande aprendizado da sua vida. Muito obrigado pela sua lealdade ao partido, pela sua presença, obrigado por tantos momentos que dividimos. Faça esse agradecimento em nome do meu partido e em nome do Legislativo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Rinaldo (em aparte)* - É com o maior prazer, Deputado Sebastião Helvécio, que estamos aqui hoje desejando-lhe felicidades nessa nova missão no Tribunal de Contas do Estado. Quero agradecer-lhe a amizade, o carinho e as nossas viagens - tivemos oportunidade de representar esta Casa em Washington e em Istambul, momentos em que pude conhecê-lo melhor - durante esses três anos do meu primeiro mandato. Além de grande parlamentar, de pessoa ética, respeitada nesta Casa, o senhor também é um grande amigo, um grande companheiro. Tenho certeza de que o Tribunal de Contas do Estado vai-se engrandecer com a sua presença; tenho certeza de que, naquela casa, V. Exa. será o Sebastião Helvécio, Deputado da Assembleia, que a todos dá exemplo de lealdade, de respeito, de ética.

Também quero ser rápido em minha fala, para que outros colegas tenham oportunidade de se manifestar. Foi um prazer essa convivência. Tenho certeza de que estaremos lá, no Tribunal, visitando-o, porque essa amizade precisa perpetuar-se. Um abraço. Felicidades.

O Deputado Jayro Lessa (em aparte) - Realmente, é um prazer estar aqui despedindo-me do Deputado Sebastião Helvécio, companheiro e colega durante sete anos nesta Assembleia, na mesma Comissão. Há nesta Casa 77 Deputados, cada um com seu perfil. Digo que, quando me lembro de um Deputado, lembro-me de Sebastião Helvécio, Sebastião Navarro, Ermano Batista e de mais uns dois ou três que realmente têm conhecimento, conceito, técnica e são dedicados ao que fazem. A Assembleia Legislativa de Minas está realmente perdendo um grande Deputado, mas, com certeza, o Tribunal de Contas tem muito a ganhar. O Tribunal está precisando realmente de uma pessoa como o Deputado Sebastião Helvécio, que é dedicado, sério, correto, que não mede horário, não mede sacrifício para que as coisas aconteçam. Não sei como o Tribunal de Contas receberá o seu nome, porque o Deputado é questionador, tem personalidade, sabe o que quer e sabe por que quer. Os senhores podem ter certeza de que, para Minas Gerais, para o povo mineiro, para o governo do Estado e para as Prefeituras, o Conselheiro Sebastião Helvécio será de extrema utilidade para que as coisas aconteçam do modo que precisam acontecer e não como às vezes acontecem.

Parabéns a esta Casa por ter eleito o Deputado Sebastião Helvécio para o Tribunal de Contas, parabéns ao Tribunal por estar recebendo esse Deputado. Agradeço-lhe, Deputado Sebastião Helvécio, esses sete anos de ensinamentos. Muitas vezes eu, na minha simplicidade, no meu

modo de ser, por ser empresário, não entendia o andamento desta Casa. Mas, nesse tempo que se passou, acho que aprendi muito com a Assembleia e com os colegas.

Uma das pessoas que, com seu exemplo, muito me orientou sobre esses procedimentos foi o Deputado Sebastião Helvécio, a quem dedico estas palavras e parabéns, desejando-lhe felicidades. Que V. Exa. vá, Deputado Sebastião, e faça o trabalho que sempre fez em sua vida, com a mesma seriedade, honestidade e dedicação. Meus parabéns a V. Exa.

O Deputado Eros Biondini (em aparte)* - Deputado Sebastião Helvécio, com muita alegria e já com saudades, gostaria de cumprimentar V. Exa. Correndo o risco de ser repetitivo ao tecer elogios a sua pessoa, quero corroborar as palavras dos colegas que me antecederam em apartes. Como meus colegas, não apenas ouvi boas falas a respeito de V. Exa., em consequência de sua história nesta Casa, mas, em meu primeiro mandato como Deputado, nesta 16ª Legislatura, que se vai findando, também já sou testemunha de que V. Exa. é uma das grandes referências desta Casa. Como eu tinha a expectativa de fazer um mandato muito intenso, pois não sabia se permaneceria aqui ou se alçaria outros vãos, precisei buscar como referência pessoas que já tinham conhecimento, mostravam dedicação e tinham um exemplo de vida para transmitir. Assim, com toda alegria, confiei meu voto a V. Exa., na certeza de que, como disse o Deputado Jayro Lessa, se hoje o perdemos, o ensinamento, o conhecimento, a marca que V. Exa. deixou nesta Casa já são base suficiente para que outros sigam o seu caminho, continuando a fazer desta uma Casa digna.

V. Exa. está de parabéns e é merecedor de toda essa homenagem. Mas, na verdade, quem ganha é o Tribunal de Contas, com V. Exa. assumindo o cargo de Conselheiro a partir de amanhã, quando faremos questão de estar lá aplaudindo-o e abraçando-o pessoalmente mais uma vez. Nessa nova e, se Deus quiser, longa etapa que se inicia, queremos estar juntos com V. Exa. Acredito que esta Casa não perde, porque V. Exa. conseguiu deixar aqui a sua marca, e a marca nunca se apaga quando é inscrita na rocha. Mas, repito, quem ganha é o Tribunal de Contas. Conte conosco, com nosso apoio, nosso carinho e nossa torcida para que realmente V. Exa. tenha todo êxito no Tribunal de Contas, até porque esse êxito certamente se refletirá na melhora, no desenvolvimento e na respeitabilidade de todo o Estado de Minas Gerais. Parabéns.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Ilustre companheiro Deputado Sebastião Helvécio, neste momento em que V. Exa. talvez pela última vez ocupa a tribuna desta Casa, quero lhe dar um fraternal abraço, sabendo que V. Exa. estará a poucos metros, talvez a uns 1.500m, deste Poder, no Tribunal de Contas do Estado. V. Exa., cuja competência é por todos conhecida - lembrando que também na Prefeitura de Juiz de Fora V. Exa. demonstrou sua competência -, lutou e trabalhou por esse reconhecimento; é um homem dedicado, que foi para os bancos acadêmicos qualificar-se e realmente se qualificou o bastante para exercer o mandato de Deputado por seis vezes. E, nesta Casa, bastante dinâmica e plural, V. Exa. conseguiu obter o consenso de seus pares, com essa votação expressiva.

E não foi pela primeira vez. Nós o acompanhamos "pari passu"; estivemos do seu lado a todo momento, até porque uma das características deste Deputado é a firmeza quando decidimos apoiar determinada pessoa. Assim, desde o primeiro momento, acompanhamos a sua trajetória na luta pela vaga no Tribunal de Contas. Uma luta, sim, mas uma luta democrática e coerente, que todos devem travar; uma luta, acima de tudo, para buscar de seus pares o convencimento, o que fez da melhor forma possível.

V. Exa. demonstrou conhecimento, maturidade e, acima de tudo, espírito de liderança, o qual pôde exercer com muita tranquilidade ao longo dos seis mandatos em que esteve nesta Casa. Tivemos oportunidade de conviver por dois mandatos, o que é fundamental para que possamos dedicar-lhe essas palavras, sabendo que fizemos parte desse processo, acompanhando sua persistência e perseverança. V. Exa. é um homem que sabe planejar, fixar metas e tentar alcançá-las. Está, portanto, de parabéns. A Assembleia, o Estado de Minas e a população ganharão muito, visto que terão como Conselheiro do Tribunal de Contas um homem gabaritado, de conduta ilibada, capacitado tecnicamente não só pelo seu currículo, mas também pelas ações que apresentou ao longo do tempo, as quais constatamos durante nossa convivência. Então, ganhamos todos: o Poder Legislativo, seus pares e a população, que terá alguém à altura do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Desejo que Deus lhe dê muita saúde e paz espiritual, para que exerça brilhantemente seu cargo, assim como exerceu os mandatos por onde passou. Obrigado.

O Deputado Ronaldo Magalhães (em aparte)* - Companheiro Sebastião Helvécio, com certeza este dia na Assembleia é histórico, principalmente este momento em que V. Exa. faz seu discurso, despedindo-se desta Casa. V. Exa., que, brilhantemente, foi Prefeito e Deputado por cinco mandatos, prestou grande serviço nesta Casa, ao Estado e ao povo de Minas. Nesses três anos em que exercemos nosso mandato juntos, aprendi muito com V. Exa. Nas discussões, nas conversas de bastidores, sempre com o pensamento iluminado, V. Exa. participou efetivamente das atividades da Assembleia. Com certeza, perdemos um grande parlamentar, mas de forma democrática, em uma eleição em que V. Exa. obteve maioria absoluta dos votos desta Casa, numa demonstração de reconhecimento por seu companheirismo, por sua capacidade e por seu preparo para estar, a partir de amanhã, trabalhando em prol do Tribunal de Contas do Estado. V. Exa. fará um grande trabalho nessa Corte, que precisa renovar-se, modernizar-se, e, com sua experiência e dedicação, com certeza, irá ajudá-la a avançar e melhorar. Desejo-lhe sucesso. Que Deus o proteja e o ilumine, para que possa continuar servindo a Minas Gerais e a esse povo, que espera que as instituições sejam cada vez melhores e mais produtivas. Sucesso! V. Exa. merece, e a torcida é grande.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Caro amigo e companheiro, neste dia quero manifestar meu apreço por V. Exa. Nesse pouco tempo de convívio, pude perceber a importância que V. Exa. teve para este Parlamento enquanto exerceu seus mandatos, que não foram poucos. Para o Tribunal, há uma exigência: a do notório saber.

Quero crer que notório saber não falta a V. Exa. para ocupar o cargo no Tribunal de Contas do Estado.

Perde a Assembleia Legislativa um grande parlamentar, ganha o Tribunal de Contas um grande Conselheiro. Que Deus abençoe V. Exa. e sua família, que lhe dê muita disposição, vigor, saúde, paz e, acima de tudo, que ilumine o seu entendimento e a sua inteligência todos os dias, para que, no Tribunal, V. Exa. dê a contribuição que Minas Gerais espera de um homem com a sua capacidade e com o seu testemunho de vida pública.

Fica aqui o meu abraço e o meu muito obrigado por esse tempo de convivência e pela amizade que desenvolvemos nesse curto período juntos. Com toda a certeza, esse tempo de convivência fica para a eternidade. Que Deus o abençoe.

O Deputado Antônio Genaro (em aparte) - Meu caro Deputado Sebastião Helvécio, não ficarei com muita prosopopeia porque, assim, daqui a pouco, precisaremos de lenço para enxugar as lágrimas. V. Exa. é um grande amigo, que certamente nunca será esquecido, por momentos que aqui vivemos. Tenho certeza de que fará excelente trabalho. Mas um prédio não está tão longe do outro, e, quando der vontade, iremos lá tomar um cafezinho, em nome de uma amizade que foi construída ao longo dos anos. E que Deus o ilumine.

Cito uma frase bíblica, cujo livro, capítulo e versículo V. Exa. pode, depois, como Conselheiro, me perguntar onde se encontra: "Não seas demasiadamente justo nem demasiadamente sábio, porque te destruirias a ti mesmo". Isso pode ser aplicado a seu trabalho.

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)* - Meu caro colega Deputado Sebastião Helvécio, não poderei me alongar para não contrariar as palavras do orador que me antecedeu, mas não poderia deixar de colocar aqui três posições: a primeira, a do Deputado Sebastião Helvécio; a

segunda, a do médico Sebastião Helvécio; a terceira, a do político, Prefeito Sebastião Helvécio.

Lembro-me, Deputado Sebastião, de 1990, quando aqui chegamos e fizemos uma amizade muito sólida. V. Exa. estava um ano na minha frente. Lembro-me da ocasião em que V. Exa., lamentavelmente, foi derrotado como Deputado por menos de 40 votos. Aqui estive, esperava um lugar maior e não consegui. E V. Exa. me disse que, na sala de aula, os alunos lhe perguntaram: "Sebastião, o que é melhor, ser Deputado ou ser professor de Pediatria da faculdade de medicina da sua terra natal?". Aí, são outras histórias. V. Exa. sabe a minha posição na sua eleição. Desde o primeiro momento fui muito claro com V. Exa., como tenho sido nesses 20 anos que estou na Assembleia. V. Exa. entendeu, concordou e, determinado, conseguiu chegar a esta tribuna. Hoje, despede-se desta Casa, mas não dos seus amigos. Não há despedida entre amigos.

Trago o abraço do Zé Carlos, da cantina, que me pediu: "Dê, por favor, em Plenário, o meu abraço ao Sebastião". Que este novo caminho seja uma estrada longa, sem tempo, e que V. Exa. se contemple naquilo que determinou. Muito obrigado, Deputado Sebastião.

O Deputado Inácio Franco (em aparte) - Meu caro colega Deputado Sebastião Helvécio, em nome do BPS, quero parabenizar V. Exa. Todo o nosso Bloco - PV, PSB, PSC, PPS -, com todos os 17 Deputados, votou maciçamente para V. Exa. poder estar em nosso Tribunal de Contas. Esta Casa perde um grande Deputado, mas o Tribunal de Contas ganha um grande Conselheiro, pela experiência que sabemos que tem. Infelizmente, tivemos pouco convívio aqui - somente de três anos -, mas aprendi muito com V. Exa. e poderia ter aprendido mais se tivesse vindo para cá mais cedo. V. Exa. já está no sexto mandato. Na verdade, conhece bem a vida pública pela vasta experiência não só de Deputado, mas também de ex-Prefeito. Certamente contribuirá muito com o nosso Tribunal de Contas, que realmente precisa de pessoas como V. Exa. Mais uma vez, quero parabenizá-lo e pedir a Deus que lhe dê saúde para continuar esse trabalho em prol do nosso Estado. Muito obrigado.

O Deputado Célio Moreira (em aparte) - Deputado Sebastião Helvécio, certamente a Assembleia Legislativa perderá. Sem dúvida, estamos perdendo. V. Exa. é uma referência tanto no Orçamento quanto na LDO e um grande orientador para todos nós. Todavia, Minas Gerais e o Tribunal de Contas ganham. São inquestionáveis a sua competência, o seu testemunho e a sua honestidade. Foram seis mandatos na Assembleia Legislativa, realizando excelente trabalho e propondo a criação de grandes projetos. Homem de inteira confiança de todos os Deputados desta Casa. Quero incluir tudo isso nas falas dos nossos colegas, para deixar gravado que, com toda certeza, marca a história de Minas Gerais. Sem dúvida, a saída de V. Exa. marcará sua entrada no Tribunal de Contas. Desejo-lhe muita paz, saúde e discernimento para que conduza os trabalhos na mesma condição como os desempenhou na Assembleia Legislativa, ou seja, com transparência, ética e eficiência. V. Exa. está preparado para assumir as funções, à altura do Conselho do Tribunal de Contas. Deixo o nosso abraço a V. Exa. e a toda família. Desejo-lhe sucesso e que Deus ilumine a sua trajetória.

O Deputado Délio Malheiros (em aparte) - Deputado Sebastião Helvécio, conforme já foi dito e repisado nesta Casa, V. Exa. deixará uma grande lacuna na Assembleia de Minas, assim como nos Municípios que representa com muita maestria. Certamente a cidade de Além-Paraíba, que agora está a comemorar 126 anos, perderá com a ausência de V. Exa., que sempre levantou a bandeira desse Município. Todavia, o Tribunal de Contas ganhará. V. Exa. sabe que há mais de um ano firmei o compromisso de pôr o meu nome à sua disposição na sua eleição para Conselheiro do Tribunal de Contas, compromisso firmado juntamente com outros 16 companheiros do bloco. Pode ter certeza de que o nosso apoio foi em razão de esse Deputado que está indo para o Tribunal ser um abnegado parlamentar. Na verdade, é um homem talhado para o exercício da magistratura naquele órgão, com discernimento sobre os destinos dos Municípios quanto às suas contas. Além disso, tem todas as condições morais, conhecimento profundo - aliás, o mais profundo dos conhecimentos na área da administração pública estadual e do Tribunal de Contas. Portanto, tenho certeza absoluta de que V. Exa. dará uma contribuição relevante ao Tribunal e para o direito. V. Exa., que tem essa dupla função - medicina e direito -, resolveu ir para o Tribunal em boa hora, ou seja, em que esse órgão precisa de um homem idôneo, sério e compromissado. Certamente todos os seus ideais serão postos à disposição do contribuinte mineiro no Tribunal de Contas. Era o que tinha a dizer a V. Exa.

O Deputado Padre João (em aparte)* - Nobre colega Deputado Sebastião Helvécio, em primeiro lugar agradeço a Deus ter-me concedido a oportunidade de conviver com V. Exa.. Trabalhar nesta Casa e poder contar com sua amizade é, para mim, realmente uma graça de Deus. Este momento é de alegria, e não de perda pela sua saída, pois o Tribunal de Contas auxilia a Assembleia Legislativa e trabalha conjuntamente com ela. Quem sabe sua ida para o Tribunal de Contas o ajude a resgatar sua verdadeira natureza, ou seja, a razão da sua criação? Temos a confiança em que V. Exa. continuará prestando seu serviço a todo o povo mineiro. Infelizmente, hoje há uma lógica da indústria de multas no Tribunal de Contas. Notificam e multam a maioria dos Vereadores, em vez de desenvolverem um trabalho de orientação e informação a todos, ensinando como ter zelo pela coisa pública, além de auxiliar na destinação certa do recurso público, servindo melhor a todos. Por isso é que, na verdade, o Estado de Minas Gerais está ganhando com sua presença nesse Tribunal. É muito importante que esse órgão cumpra, de fato, a sua função - e V. Exa. nos dá a segurança de que isso acontecerá.

Deputado Sebastião Helvécio, meus parabéns. Saiba que foi merecida e justa a sua eleição para esse cargo. Desejo-lhe muitas felicidades. Tenho a certeza de que não estamos nos distanciando nem nos separando, apenas está sendo dado a V. Exa. outro merecido instrumento para continuar servindo ao povo mineiro. Êxito, graça e força de Deus nessa nova missão! Conte sempre conosco.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Nobre Deputado Sebastião Helvécio, também quero cumprimentá-lo por sua trajetória de serviços prestados a este Legislativo. V. Exa. é um Deputado correto, ético, competente, sempre prestando o que melhor poderia oferecer ao povo de Minas Gerais nas várias legislaturas em que atuou. Saiba que aprendi muito com V. Exa., principalmente na condição de parceiro de comissão. Na ocasião, V. Exa. participava da Comissão de Fiscalização Financeira e eu, desde o início, na implantação da Comissão de Participação Popular. Hoje os processos já estão mais rotineiros nesta Casa, porém, quando buscamos a inovação de maior atenção do Legislativo no planejamento de médio prazo, V. Exa. foi um entusiasta que muito contribuiu, em razão da formação que tem em políticas públicas. Por isso, faço o registro de que devemos muito a V. Exa. pelo êxito alcançado no monitoramento de política pública desta Assembleia. Então, gostaria de agradecer-lhe a sensibilidade que sempre teve. Tivemos também parcerias políticas, incluindo Miradouro, com o Prefeito Dr. Wagner Dutra, um parceiro correto que nos mostrou que é perfeitamente possível vários Deputados conviverem harmonicamente, pensando no interesse coletivo dos Municípios, e não simplesmente no interesse eleitoral.

Por fim, quero dizer que o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais ganha, pois V. Exa. tem todas as condições de agregar experiência nova àquele Tribunal, na linha do que o Deputado Padre João, nosso Líder, disse, realizando também trabalho de prevenção e orientação, saindo da mera fiscalização contábil. O que interessa ao cidadão é o resultado, a qualidade da política pública. Tão importante quanto a questão contábil é o resultado e o conteúdo da política pública. Usando uma metáfora do futebol: um time, para jogar bem, tem de ser composto de bons jogadores, escalados na posição correta. Tenho a impressão de que V. Exa. possui o perfil para, neste momento da sua vida pública, contribuir naquele espaço com novas ideias, agregando, como disse, sua experiência. Continuaremos nosso convívio. Também fico muito feliz de nossa bancada ter tido o discernimento de respeitar todas as demais opções, legítimas. Mas entendemos que V. Exa., neste momento, é quem melhor nos representaria no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Que Deus ilumine sua trajetória e sua família! Só o Fluminense está pisando na bola, não é, Sebastião Helvécio!? Só o Vitória também não, não é!? Grande abraço. Amanhã estaremos lá.

O Deputado Sebastião Helvécio* - Agradeço muitíssimo ao Deputado André Quintão, pessoa a quem também aprendi a admirar, pela sua participação popular. Na sua fala, André, lembrei a cena que talvez mais me marcou nestes meus 20 anos de Casa. V. Exa. perceberá que tem muito que ver com o que expôs em relação à participação popular e ao planejamento. Meu gabinete era no 2º andar, no corredor que dá para a janela. Peguei o elevador para vir para o Plenário, e, no 1º andar, entrou uma senhora com uma criança, os quais não sei de onde vinham. A mãe - parecia-me que era a mãe - virou-se para a criança e disse: "Aquele Deputado não me conhece, mas, quando fez isto - deve

ser algo de que foi tratar -, estava pensando em mim". Isso me marcou muito. O legislador tem oportunidade maravilhosa de fazer coisas para alguém, o que só será lembrado pela representação popular. V. Exa., com essa preocupação em relação à participação popular, representa e sintetiza muito bem o espírito de lembrar-se daqueles que, se não fosse o Parlamento, talvez não fossem lembrados por nenhuma outra instituição.

O Deputado Vanderlei Jangrossi (em aparte)* - Nobre Deputado Sebastião Helvécio, quero dizer poucas palavras, pois tenho de ir para a comissão e já estou 3 minutos atrasado. Primeiramente, parabeno V. Exa. Desejo-lhe grande êxito no Tribunal. Sei que V. Exa., com sua competência, irá nos representar muito bem lá. Tenha meus votos e meus préstimos, com certeza. Tenho apenas um lamento: gostaria que V. Exa. estivesse na minha coligação, porque assim minha situação teria sido um pouco mais favorável. Mas fazer o quê? São ossos do ofício. Parabéns! Que Deus o abençoe! Conte com nosso carinho e nossas orações. Que V. Exa. tenha sucesso, assim nos representará muito bem.

O Deputado Tiago Ulisses (em aparte)* - Nobre colega e caro amigo Sebastião Helvécio e demais colegas presentes, gostaria de desejar-lhe, Tião, muitas alegrias. Disse ao nosso Vice-Presidente, Doutor Viana, que esta Casa sente grande alegria em enviar ao Tribunal de Contas pessoa tão qualificada como V. Exa., que sonhou, batalhou e mereceu a conquista que está tendo neste momento. V. Exa. fez por merecê-lo e contou com o apoio dos nossos colegas e deste Deputado, que tanto batalhou pela sua ida ao Tribunal de Contas. Desejo, em meu nome e no de minha família, que tanto conviveu com V. Exa. - meu pai, no antigo PMDB de Tancredo Neves; Maria Olívia, sua amiga e fã -, que tenha, no Tribunal de Contas, a mesma competência, a dedicação e a alegria que trouxe para esta Casa. Meus parabéns e felicidades! Amanhã estaremos em sua posse. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Helvécio* - Agradeço muitíssimo ao Deputado Tiago Ulisses, jamais esquecerei seu entusiasmo em toda a nossa campanha. Dê um abraço fraterno na mamãe e no papai.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Meu querido amigo, amigo de todos nós nesta Casa, grande liderança Deputado Sebastião Helvécio, ficamos emocionados porque, embora não seja uma despedida de separação, sabemos que V. Exa. parte para uma missão das mais significativas, das mais nobres, para a qual V. Exa. se preparou de maneira singular. De qualquer forma, fica um aperto no coração, porque esta Casa Legislativa perde um dos seus parlamentares mais dignos, exemplar no seu comportamento, na luta pelas causas sociais, e, acima de tudo, intransigente apenas em um aspecto, ou seja, intransigente em relação a cumprir os princípios mais humanitários, intransigente em relação a não se dispersar quando o assunto requerir toda uma conduta exemplar, intransigente na ética, intransigente na defesa do povo mineiro. No mais, V. Exa. sempre foi um conciliador, o exemplo da disciplina, da lucidez, da inteligência a serviço do poder público.

Ao chegar a esta Casa, demorei a perceber que V. Exa. é um dos médicos respeitáveis não só na região onde atua, mas em todo o Estado. E essa demora em perceber isso foi porque V. Exa. se preparou para ser o homem público de visão ampla, com um domínio tão perspicaz das questões do direito e da administração pública, que eu poderia, em uma sequência, dizer que estávamos diante de um grande jurista, de um economista exemplar, de um administrador pós-graduado, e, na verdade, V. Exa. reúne todos esses atributos. É o grande médico, o cidadão humanista, mas é também hoje um homem preparado no campo do direito, da administração pública. E foram esses atributos que fizeram com que esta Casa cedesse um dos melhores quadros que possui para uma Corte que tem, sem dúvida, uma responsabilidade ímpar, de cuidar para que os gastos públicos, todas as ações públicas, estejam de acordo com os princípios legais e de acordo com o interesse público.

Não tenho dúvida de que V. Exa. dará uma contribuição fantástica ao Tribunal de Contas de Minas Gerais, e, mais que nunca, no momento apropriado. Não que o Tribunal de Contas não cumpra sua missão e não tenha ali quadros adequados, porque os tem - sem dúvida nenhuma -, mas num momento em que, cada dia mais, a sociedade, e com justa razão, cobra por transparência, por dignidade, por um combate rigoroso à corrupção, cobra pelo fim da impunidade, e V. Exa. me inspira toda uma capacidade de luta por esses valores éticos e pelo combate a tais desvirtuamentos, que, em alguns casos, insistem em perpetuar na vida pública. Foi com muita alegria que pude participar desse momento do Legislativo mineiro, foi com muita alegria que acompanhei a Casa Legislativa na sua decisão majoritária pelo seu nome, portanto parabeno V. Exa. e, ao mesmo tempo, também parabeno a Assembleia.

Espero que o Tribunal de Contas possa continuar prestando o serviço relevante que presta a Minas, agora fortalecido nos seus quadros com sua presença. Sucesso! Essa é uma carreira nova para um homem vivido, experiente, maduro, mas ainda com a disposição, com a garra, com a tenacidade de um jovem. Testemunhei isso nos vários embates que tivemos. Mas não eu contra o outro, porque nos nivelamos muito, nós nos aproximamos muito, até diria que sou seu discípulo, mas com certeza procurei aprender rápido para sentir-me bem ao seu lado, bem-nivelado com as teses que V. Exa. defendeu nesta Casa. Sentirei falta da convivência aqui, mas estarei sempre pronto para unir-me a V. Exa. no bom combate pela luta contra a corrupção, pela luta contra a impunidade e para que o dinheiro público sirva, de fato, aos mais relevantes interesses públicos. Parabéns e sucesso a V. Exa.!

O Deputado Sebastião Helvécio* - Agradeço ao Deputado Domingos Sávio. Devo dizer que sempre foi um privilégio trabalhar na Comissão de Fiscalização Financeira, sob a sua Presidência, Deputado, e aqui, neste Plenário, sob a sua Liderança.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Nobre colega Deputado Sebastião Helvécio, realmente é importante para todos nós participar dessa sua mudança. V. Exa. vai continuar um homem a serviço do interesse público, porém agora em nova missão, novamente eleito. Sabemos que os eleitos merecem o respeito, já que são muitos os escolhidos, mas poucos os eleitos. Estamos, em espírito, unidos, pedindo ao Divino Espírito Santo que o ilumine cada vez mais nessa missão que V. Exa. vai iniciar a partir de amanhã. Que V. Exa. continue, como sempre, a cumprir bem os seus deveres, as suas obrigações, em todos os setores, seja na vida particular, seja na vida profissional, seja na vida política missionária, porque considero a política, para nós, como uma missão, mesmo neste desdobramento político, ainda dentro da política, nesta missão nova de Conselheiro do Tribunal de Contas.

Então, desejamos muita luz, muita paz, muita tranquilidade nas suas decisões, nos seus julgamentos, nas suas atitudes. Que V. Exa. esteja, mais uma vez e sempre, iluminado e acompanhado pela luz do Divino Espírito Santo! Desejo-lhe muitas felicidades, muito sucesso na nova caminhada.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Ilustre Deputado Sebastião Helvécio, Conselheiro eleito do Tribunal de Contas, futuramente empossado, quero, em nome do PCdoB, externar publicamente que V. Exa., durante anos a fio, muito contribuiu com este Parlamento. V. Exa., sem dúvida nenhuma, é um Deputado que nos orgulha, pelo serviço prestado ao bem público. Desde a época da Constituinte mineira, V. Exa. sempre defendeu o planejamento público, defendeu o controle público do poder, inserindo instrumentos fundamentais na Constituição mineira, como, por exemplo, o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG -, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI -, com a visão do planejamento e especialmente com a visão de que a sociedade civil deve, permanentemente, fazer o controle público dos órgãos do poder.

V. Exa. sempre atuou como um democrata no sentido mais universal da palavra, uma pessoa que respeita opiniões divergentes, que defende os valores e os princípios fundamentais da democracia, como um grande parlamentar. Temos convicção, Deputado Sebastião Helvécio, de que, participando do Tribunal de Contas de Minas Gerais, V. Exa. dará continuação a esse grande serviço público que sempre prestou aqui na Casa Legislativa.

Apesar de perder um colega Deputado, continuamos a ter um homem público digno, no exercício da função pública, no Tribunal de Contas. Portanto, externo a V. Exa., em nome do PCdoB, votos de pleno êxito. Felicidades. Que V. Exa. cumpra um papel fundamental no Tribunal de

Contas levando novos ares, novas concepções, novos valores, fazendo com que o Tribunal, cada dia mais, se aproxime da sociedade, tenha uma visão pedagógica e possibilite que o cidadão, homens e mulheres comuns, também tenham acesso ao controle das contas públicas dos nossos Prefeitos, das nossas Câmaras, do Tribunal de Justiça, da Assembleia, do governo do Estado; enfim, que o Tribunal seja instrumento para o povo fazer o controle das contas, o controle público das contas públicas.

O princípio da publicidade é um princípio fundamental da democracia. Temos a plena convicção de que V. Exa. honrará, como sempre fez, essa sua função. Desejo muitas felicidades e que Deus o ilumine nessa nova empreitada.

O Deputado Sebastião Helvécio* - Agradeço muito ao Deputado Carlin Moura e reafirmo, mais uma vez, meu compromisso não apenas com o planejamento, mas sobretudo e principalmente, neste instante, com o controle. Estaremos no Tribunal de Contas devotados de corpo e alma à melhora do controle externo, especificamente. Que esse controle externo possa redundar em políticas públicas mais eficientes e eficazes para o nosso povo.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Caro Deputado Sebastião Helvécio, confesso que foi por acaso - ou, para quem crê em Deus, como eu, quem sabe foi um mandamento divino - que eu entrei aqui no Plenário, pois não sabia do pronunciamento de despedida que hoje V. Exa. fez, com o brilhantismo de sempre.

Vim aqui porque estava inscrito para usar a palavra, mas estou absolutamente certo de que dedicar o tempo dos oradores à sua fala foi a melhor solução que a Assembleia encontrou, até porque o tema que me traria à tribuna poderá ser tratado amanhã. Trata-se da instalação da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, que ocorrerá amanhã, da qual, se não me engano, V. Exa. foi também signatário. Creio que teremos oportunidade de inaugurar uma discussão sobre serviço público estadual e até para essa discussão será também alentador saber da sua presença, a partir de agora, no Tribunal de Contas do Estado.

Deixo aqui o testemunho de que sempre fui, além de seu colega, seu companheiro, um admirador do seu talento, da sua cultura, da sua capacidade intelectual, do seu padrão de correição como homem público. Tenho certeza de que leva todas essas virtudes agregadas à sua larga experiência de vida pública como Conselheiro, antigo Ministro do Tribunal de Contas do Estado. Para mim, esse é um dos momentos dos quais me alegra participar, por vê-lo não a deixar de ser nosso colega, mas a continuar, por muitos e longos anos ainda, prestando o mesmo inestimável serviço que à causa pública, nessa sua longa e honrada carreira. Muito obrigado.

O Deputado Wander Borges (em aparte)* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, colega Sebastião Helvécio, futuro chefe deste parlamentar que vos fala. Afinal, como funcionário do Tribunal de Contas - licenciado, enquanto exerceu o mandato de Deputado -, tenho a honra receber V. Exa., a partir da próxima semana, para fazer parte dessa Corte. Considerando-se tudo o que conversamos, estou certo de que o Tribunal de Contas faz uma bela aquisição. Manifesto minha gratidão por ter convivido com V. Exa., que exerceu vários mandatos nesta Assembleia Legislativa, onde demonstrou experiência e jeito peculiar de ser. Além dessa gratidão, tenho um pouco de esperança no que se refere à Corte de Contas, onde muitas coisas já têm mudado. Recentemente, falei com o nosso colega, ex-Deputado Wanderley Ávila, sobre o seu trabalho. Para se ter uma idéia, só na Taquigrafia havia quase 4 mil processos, mas esse número já baixou para 300. A situação está evoluindo.

Somos municipalistas. Fui Prefeito de Sabará e vejo aqui o Doutor Rinaldo, que foi Vice-Prefeito de Divinópolis, e Getúlio Neiva, que foi Prefeito de Teófilo Ottoni. Qual é a nossa grande esperança? Esperamos que o Tribunal torne-se capaz de avaliar as contas dos ordenadores de despesa em tempo inferior ao que se gasta atualmente. Como V. Exa. sabe, às vezes a pessoa deixa o mandato, mas responde pela avaliação das contas da Prefeitura, da Câmara ou de outros órgãos do Estado, como autarquias e sociedades de economia mista, 10, 12 ou 15 anos depois. Há também a condicionante, segundo a qual mudam-se as gestões, as pessoas, mas a questão institucional prevalece. Esperamos que o Tribunal, contando com a experiência de V. Exa. e de outros que já estão por lá, dê esse salto de qualidade e possa ser o orientador dos Municípios, sobretudo daqueles mais distantes da Capital e menos aparelhados do ponto de vista técnico.

Municípios maiores têm toda a condição de buscar no mercado, às vezes a preço de ouro, profissionais do melhor calibre. Entretanto uma cidade distante daqui 500km, 600km realmente é carecedora disso, e, muitas vezes, vemos a punição ao gestor não pelo desvio de conduta, mas pelo erro formal de sua gestão administrativa.

Esse trabalho que V. Exa. tem pela frente é o trabalho de capacitar o Tribunal, para que ele passe a regionalizar suas ações de capacitação dos servidores. Imaginem as implicações de trazer um servidor que está a 700km de Belo Horizonte para fazer um curso aqui. Faremos cursos em Montes Claros, Teófilo Ottoni e Valadares. Enfim, vamos nos organizar melhor para que o dinheiro público seja aplicado a bem da sociedade, para que os erros sejam os menores possíveis e para que o nível de produtividade seja melhor.

Fico feliz que V. Exa. esteja indo para aquela Casa. Sem desmerecer ninguém, considerando-se os últimos anos V. Exa. é, com certeza, uma das melhores aquisições do Tribunal. Conte conosco, pois estaremos junto aos servidores. No ano que vem, haverá eleição, e o futuro a Deus pertence. Se eu tiver de voltar para o Tribunal, pode ter certeza de que serei seu funcionário exemplar, como Inspetor daquela Corte de Contas. Que Deus o abençoe e lhe dê muita saúde, vitalidade, paciência e determinação, que é do que homens públicos precisam. Parabéns, Sebastião.

O Deputado Sebastião Helvécio* - Agradeço muitíssimo as palavras do Deputado Wander Borges e gostaria de terminar esta minha intervenção renovando, mais uma vez, o convite a toda a Casa para que amanhã, às 17 horas, estejamos juntos no Plenário do Tribunal de Contas, para a nossa posse. Ficaria muito feliz, no instante em que iniciaremos nossos trabalhos, de contar, mais uma vez, com a solidariedade de todos os colegas. De todos vocês, vou-me despedir de maneira muito fraterna e otimista: até breve.

O Sr. Presidente (Deputado Weliton Prado)* - Até breve. Em nome de toda Assembleia Legislativa, desejamos sucesso ao Conselheiro do Tribunal de Contas, Sebastião Helvécio. Tenho certeza que será uma perda para o Parlamento mineiro, mas grande aquisição para o Tribunal de Contas do Estado. Parabéns, Conselheiro, Deputado Sebastião Helvécio. Deputado Sebastião Helvécio, antes de V. Exa. terminar seu pronunciamento e passarmos à 2ª Parte, não poderia deixar de fazer uma constatação. Ouvindo todos os Deputados por todo o tempo em que convivemos, chegamos à conclusão de que, antes de mais nada, V. Exa. é um grande visionário. Antes mesmo de ser eleito Conselheiro do Tribunal de Contas, já exercia a função de conselheiro dos Deputados desta Casa. Essa é uma constatação de todos nós, Deputados. É com imensa alegria que nos despedimos de V. Exa. como parlamentar da Casa. Tenho certeza de que V. Exa., agora como Conselheiro, dará uma contribuição enorme à população de Minas Gerais, com toda a sua sabedoria, sua forma e paciência de entender e escutar o ser humano. Isso é fundamental.

Antes de mais nada, quero que saiba que sua eleição representou a vontade de cada Deputado; foi a vontade do Parlamento mineiro, pois não houve interferência do Executivo, e isso foi uma alegria enorme para a Casa. Muitos dizem que é questão de sorte ou azar, mas penso que isso apenas o tempo dirá. O que existe é preparação e oportunidade. Foi muita justa a eleição de V. Exa., que estava bem preparado e muito se dedicou a isso. Sem dúvida nenhuma, dos 77 Deputados, V. Exa. era o que estava mais preparado. Realmente, a Casa fez justiça votando em V. Exa. Deixo meu abraço e digo que foi uma grande alegria conviver com V. Exa. aqui. Desejo-lhe muito sucesso, assim como ao Fluminense. Vamos ver se ele consegue sair dessa situação ou, pelo menos, ser campeão da Segunda Divisão no ano que vem.

O Deputado Sebastião Helvécio* - Agradeço ao Deputado Weliton Prado. Dessas coincidências divinas, Weliton, duas coisas me marcam muito. Em primeiro lugar, destaco sua garra, essa coisa maravilhosa da juventude e que V. Exa. expressa com muita propriedade. Sempre que o vejo fazendo suas movimentações, recordo-me do entusiasmo com que trabalhei na Constituinte. É uma coisa maravilhosa, como comentava Charles Chaplin, que em um soneto maravilhoso, fala com muita propriedade. "Não adianta lamentar se em outros a vida pode renascer". Tenha certeza de que seu espírito bravio faz para nós, que percorremos esse caminho por mais de 20 anos, renascer essa esperança. Como dizia, a coincidência a que me referi é dupla. A primeira é que, no dia em que foi feita a leitura, nesta Casa, da abertura da vaga para o Tribunal de Contas, V. Exa. presidia a reunião. Hoje, neste momento final da minha passagem pelo Parlamento, tenho também o privilégio de vê-lo presidir a nossa reunião. Terminando essa fase de coincidências, esteja certo de que sempre irei guardá-lo no meu coração. Quando entrei neste Plenário no dia da votação, V. Exa., com olhos alegres e brilhantes, disse-me: "Sebastião, pelo que percebo, a vitória é nossa". Sinto-me muito feliz por ter dividido, no Parlamento mineiro, momentos alegres e, ao mesmo tempo, democráticos com um jovem que certamente encarna o sentimento de indignação e de participação da vida. Que Deus o proteja sempre!

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, antes de abordar o assunto que me traz a esta tribuna, enquanto Líder do PT, não posso omitir-me em lembrar ao nobre colega Célio Moreira que foi o próprio Fernando Henrique quem desvinculou esse reajuste dos aposentados, impedindo a atualização anual de seus salários. Às vezes é difícil resolver um problema. Mas o próprio Deputado do PT, Paulo Paim, vem lutando por isso.

Na verdade, o governo, como Deputado consórcio e vicentino que é, precisa conversar mais com os vicentinos para perceber que os pobres estão tendo vez neste país. Aliás, os vicentinos vêm atualizando sua função, porque hoje o pobre tem alimento em quantidade, qualidade e regularidade.

Nobre colega Célio Moreira, do PSDB, partido do Governador, em Minas Gerais há uma grande injustiça em relação aos aposentados. Temos milhares de servidores do Estado cujo piso salarial está em torno de R\$330,00 e R\$340,00. Posso mostrar a V. Exa. o contracheque de inúmeros servidores da saúde, da educação e da defesa social. Quando eles se aposentam, o salário, que já é péssimo, cai mais ainda. Justamente quando mais precisam de renda, devido aos gastos com saúde, e justamente quando mais têm tempo para viajar, não têm recursos. Quero ainda dizer que, só na educação, há mais de 100 mil servidores sem receber o piso salarial. O governo federal estipula o piso salarial de R\$950,00, e só três Estados não o assumiram, incluindo Minas Gerais.

O Deputado Célio Moreira (em aparte) - Deputado Padre João, concordo com V. Exa., que é testemunha de que, na Comissão de Educação, este parlamentar solicitou audiência pública para discutir a situação dos aposentados, principalmente das Diretoras da educação. Estiveram aqui os representantes da Secretaria de Educação, e já há outro requerimento, porque essa negociação não andou. Estamos lutando não só pelas Diretoras das escolas, mas também pelo pessoal do Ipsemg, cuja situação acho também necessário rever. Mas V. Exa. fala sobre os aposentados e os pensionistas, dizendo que isso ocorreu na época de Fernando Henrique. Não temos de voltar atrás. Um erro não justifica o outro. Naquela época, foi preciso apresentar esse projeto, e agora não é preciso mais. Num momento de arrocho, foi instituído o fator previdenciário, mas agora não se justifica haver fator previdenciário. Não adianta justificar um erro com outro. É preciso colocar a mão na massa e tratar realmente com dignidade os aposentados e os pensionistas. Quem dirige hoje o País e dá ordem é o Presidente Lula, e ele está empurrando os aposentados e os pensionistas com a barriga. Na Câmara dos Deputados, prometeram que a matéria que iria para votação seria o veto do governo, e até hoje nada. Portanto, estamos vendo que estão jogando para lá o aposentado. Quero dizer, mais uma vez, que aposentado vota e dará a resposta, no ano que vem, ao governo, que está com a caneta e a decisão para resolver o problema.

O Deputado Padre João* - Não estou negando o mérito dos aposentados, mas é mais difícil consertar erros do passado, sobretudo desses 500 anos.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)* - Mas o Presidente está tranquilo; ele tem equipe para isso e condições de fazê-lo.

O Deputado Padre João* - Venho a esta tribuna para destacar isso e agradecer a muitas pessoas: à associação de populares de Ouro Branco, denominada Guardiães da Serra de Ouro Branco, ao Prefeito Municipal Pe. Rogério, à Alice, à Valéria, aos Vereadores de Ouro Branco, ao Prefeito, aos Vereadores de Ouro Preto e aos servidores desta Casa.

Há bastante tempo, estamos numa batalha para garantir a preservação da Serra de Ouro Branco. Lá, Sr. Presidente, havia projeto para a construção de um condomínio. O platô da serra, belíssimo, é o marco zero da Serra do Espinhaço, que envolve o território de Ouro Branco e Ouro Preto. Vários estudos da Serra mostram que temos espécies endêmicas, sejam vegetais, sejam animais, além de a Serra ser considerada de rara beleza. Tantas outras características definem e criam condições para ela ser um parque estadual, além de ser área de recarga importante para a população de Ouro Branco e de Ouro Preto. Também há atividade econômica, porque temos uma siderúrgica que depende da água. Nessa batalha, havia até lideranças políticas contrárias à criação do parque.

Estivemos em audiências públicas realizadas nesta Casa e em outras também promovidas pela Assembleia, seja em Ouro Branco, seja em Ouro Preto. Agora quero estender meu agradecimento ao Secretário José Carlos Carvalho e ao Governador Aécio, por terem assinado ontem o Decreto nº 45.180, que cria o Parque Estadual Serra de Ouro Branco e Ouro Preto, o qual foi publicado precisamente hoje; e o Decreto nº 45.179, que cria o Monumento Natural Estadual de Itatiaia. Essa classificação, "monumento", permite às famílias estarem na área desde que haja ali um plano de manejo.

Houve consulta pública precisamente no dia 4 de junho em Ouro Branco. Muito me estranhou que, justamente nessa consulta pública, que contou com mais de 300 pessoas, houvesse apenas algumas lideranças do PV - aliás, é bom fazermos justiça e dizer que eram lideranças do PV local -, as quais foram contrárias à criação do parque, porque queriam o condomínio. O que seria um condomínio no alto da serra? Para quem não conhece a serra, é bom que se diga que ela é belíssima; há cachoeiras. Na verdade, ela é um lugar quase público. Quando um ouro-branquense recebe um parente, ele faz questão de levá-lo a esse lugar para uma visita. Há como ir com veículo até o alto, e a vista é belíssima - aliás, avista-se Ouro Branco como um todo e, à noite, pode-se enxergar a iluminação das cidades vizinhas. É um lugar muito frequentado, para onde muitos vão em todos os finais de semana, assim como para as cachoeiras.

Como disse, alguns foram contrários à criação do parque. No dia 9 de junho, houve a consulta pública na Chapada, em Ouro Preto, e, no dia 10 de junho, em Ouro Preto. Ontem, dia 21 de setembro, foi o Dia da Árvore. Quem ganha o presente é todo o planeta e, de modo muito especial, a comunidade de Ouro Branco e de Ouro Preto. Possuir um parque estadual é ter a garantia de que não teremos ali empreendimentos econômicos. Além disso, significa dar um basta nisso, porque, mesmo com os estudos elaborados, todos temíamos. Quantas vezes o poder econômico atropela tudo!

Não posso deixar de reconhecer o trabalho importante da Gerdau, contratando para fazer o serviço o Terra Brasilis, que elaborou e nos apresentou todo esse estudo detalhadamente, até mesmo a proposta de demarcação da área, com características bastante precisas. Além disso, subsidiou-nos com todo esse trabalho, a fim de lutarmos pela criação do parque. Portanto, agradeço à Gerdau, assim como ao Terra Brasilis.

Também destaco o trabalho de alguns servidores do IEF que se esforçaram e dedicaram-se muito. Dirigiram o trabalho sem atritos e prestando

esclarecimentos aos moradores, às famílias, que possivelmente seriam desapropriadas, em uma área onde há também agricultores familiares. Inicialmente teríamos apenas uma categoria: o parque estadual. Porém, após vários estudos e conversas com os moradores, criou-se outra categoria: o monumento natural. Ou seja, depois de muitos debates, chegamos a duas categorias: o parque estadual e o monumento natural.

Agradeço aos responsáveis pelo estudo realizado: Cândido de Souza Botafogo; Felipe, biólogo que fez o estudo e depois o refez, quando apareceu outra proposta, que desvinculava o monumento natural do parque, onde há apenas um corredor; e Silvério, a quem presto homenagem por sabermos que sua aposentadoria está aproximando-se. É o último mês dele como servidor do IEF. Agora encerra sua carreira no instituto e, como grande presente, participa desse estudo. Como o apóstolo Paulo, ele pode dizer que combateu o bom combate, porque, na verdade, ali foi um grande combate ao empreendimento econômico. Então, agradecemos ao Felipe, que é biólogo; ao Silvério, que é engenheiro; ao Cândido de Souza Botafogo, que é cartógrafo; e à Ana Paula, que fez o serviço de comunicação. Essas foram as pessoas que se dedicaram, trabalharam muitas vezes, durante toda a semana, debaixo de sol e chuva, para que o resultado chegasse às mãos do Governador.

Ontem, após o Governador assinar o decreto, ele convidou-me para assiná-lo também. Desde já agradeço-lhe a gentileza e a oportunidade de participar desse ato. Esse fato ficará registrado na história da minha vida política como Deputado.

Outras leis foram de nossa iniciativa, como a do resgate das sementes crioulas, a do Bolsa Aluno e a lei que instala a política das microdestilarias, mas somente essa, embora seja um decreto, contou com apoio e empenho durante todo o mandato. Para nós, é motivo de alegria e realização dispor do Parque Estadual da Serra de Ouro Branco e Ouro Preto e também do Monumento Natural Estadual de Itatiaia, que compreende uma área de 3.216ha, o que equivale, portanto, a 3.216 campos de futebol. Trata-se de uma área significativa, que será preservada e de cuja beleza poderemos desfrutar. O próximo passo será a nomeação de um gerente para o parque. Contamos com as parcerias da comunidade local, das empresas e da Prefeitura para assumirmos o compromisso de criarmos a estrutura para o parque, cuidarmos da sua preservação, permitindo visitas bem orientadas.

Esse parque estadual possui área de 7.520ha. Se somarmos as áreas do parque estadual e do monumento natural, veremos que são cerca de 11.000ha que serão preservados e onde serão garantidas não só espécies animais e vegetais, como também um certo volume de água, que tende a aumentar. Embora seja uma área de rara beleza, constatamos que já vinha sendo degradada a cada ano pela criação de bovinos e equinos e pelo fogo. Então, essa é a nossa expectativa: a grande preservação. Obrigado por essa conquista. Parabéns ao povo de Ouro Branco e à comunidade ouro-pretana por mais essa conquista. Teremos várias unidades de conservação ligando Ouro Branco a Ouro Preto. Essa é a nossa grande contribuição com o planeta. Parabéns ao IEF, à Secretaria de Meio Ambiente e ao povo, que tanto lutou, com milhares e milhares de assinaturas, contra a construção do condomínio que iria beneficiar apenas alguns. Seria um condomínio luxuoso, lá em cima, na serra. Então, com a assinatura desse decreto ontem e com sua publicação, deu-se um fim a esse empreendimento, garantindo-se a preservação da serra para todos os que a visitam. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente nas galerias, mineiros que nos assistem pela TV Assembleia em várias cidades de Minas Gerais. Retorno a esta tribuna, Sr. Presidente, Deputado Getúlio Neiva, para continuarmos a luta em defesa do Norte de Minas e dos produtores rurais de todo o nosso Estado, que vêm sendo, nos últimos anos, perseguidos por uma política ambiental inadequada e inoperante, que dificulta os empreendimentos agrícolas e diminui a oferta de empregos na nossa região e em várias regiões do Estado. Nos últimos 60 dias, temos ocupado esta tribuna semanalmente para denunciar os abusos cometidos por integrantes do IEF no Norte de Minas e em vários cantos deste Estado, especialmente no Projeto Jaíba. Apesar de existir ali uma grande área de reserva, 70.000ha - quase 200.000ha de reserva se somarmos as APPs e as outras reservas da região -, os produtores sentiam-se totalmente enganados pelo governo, porque compraram dele aquelas terras por um preço alto, em torno de R\$5.000,00 o hectare, e, de uma hora para a outra, foram surpreendidos com multas exorbitantes, como as publicadas na semana passada no jornal "O Tempo". Um produtor que adquiriu um lote de 34ha por R\$80.000,00 foi multado por R\$1.700.000,00, quase 20 vezes o valor da propriedade. Denunciamos desta tribuna vários abusos como esse. Ontem, para nossa alegria, o governo do Estado tomou a primeira medida, publicando um decreto que declara de utilidade pública e de interesse social para fins de uso sustentável as obras de infraestrutura e atividades integrantes do Projeto Jaíba em suas etapas de 1 a 4. Diz o decreto: "O Governador do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 90, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto na Lei Federal 11.428, de 22/12/2006, decreta: Ficam declaradas de utilidade pública e de interesse social para fins de uso sustentável as obras de infraestrutura e atividades integrantes do Projeto Jaíba, em suas etapas 1, 2, 3 e 4, localizadas nos Municípios de Matias Cardoso e Jaíba. Parágrafo único - Para fins deste decreto, o perímetro do projeto de irrigação do Jaíba, referente às etapas 1 e 2 já implantadas e às etapas 3 e 4 a serem implantadas, corresponde à descrição contida no anexo. Art. 2º - As obras de infraestrutura e atividades integrantes do projeto de irrigação do Jaíba, de que trata o art. 1º, destinam-se, primeiro, a promover o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Agroindustrial do Jaíba mediante práticas agrícolas que assegurem a conservação do solo e da água; promover a distribuição do uso racional das terras irrigadas mediante assentamento de pequenos, médios e grandes empreendimentos agrícolas e agroindustriais; elevar a produção e a produtividade do Jaíba na área do projeto e sobretudo a renda e o bem-estar dos produtores nela assentados; incentivar a expansão da produção agroindustrial na região; promover a construção e a manutenção de infra-estrutura, econômica e social na área do projeto. Art. 3º - Os empreendimentos e atividades de irrigação instalados e a serem instalados dentro do perímetro do Projeto Jaíba deverão adotar tecnologias poupadoras de recursos hídricos, visando ao menor consumo de água por área cultivada. Art. 4º - A demarcação das reservas legais das áreas integrantes das etapas 3 e 4 do projeto de irrigação do Jaíba será procedida de modo a dar continuidade aos corredores ecológicos da etapa 2. Art. 5º - Esse decreto opera seus efeitos, especialmente as leis e decretos que declaram de interesse comum e de preservação permanente e imunes de corte espécies da flora protegida no Estado de Minas Gerais. Art. 6º - Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação. Palácio da Liberdade, Belo Horizonte, 21/9/2009. Aécio Neves, Governador do Estado; Danilo de Castro, Renata Maria Paes de Vilhena, Gilman Viana Rodrigues, José Carlos de Carvalho."

Digo para os produtores do Jaíba: enfim, o Governador começou a nos escutar! Mas isso ainda é pouco, porque não é só no Projeto Jaíba que estamos tendo problemas gravíssimos, mas em todo o Norte de Minas. Porém valeu a luta de parte da imprensa, liderada pelo jornal "O Tempo", que denunciou os absurdos cometidos na nossa região. Valeu a luta da Associação dos Imigrantes do Norte de Minas, da sociedade rural de Montes Claros, dos produtores do Projeto Jaíba e de todos os sindicatos e produtores do Norte de Minas Gerais. É preciso, Sr. Governador, que esse decreto também seja estendido, que sejam declarados de utilidade pública todos os assentamentos de reforma agrária já regularizados na nossa região. É preciso que V. Exa. também tome providências com o que o IEF vem fazendo com as outras regiões do Estado, com os outros produtores que estão fora do Projeto Jaíba. A nossa luta ganha força a cada dia. Ainda ontem participei de uma reunião na Sociedade Rural de Montes Claros, com a participação de mais de 18 sindicatos de produtores rurais da região. Todos estão imbuídos numa luta que, a partir deste momento, se torna um enfrentamento. Um enfrentamento para dizer que naquela região tem gente, que as pessoas precisam ser respeitadas; que é preciso dar um chega, um basta ao saco de maldades. O governo coloca tudo de ruim para ser experimentado na região mais pobre de Minas Gerais. É assim com os taxistas; é assim com os produtores rurais; é assim com a indústria da multa ali instalada, tirando de quem não tem para encher os cofres de quem tem muito; é assim com a distribuição do ICMS. É uma vergonha para Minas Gerais, onde apenas uma cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte arrecada mais ICMS do que quatro regiões do Estado juntas - Norte, Jequitinhonha, Mucuri e o Noroeste. Sou contra essas desigualdades. Utilizamos esta tribuna para dizer que o Estado precisa ser revisto, que o Governador precisa governar para todos, e não apenas para poucos. A mesma legislação ambiental que deveria ser aplicada em todo o Estado é aplicada de forma conveniente. O Triângulo Mineiro desmatou tudo. O agronegócio lá está "bombando", gerando emprego e riqueza para toda a região. Em contrapartida, o Norte de Minas, que preservou, que tem 56% de cobertura vegetal, deveria ser premiado pelo governo. Por ali está instalado o pulmão do Estado. O governo deveria incentivar, aprovar, por exemplo, o meu projeto que se encontra nesta Casa, do Ecocrédito, para pagar, sim, a quem está preservando. Se o governo quer preservar, quer fazer do Norte de Minas uma grande reserva legal, que pague aos nossos produtores, que indenize a nossa gente. Não é justo usurpar o direito adquirido das pessoas que lutaram a vida inteira para comprar a sua terra, para criar seus filhos e que estão sendo expulsas por uma legislação ambiental inadequada, inaceitável; e ainda por um aparato nunca visto antes na história desse Estado, um aparato de repressão, de multa.

E aí pergunto: onde fica a consciência ambiental? Para onde está indo o dinheiro das multas? Por que o IEF, a Secretaria de Meio Ambiente - são sete órgãos de meio ambiente do Estado - não utilizam todo esse aparato para fazer educação ambiental, para orientar os nossos produtores a utilizar corretamente o solo? Neste Estado, quem mais quer preservar o meio ambiente são os produtores rurais. Quem mais precisa do meio ambiente preservado são os produtores rurais.

Mas, em vez de incentivar os produtores a preservar, estão escorraçando-os de suas propriedades. Não é assim que se faz política, Sr. Governador. A política deve ser diferenciada. Não cabe mais o xiismo instalado na Secretaria de Meio Ambiente, liderado pelo Secretário José Carlos Carvalho, xiita de carteirinha, que não entende nada de produção rural e só conhece meio ambiente nos livros e nas cartilhas. Ele não sabe lidar com a dificuldade que o produtor rural da nossa região vive no dia a dia. É por isso, Sr. José Carlos Carvalho, que o melhor negócio que V. Exa. poderia fazer era demitir-se, entregar o cargo. Está passando da hora de V. Exa. fazê-lo. Precisamos disso. Só a demissão dos Diretores do IEF não é suficiente, e nossa região continuará vigilante e atenta. Não aceitaremos perder todas as propriedades do Norte de Minas. É isto o que a legislação quer: escorraçar as pessoas. Já pensou, Deputado Getúlio Neiva, na situação de um proprietário que comprou uma fazenda de 1.000ha, mas ainda não utilizou praticamente nada dela, e sonhava colocar um empreendimento ali? No entanto, essa fazenda não vale mais nada! Não pode ser vendida. Ele não pode fazer mais nada porque a legislação está aí e o impede. Estranhei demais este boletim apócrifo do governo. Pensei que o Governador e a Secretaria de Meio Ambiente, quando fossem rebater aqui as críticas, as verdades ditas por este parlamentar e por várias Lideranças do Norte de Minas, fizessem-no com mais determinação, clareza e coragem, e não fazendo um jornal deste tamanho, colorido e bonito, tirando a responsabilidade do governo do Estado e culpando aqui o governo federal pelo que está acontecendo no Estado. A Secretaria de Meio Ambiente deveria assumir que fez este jornal, porque todos lá, no Norte de Minas, sabem que as caminhonetes do IEF estão abarrotadas dele, distribuindo-o na região, por meio dos funcionários do IEF - essa é uma grave denúncia. Escrevem ainda no jornal: "Movimento em defesa do Norte de Minas". Vocês estão defendendo o quê? A falência da nossa região? Gastar dinheiro do Estado para fazer um jornal deste tamanho, para tentar convencer as pessoas que vocês estão prejudicando? É muita cara de pau! Deveriam assumir isso, assinar. A Secretaria deveria dizer que fez isto, que seus funcionários estão distribuindo este jornal no Norte de Minas, e que o distribuíram em Jaíba, na semana passada. Deveriam colocar aqui: "Secretaria de Meio Ambiente". Deveria haver um responsável pelo jornal, ou será que há mesmo caixa dois, como suspeitamos, nessa Secretaria, para fazer jornais dessa natureza e não assumir? Com a palavra, o Sr. José Carlos Carvalho para que responda sobre essa irresponsabilidade, essa farra com dinheiro público. É por isso, Sr. Secretário, que está mais do que na hora de V. Exa. entregar o cargo ou, então, de o Governador Aécio Neves tomar uma atitude e fazer sua exoneração, porque isso é terrorismo ambiental implantado no Norte de Minas Gerais. Portanto, deixo aqui, mais uma vez, registrada nossa luta.

Agradeço também - porque não apenas criticamos. Agradecemos o que é correto, como estou fazendo aqui. Apesar de tardiamente, demoradamente, o Governador tomou providências em relação ao Projeto Jaíba, pois era absurdo o Governador mandar vender as terras e depois dizer que o povo não pode plantar. Era absurdo o governo gastar ali R\$1.300.000.000,00 para construir um projeto que não funciona.

Não funciona por causa da burocracia, dos órgãos do próprio governo, que não se entendem. A Ruralminas, a Copasa e o IEF não falam a mesma língua. A burocracia se instalou ali. Ninguém sabe quem manda ou a quem obedecer. São tantos órgãos, uns dando ordens aos outros, que a gente não sabe mais o que fazer.

Por isso, parabênzo a sociedade rural de Montes Claros, o sindicato dos produtores rurais da região, os sindicatos de Janaúba, Espinosa, Monte Azul, Manga, Janaúria, Salinas, Taiobeiras, Coração de Jesus, Brasília de Minas, São Francisco, de toda a região, que se encorajaram e estão fazendo a defesa da nossa região, das propriedades do povo do Norte de Minas que estão sendo usurpadas pelo governo e pelo xiismo ambiental.

Fica aqui como proposta para não se dizer que a gente apenas critica. Peço ao Governador que deixe sua base votar o projeto de lei do ecocrédito, de minha autoria. Já que querem preservar, vamos incentivar, criar um prêmio para o produtor do Norte de Minas manter as suas matas preservadas. Quem mais quer preservar é o produtor.

Ninguém pode ser crucificado. Pela política ambiental do Governador Aécio Neves, todas as pessoas daquela região têm de perder as suas propriedades. É isso o que está por trás desse xiismo ambiental. Há quase R\$500.000.000,00 no Fhidro, que não investe nada na região. Esses recursos poderiam ser aplicados para recuperar nossas nascentes, construir barraginhas, colocar água nas comunidades rurais, fazer reflorestamentos, recuperar nossas matas ciliares e ajudar na educação ambiental dos produtores. Está na hora de retirar esses R\$500.000.000,00 do Fhidro e investir lá, como fez no início do ano o Governador, que pegou R\$50.000.000,00 e colocou na Secretaria de Obras. Sabemos para onde foram esses recursos. Foram para atender sua base, fazer obras eleitoreiras. Nada daqueles recursos foi exatamente para onde deveria, que seria a preservação ambiental, para a qual o Fundo foi criado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Deputados, todos os que nos acompanham aqui na Casa do povo mineiro e os que nos assistem pela TV Assembleia; primeiro, é importante destacar que o debate democrático é fundamental até para aqueles que nos acompanham, temos responsabilidade para com eles. Portanto, os que nos acompanham precisam estar atentos para a verdade, que deve pautar o debate democrático.

Às vezes, a verdade incomoda tanto, que desperta algumas afirmações agressivas e absolutamente infundadas, maldosas, caluniosas e mentirosas. Acabo de ouvir um ataque dizendo que esse jornal que traz uma série de verdades e de informações absolutamente claras, nominando as leis, teria sido pago com dinheiro do povo. Acabou-se de dizer isso aqui.

Eu, como representante do povo, tenho de estar atento - e estou atento. Portanto, quando se começou a discutir aqui a indústria da multa e a fazer uma condução absolutamente política para um assunto sério, que é o meio ambiente, um assunto que precisa ser resolvido, fiquei atento, acompanhando cada movimento e cada ação. É legítimo que a sociedade se organize. O movimento SOS Norte de Minas organiza-se e faz os seus manifestos.

Houve a organização de um movimento, liderado pelo Prefeito de Patis, o Valmir, cujo nome darei com clareza, com nota fiscal e com objetividade. O Prefeito Valmir é um líder respeitável e que tem dito, aos quatro cantos do Norte de Minas, alto e bom som, que não admite tentativa de caluniar o Governador Aécio Neves e transferir para a responsabilidade do governo de Minas aquilo que ele retratou muito bem aqui e que é manchete no jornal. Isso incomodou a tal ponto, que alguém tentou vir tapar o sol com a peneira.

Existe a Lei Federal nº 11.428, de 2006, do governo atual, que estabeleceu que a mata seca é mata atlântica, na cabeça do governo federal, do governo do PT e dos senhores Ministros do Meio Ambiente.

O Deputado Paulo Guedes* - V. Exa. me permite um aparte?

O Deputado Domingos Sávio - Eu ainda não respondi a V. Exa. Portanto, Sr. Presidente, o que quero dizer é que existe um movimento em defesa do Norte de Minas, a exemplo de quaisquer outros que se organizam da maneira como entenderem, numa sociedade livre, mas eu estou fazendo mais, já que vim aqui para dizer quem é um dos líderes que organizou o movimento, por não aceitar esse tipo de afirmação.

O Deputado Paulo Guedes* - E os carros do IEF?

O Deputado Domingos Sávio - Deputado, eu não lhe concedi um aparte, justamente porque estou contestando o que V. Exa. acabou de dizer. V. Exa. veio a esta tribuna, esbravejou, gritou e tentou passar para quem nos está ouvindo uma falácia, uma informação que não é verdadeira, já que V. Exa. acusou, de maneira grave, injusta e caluniosa, o governo de Minas, e eu vim prontamente retrucar. Mas eu vou dizer mais ao povo mineiro, para que ele reflita.

Quando fui procurado pelo nobre Deputado, que me dizia para assinar a CPI da indústria da multa, eu o lembrei que também sou um produtor rural e que luto contra essa legislação absurda do governo federal, a qual estabelece uma série de regras contra o produtor rural, querendo tratá-lo como bandido. Eu lutei para aperfeiçoar a legislação mineira, e conseguimos aperfeiçoá-la, e agora ela foi sancionada. Aliás, esse mesmo jornal está mostrando que acabamos de votar essa lei, em Minas Gerais, em 1º/9/2009. O Governador Aécio Neves regulamentou importantes medidas, e a Assembleia mineira votou a legislação que regulamenta uma série de medidas, entre elas a de que o produtor terá 20 anos para regulamentar a sua situação de ocupação de área de preservação permanente, justamente para evitar essas multas, muito antes de o Deputado vir com essa conversa de indústria de multa. Mesmo assim ele veio com a conversa de indústria de multa, e eu disse a ele que me dissesse, objetivamente, qual era essa multa, de qual empresa e de qual cidadão. Pedi ainda que me trouxesse as multas, uma que fosse, para saber para que precisávamos fazer CPI. Estarei pronto ao seu lado, e não tenho dúvidas de que o Governador Aécio Neves também, para combater qualquer irregularidade. No entanto o Deputado continuou a insistir com a ideia de indústria de multa no Jaíba. Aliás, ele acabou de dizer que é um absurdo a indústria de multa existente no Jaíba. Sabemos que temos um problema sério de multa no Norte de Minas, por causa desse decreto federal do Presidente Lula. Uma lei federal, depois um decreto do Presidente Lula, dizendo que a mata seca do Norte de Minas é mata atlântica. Uma coisa louca, maluca e absurda, que prejudica o produtor rural. Como estava dizendo, o Deputado insistiu em que há uma indústria de multa no Jaíba e que ele é um defensor do povo mineiro e que está aqui combatendo essa indústria de multa.

Fui verificar, Sr. Presidente: no Jaíba há 684 lotes de terra na etapa 2, que está sendo objeto dessa grande polêmica. Sabe quantos empreendedores, desses 684, foram multados, porque entenderam que houve, de alguma forma, agressão ao meio ambiente? Foram multadas 15 propriedades. Gostaria que nenhuma delas tivesse sido, mas vem aqui e faz um barulho desses. É sabido que, entre esses 15, há grandes empreendedores, e que alguns desmataram mais de 1.000ha de uma vez, suprimiram tudo sem autorização ambiental.

Defendo o produtor rural, sou ruralista. Acho que não se pode tratar o produtor rural como bandido. Mas será que é correto eu vir até aqui e defender um desmatamento de 1.000ha de terra, sem licença ambiental, sem nenhum tipo de cuidado com o meio ambiente? Isso significa defender a democracia!? A serviço de quem está essa CPI da multa!? A serviço de quem, Sr. Deputado, que vem aqui, esbraveja e traz calúnias, mentiras!? Diz que isso foi financiado com dinheiro do governo de Minas sem nenhuma preocupação em provar. É hora de parar com esse tipo de bravatas. O seu Presidente, o Presidente do seu partido, que trata mal os produtores rurais no Brasil inteiro, depois que ganhou a eleição, disse: "Depois que ganhamos a eleição, paramos com as bravatas". Não foi isso o que ele disse, Deputado Getúlio Neiva? Ele próprio, o Presidente Lula disse isso. Mas aqui em Minas eles ainda não ganharam as eleições, e o povo mineiro precisa estar atento. Aqui, em Minas, o PT não ganhou o governo do Estado, e isso incomoda profundamente esses políticos, que querem mentir para o povo. À custa da mentira, vêm aqui e mentem para a imprensa, para os jornalistas e para o povo, dizendo: "O governo financiou o jornal". Ora, o jornal foi financiado por um movimento. Desde quando a turma do PT é contra movimentos que se organizam? A história do PT é de, aos quatro cantos, dizer que a sociedade deve se organizar em movimentos sociais. Um movimento organizado denunciar que o governo federal é o responsável por toda essa confusão no Norte de Minas é um fato que incomoda tanto, que um Deputado vem aqui dizer que o jornal foi financiado pelo governo do Estado. Sabemos quem financiou, quem pagou; dei o nome aqui. A imprensa pode verificar; o Sr. Deputado, que veio aqui esbravejar, pode ir lá verificar. E mentiu.

Querem, mais uma vez, fazer esse jogo político para enganar o povo mineiro. É o PT santo, todo-poderoso, é o PT que nunca se envolveu em corrupção, que é contra os xiitas. Ele agora é contra os xiitas, Deputado Getúlio Neiva. A expressão "xiita", na área ambiental mineira, foi cunhada para designar a turma do PT, que queria e sempre quis dirigir as decisões, como se fossem os todo-poderosos. Agora ele vem aqui chamar o José Carlos Carvalho, que é uma pessoa séria, de xiita. O José Carlos comete os seus equívocos, sim, como todo ser humano, mas agora vem sendo agredido e atacado em relação à questão da mata seca, que é protegida por lei federal.

Agora quero destacar o que estamos fazendo de fato, em vez de ficar esbravejando, de ocupar o nosso tempo todo para xingar o Presidente Lula. Não farei isso, primeiro porque entendo que, democraticamente, não é assim que se resolvem os problemas em uma sociedade. É pela eleição, pelo voto, não é mentindo nem caluniando, como o Deputado quer fazer. Estou desafiando, porque, quando vem alguém e mente, há duas possibilidades: calar e consentir ou desafiar. Nesse caso, devemos desafiar-lo dizendo: "V. Exa. acabou de dizer que foi pago com dinheiro público. V. Exa. deve saber do que está falando, afinal de contas, V.Exa. é um Deputado. Ou V. Exa. vem aqui e fala pelos cotovelos o que lhe dá na telha, como se tivesse a imunidade parlamentar para falar mentira?". Imunidade parlamentar é para expressar ideias, e não para falar mentiras. Portanto estou dizendo quem pagou os jornais. Já vinham fazendo esse tipo de acusações caluniosas na imprensa, e eu sabia que trariam esse assunto para a tribuna. Fui saber, porque, se fosse o governo, eu iria me bater contra ele também.

Como lutei para que o governo de Minas e para que o José Carlos Carvalho entendessem que era hora de mudar o Código Florestal mineiro, passando na frente do Congresso Nacional, que está parado! O Congresso Nacional, infelizmente, está subserviente ao Presidente, que, por sua vez, está subserviente ao Ministro Minc. O Sr. Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura, tem dito, alto e bom som e em todos os cantos, que hoje mais de 70% do território brasileiro está impedido de produzir.

É o Ministro do Presidente Lula quem diz isso. Essa proibição não é determinada por leis estaduais, até porque não é em Minas que não se pode produzir em 70% da área, mas em todo o território brasileiro. Isso não se restringe à Amazônia nem ao Pantanal, onde se poderia admitir essa proibição para se preservar a nossa natureza, até porque lá ainda não foi ocupado, ainda não há ser humano, não há desenvolvimento de atividades agrícolas, é uma reserva, um bioma da humanidade. Mas não se pode admitir a mesma coisa onde o ser humano já está trabalhando e a agricultura já está implantada. Mas o Presidente Lula, em 2006, faz uma lei pela qual se diz que a mata seca do Norte de Minas, da Bahia e de outros Estados é mata atlântica, e assim qualquer produtor está impedido de implantar ali qualquer atividade produtiva, de suprimir aquela vegetação. Foi o Presidente Lula quem fez isso. Ora, o Ministro do Presidente diz que está errado, mas o Congresso Nacional não age.

O Congresso Nacional sabe que, em boa parte do território brasileiro, como Minas Gerais e São Paulo, o produtor já trabalha e já preserva a área de preservação permanente - APP -, que é sagrada, mesmo, e que temos de preservar: são as beiras dos córregos e dos rios, são as nascentes. Nesses lugares, temos de incentivar o produtor a continuar preservando a APP. Mas, pela lei federal, além de preservar a APP, ele tem de reservar mais 20% para a reserva legal. Acontece que nesses lugares já foi implantada a agricultura e, assim, é impossível que ele suprima o que tenha cultivado - o cafezal, por exemplo - para fazer dali a reserva legal. Diante disso, defendemos que, para efeito do cálculo de reserva legal, seja computada também a área de APP. Mas o Congresso não vota.

Aqui, na Assembleia, votamos - e fui um dos que participaram ativamente desse processo, apresentando emendas de minha autoria - para defender o produtor rural e para acabar com a multa em Minas Gerais. Aí, tomamos uma atitude concreta em relação à APP que esteja ocupada em Minas Gerais. Se ela estiver ocupada com uma residência ou com algum tipo de imóvel consolidado, isso é respeito - pode-se ligar, por exemplo, energia elétrica. Se está ocupada com agricultura, sendo preciso arar, o que pode prejudicar a nascente ou a beira do córrego, ela será gradativamente devolvida à condição de área de preservação, substituindo-se a atividade produtiva na beira do córrego de forma gradual, de acordo com a capacidade do pequeno produtor de migrar para outra atividade. O Governador Aécio Neves, sensível a isso, atendendo à Assembleia, à Faemg e aos sindicatos rurais, regulamentou há pouco mais de uma semana o prazo de 20 anos, a partir de agora, para que o produtor mineiro que ocupa uma APP possa migrar para outra área, deixando que a beira do córrego ou as nascentes possam ir se recuperando

como APP. Ainda conseguimos de forma definitiva, sem que tenha de haver substituição - nem em 20, nem em 30, nem em 40 anos -, que as encostas de morro - onde, no Sul de Minas, estão plantados os cafezais - sejam respeitadas, até porque não faz sentido algum que se arranque o cafezal só porque ali é uma encosta de morro. E emenda de minha autoria incluiu a pastagem nessa área de encosta, de decliva. Conseguimos que essa área seja considerada, para efeito de produção, como uma área normal, não mais de APP, já que já está consolidada. Assim, como área consolidada e ocupada, a encosta de morro fica garantida para o produtor. Isso foi aprovado nesta Assembleia, e o Governador sancionou.

O que não se pode fazer é transferir a responsabilidade pelo problema do governo federal, que considerou mata seca como mata atlântica, para o Governador Aécio Neves, ou, pior ainda, acusar o Governador de financiar com dinheiro público o boletim - boletim esse que não tem nada de errado. Aliás, o Deputado não contestou qualquer informação do boletim; são informações verdadeiras, apenas financiadas por um movimento que se sentiu agredido por ver que vem alguém aqui dizer a toda a hora que o povo do Norte de Minas está contra o Governador de Minas, contra isto e contra aquilo. Isso não é verdade. O povo do Norte de Minas não está contra o Governador de Minas, Aécio Neves. O povo do Norte de Minas não é bobo: o povo do Norte de Minas já sabe que o problema que está enfrentando com multas por causa da mata atlântica foi gerado pelo governo federal. Agora, no Jaíba, isso surpreende.

O governo de Minas fez uma série de investimentos, além do decreto mencionado, como reconhecimento de que o governo está preocupado com o Jaíba. O Deputado Paulo Guedes me solicita aparte, que concederei em 1 minuto, mas quero citar algumas ações do Jaíba que talvez V. Exa. não conheça. O governo de Minas encontrou o Jaíba implantado por outros governos. Não foi o governo Aécio Neves que o implantou, como disseram que veio, implantou e depois abandonou. Encontrou o projeto implantado e agora está tomando medidas concretas. Por exemplo, deu parcelamento para os débitos. Muitos produtores não estavam pagando, porque são áreas leiloadas. Algumas áreas pequenas foram doadas, mas o segundo lote foi leiloadado, e aqueles que adquiriram e não estavam pagando tiveram nova carência e novo prazo. Além disso muitos tiveram ligação de água, começaram a receber água bombeada para fazer irrigação - não é água que veio da natureza -, mas não pagaram nada durante dois anos. O governo resolveu parcelar e não cobrar nada daqueles que ainda não estiverem irrigando. Quando começarem a irrigar, serão cobrados. Portanto o governo negociou uma série de coisas com os produtores do Jaíba. Por isso se uniram e disseram: "Há alguém falando em nosso nome, dizendo que todos foram multados, mas só 15 propriedades foram multadas. Há alguém dizendo aos mineiros que aqui está havendo uma guerra". Não é verdade, e fizeram um jornal para esclarecer as responsabilidades.

Com prazer, concedo aparte ao Deputado Paulo Guedes.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Deputado, é estranho V. Exa. querer justificar que isso não tenha sido feito pelo governo de Minas. Dizer que foi o Prefeito de Patis que fez o jornal é incabível, porque temos centenas de testemunhas no Jaíba e na região, todos no Norte de Minas viram as caminhonetes do IEF lotadas com esse jornal e seus funcionários o distribuírem, fazendo panfletagem governamental de forma pirata, porque não assinam, não dizem quem fez; é um boletim sem dono. Que movimento é este que ninguém conhece? Agora V. Exa. arrumou uma pessoa, o Prefeito de Patis...

O Deputado Domingos Sávio - O Presidente da Amams, associação que representa os Municípios do Alto São Francisco.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Estranho. É por isso que estamos vendo que as entidades representativas das organizações dos Municípios... Estranho muito que o Presidente da Amams tenha feito isso, porque ele e os Prefeitos do Norte de Minas sabem o que estamos passando lá. Se o Valmir Moraes, Presidente da Amams, que deveria defender o Norte de Minas, pois também é produtor, se rendeu ao capricho de ceder o nome para legalizar uma pirataria governamental, desculpe-me, mas ele está no lugar errado na hora errada, fazendo um papelão.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, apenas concluirei. Fiquei feliz por o nobre Deputado ter voltado e me aparteado, mas não soube sustentar a acusação caluniosa que fez, de que o governo teria pago com dinheiro público. Ele apenas diz que "estranha", como se fosse legítimo o PT dizer que não pode haver movimentos sociais. Estamos cansados de ver entidades que assinam movimento dos desabrigados de barragem, Movimento dos Sem Terra, etc. Todos são santos... Mas no dia em que se trata de um movimento de Prefeitos eleitos pelo povo... Um deles me ligou, dizendo: "Estão falando mentira aí, pois temos a nota fiscal, pagamos com nosso dinheiro, porque não concordamos que saiam esparramando mentiras para o povo mineiro, acusando o Governador Aécio Neves".

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Pois eu gostaria de ver a cópia da nota fiscal.

O Deputado Domingos Sávio - Deputado, já lhe concedi aparte. Então vem alguém aqui e reclama do boletim. Mas não contestou linha alguma do boletim nem do jornal.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Cumprimento-o pelo pronunciamento. Já chegamos a um ponto em que as coisas devem ser bem esclarecidas.

Hoje mesmo, um jornal de Belo Horizonte estampa as fotografias dos Deputados da bancada do Norte de Minas como os que não assinaram o pedido da Comissão Parlamentar de Inquérito do Deputado Paulo Guedes. Acho que as coisas têm que ser esclarecidas. Estão fazendo um verdadeiro jogo político em cima desse fato que tem massacrado a população do Norte de Minas. Pessoas estão estampando o "outdoor" do Governador Aécio Neves em Montes Claros, pedindo-lhe para acordar, num gesto até desrespeitoso ao seu trabalho sério na região. Se for feita uma pesquisa hoje, Aécio sai do Norte de Minas com mais de 80% de aprovação. Passaram por cima do trabalho que ele vem fazendo de apoio aos hospitais e de asfaltamento das estradas no Norte de Minas. Todos os Municípios estão sendo asfaltados, e nada disso está valendo nada. O que está valendo é essa campanha que estão fazendo em cima do governo do Estado, pedindo-lhe para acordar e defender o Norte de Minas. Mas, nos "outdoors", não falam no famigerado Decreto nº 11.428, do governo federal, que qualificou toda a mata seca que compõe o cerrado do Norte de Minas como mata atlântica. Caladamente, o Governador está encomendando estudos detalhados feitos pelas Universidades Federais de Viçosa e de Lavras, na tentativa de mostrar ao governo federal que o bioma existente no Norte de Minas não tem nada a ver com a mata atlântica e que é próprio da nossa região. Estivemos hoje, pela manhã, com o Ministro Minc, do Meio Ambiente, e lhe solicitamos que agilize esse estudo, para poder acatar o decreto feito pelo Governador, que saiu publicado hoje no "Minas Gerais", numa tentativa desesperada do governo de Minas, caro Domingos Sávio. O Decreto de 21/9/2009 considera o Jaíba área de interesse social, para mostrar que aquela é uma região delimitada, que foi criada pelo governo federal para se plantar, produzir e colher - hoje o maior polo de fruticultura do País -, numa tentativa de chamar a atenção do governo federal. Estivemos com o Ministro e mostramos-lhe que o governo está interessado nisso. É necessário que se façam as coisas às claras. Não é possível que os defensores do governo federal, que provocou toda a celeuma, atribuam ao Governador Aécio Neves a possibilidade de não poder mais produzir, desmatar e plantar no Norte de Minas. Falei com o Paulo Guedes, por quem tenho uma amizade muito grande. Ele é meu companheiro, amigo, e o respeito muito. Em várias ocasiões, já dei demonstração do apreço que tenho por V. Exa. Acho que V. Exa. está fazendo o seu papel político, só que as coisas estão tomando uma proporção muito grande. Após sete anos do governo Aécio Neves, vemos que foi o maior Governador que o Norte de Minas já teve. Não foi devido ao retórico e às palavras, mas por ter demonstrado o apreço e o compromisso com a nossa região, valorizando-a. No apagar das luzes do governo, querem fazer essa covardia com o Governador Aécio Neves, sem dar-lhe a oportunidade de se esclarecer. Em nenhum momento, chegaram perto dele para dizer-lhe que está fazendo muito. Agora à tarde, o Secretário Gilman está em Montes Claros, com o Dr. Alexandre Viana e vários outros ruralistas, mostrando o que o governo está fazendo. O governo Aécio Neves está de braços cruzados, impotente diante de um decreto federal editado pelo Presidente Lula, pelos órgãos ambientais do Presidente Lula, por um equívoco do IBGE. Combateremos isso com fatos, com o trabalho que está sendo bem feito. Sinto-me no dever, Sr. Presidente, de fazer esse depoimento, porque é uma covardia o que estão tentando fazer com o nosso Governador no final do seu governo. Então está de parabéns. Esse informativo foi editado pela Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene - Amams -, que foi quem mandou fazê-lo. Da mesma forma, está passando pela TV Globo de Montes Claros também

um informativo à população, mostrando que o Governador Aécio Neves não está de braços cruzados, mas sim agindo, e não pode ser responsabilizado por um equívoco do governo federal por meio dessa determinação do IBGE. Temos a obrigação de esclarecer - aliás, iremos esclarecer a partir de agora. O decreto do governo atende em 90% aos problemas da Jaíba. Há outras ações que serão anunciadas no Jaíba na sexta-feira. Realizaremos uma grande reunião no Jaíba com os produtores rurais, mostrando-lhes o que o governo está fazendo na área de habitação, da Copasa, da Cemig e de infraestrutura. O governo do Estado sabe e entende que o Projeto Jaíba é um dos maiores e merece todo o nosso apoio. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Só preciso de mais 1 minuto para agradecer, primeiramente, a V. Exa. a tolerância; ao Deputado Paulo Guedes, que cumpriu o seu papel; e ao Deputado Carlos Pimenta, que colaborou de forma fundamental. Não sou do Norte de Minas como o Deputado Carlos Pimenta, mas conheço o Governador Aécio Neves e não podia deixar de fazer uma defesa, porém uma defesa fundamentada. Não sabia, Sr. Presidente, que lá havia "outdoors" contra o Governador Aécio Neves. Ora, vem um movimento, liderado por um Prefeito que é Presidente da Amams, e faz um jornal que não tem uma vírgula que possa ser reparada, ou seja, um jornal que só fala a verdade, para dizer que o governo de Minas está fazendo a coisa certa e que, infelizmente, o governo federal é quem tem responsabilidade por tudo isso; então acabou ocorrendo um debate tão acalorado.

Finalizando, com meu respeito ao Deputado Paulo Guedes e aos demais colegas, quero apenas reiterar que a verdade tem de prevalecer. Não podemos deixar que as paixões políticas nos façam partir para acusações e ataques que não sejam fundamentados na verdade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

84ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos 23/9/2009

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, todos que nos acompanham na Casa do povo mineiro e todos que nos assistem, quero inicialmente manifestar satisfação com o regresso a esta Casa do querido Deputado Doutor Ronaldo, que vem substituir também um grande amigo e parlamentar, o Deputado Sebastião Helvécio, que hoje assume o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Geras, com muita justiça, pela sua competência representando o povo mineiro.

Sr. Presidente, nas minhas primeiras palavras, quero fazer referência ao projeto de lei que deu entrada nesta Casa que trata de regularizar uma situação, apenas do ponto de vista jurídico, uma situação que afeta pouco mais de 4 mil servidores, de modo especial os do Ipsemg e do DER, e que tem sido objeto, por parte de um ou outro, de uma interpretação totalmente equivocada. É muito importante, desde o primeiro momento, deixar bem claro qual o propósito desse projeto de lei enviado pelo Governador Aécio Neves. Fico feliz de ver no Plenário os nobres Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Zé Maia, que seguramente acompanharão e analisarão na Comissão de Fiscalização Financeira esse projeto. Refiro-me ao projeto que deu entrada nesta Casa nos últimos dias que regulariza a situação de mais de 4 mil servidores públicos do Estado, mas que são servidores estáveis. Ingressaram no Estado antes da Constituição de 1988. Foram acolhidos pela Constituição de 1988 como servidores públicos estáveis. Portanto, esses servidores públicos, acolhidos pela Constituição de 1988, não podem ser demitidos, salvo por justa causa, assim como qualquer concursado, já que foram equiparados a concursados a partir da aludida Constituição, em relação ao seu vínculo com o Estado. No passado, era muito frequente haver servidores que ingressaram no serviço público ou por contrato ou por alguma outra forma que não tenha sido, especificamente, a do concurso público. De maneira muito oportuna, a Constituição de 1988 mudou esse quadro. Digo isso porque somos defensores do concurso público como instrumento legítimo para disputar a oportunidade de servir ao País, ao Estado e ao Município, e trabalhar para o povo como servidor público. O concurso público é hoje uma cláusula, posso até dizer, uma cláusula pétrea da nossa Constituição, e isso não se discute e não é isso o que se está discutindo. Acontece que houve um ou outro, até mesmo algum veículo de comunicação, que deu interpretação equivocada, o que poderá prejudicar a tramitação do projeto e, automaticamente, prejudicar milhares de servidores que aguardam a regularização de uma situação de fato e de direito existente. Portanto, volto a frisar que mais de 4 mil servidores, entre eles uma grande parcela no Ipsemg e outra no DER e ainda uma boa parte de servidores que já estão aposentados pelo Estado, que ingressaram antes de 1988, foram acolhidos por esta Constituição na condição de função pública, ganhando estabilidade, uma vez que também contribuem para ter direito à aposentadoria. Seus vencimentos sofrem desconto todo mês. Estou-me referindo aos servidores com mais de 20 anos de casa, já que a Constituição completa 21 anos. Todos eles, com bem mais de 20 anos, muitos até aposentados, precisam de um projeto de lei por quê? Porque, depois da Constituição de 1988, todas as alterações nas carreiras, todas as mudanças salariais são feitas mediante projeto de lei. O Governador não pode conceder aumento salarial ou fazer qualquer mudança na carreira por meio de decreto. Entretanto, no passado, alguns Governadores - e não o Governador Aécio Neves, por serem o Ipsemg e o DER autarquias -, de maneira equivocada, entenderam que podiam acompanhar aquele reajuste ou aquela alteração que estava sendo feita na carreira para todos os servidores do Estado por decreto. E assim o fizeram, equivocadamente. Hoje, vivemos um Estado de Direito com maior controle social, felizmente. Isto é, com a presença do Ministério Público, dos sistemas de controladoria do Estado funcionando e das auditorias internas. Esses mecanismos que existem para verificar se está tudo correto identificaram, no decorrer do governo Aécio Neves, que era preciso corrigir esses equívocos, corrigir o ordenamento jurídico.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão, ex-Secretário de Estado, homem vivido na área pública, sabe como é preciso estar atento aos ordenamentos jurídicos. Na vida privada, você pode fazer tudo o que a lei não proíbe. É assim que funciona o Estado Democrático de Direito. Se a lei não proíbe, então que se faça, mas é bom que tenhamos os nossos limites morais e éticos ou as nossas orientações espirituais, e me incluo entre os seguidores das orientações espirituais. No mundo privado, as pessoas podem fazer tudo o que a lei não proíbe, mas, na vida pública, só podemos fazer o que a lei nos permite. É uma diferença que parece singela, mas é muito grande. O nosso Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, hoje um jurista em fase conclusiva de formação, sabe muito bem disso. Há uma imperfeição na legislação estadual que são erros cometidos por governos anteriores, que não podem vir a prejudicar esses servidores. O governo Aécio Neves, preocupado em zelar pelos direitos adquiridos por esses servidores do Ipsemg e do DER, preocupado em também respeitar a lei, verificou que há uma imperfeição jurídica. Não se trata de nenhuma vantagem absurda, refiro-me a servidores que cumpriram uma carreira de 20, 30 anos e se aposentaram com média salarial igual ou menor do que muitos outros colegas de trabalho; nada que não seja absolutamente lícito e transparente, cada situação foi publicada de maneira clara. Entretanto, foi feito de maneira equivocada, porque não podia ser regulamentado por decreto. Diante desse impasse, eu e outros colegas - mas fui eu que tomei a iniciativa, ainda quando presidia a Comissão de Administração Pública -, logo no meu primeiro mandato, começamos a discutir isso aqui na Casa. Mas não achávamos uma saída. Posteriormente, nesse segundo mandato do Governador Aécio Neves, começamos a viver alguns sobressaltos porque a diretoria do Ipsemg mudava e ele recebia uma nota da Controladoria Interna do Estado dizendo: "Alguns servidores estão com os seus proventos ou com sua vida funcional regulamentada por decreto, o que não está correto. Deveria ser por lei.". Logo vinha aquele pânico, e perguntava-se: então, o que é preciso fazer? A resposta era: se não há uma lei, você não pode garantir esses direitos. Questionava-se: mas esse servidor já estava aposentado, o Tribunal de Contas já homologou sua aposentadoria. Ele já é um senhor de 70, 80 anos, que vive desse dinheiro. Ele contribuiu sobre esse valor para se aposentar. E eles diziam: "Mas existe uma falha jurídica".

Houve, por mais de uma vez, uma ameaça a esses servidores - vamos aqui ser prudentes, houve uma comunicação, que eles receberam como ameaça - de que poderiam ter os proventos reduzidos. Imagine, Deputado Adelmo Carneiro Leão, um profissional que terminou sua carreira com curso superior, servindo, às vezes, até como coordenador do Ipsemg em uma regional ou aqui, em Belo Horizonte, depois de 30 anos de serviço prestado, que está aposentado, ganhando, digamos, cerca de R\$2.000,00, receber um comunicado de que todos os atos foram considerados nulos e que ele, de repente, teria sua aposentadoria reduzida a R\$300,00, por exemplo. O senhor já imaginou o pânico na vida de um cidadão como esse, que tem filhos, que tem obrigações diárias?

Fui inúmeras vezes ao Ipsemg, fui ao Vice-Governador para dizer: "Isso é um absurdo, isso gerará uma série de ações judiciais". Houve até uma fase em que diziam: "Se o Estado se vir obrigado a tomar essa atitude porque a Controladoria está entendendo que foi por decreto, os servidores terão direito de recorrer à Justiça, e ela certamente dará a eles mandado de segurança para não terem redução em seu salário". Imaginem reduzir o salário de alguém que já se aposentou, cuja aposentadoria foi homologada pelo Tribunal de Contas, reduzir o salário de alguém que está há 20, 30 anos em uma carreira, sem nenhuma justificativa. Não estou me referindo aqui a qualquer ganho absurdo. Infelizmente, temos no País ganhos que precisariam mesmo ser revistos, ganhos de verdadeiros marajás, que têm salários de R\$30.000,00, R\$40.000,00. Mas não existe nenhuma situação dessas. São servidores que têm uma casa salarial que, de fato, varia entre R\$1.000,00, talvez até R\$5.000,00 para aqueles profissionais de nível superior, que cumpriram uma carreira inteira e que estão vivendo esse pesadelo.

Depois de muitas idas ao governo apagando incêndio, eu e outros colegas fizemos um apelo: já era hora de o governo pensar em uma maneira jurídica para corrigir a situação. O problema é de ordem jurídica, foi um erro que o governo cometeu - volto a lembrar, nos governos anteriores, o governo Aécio Neves identificou o erro, verificou que não estava sendo feito de maneira correta no passado. Então, os sistemas de controladoria interna, a Advocacia-Geral do Estado estudaram o assunto e verificaram o seguinte: primeiro, são servidores estáveis. Portanto não há que se falar em - para usar uma expressão explorada para rotular de forma pejorativa esse servidores ou esse ato, o que é uma tremenda injustiça - "trem da alegria". Estou me referindo a servidores com 30 anos de carreira ininterruptos, que ingressaram nela antes da Constituição e que tiveram seu direito garantido pela Constituição brasileira. São servidores estáveis. Pelo projeto de lei, nenhum servidor ingressará no Estado. O projeto não é para permitir o ingresso de ninguém no Estado nem para regularizar a situação de quem tenha entrado agora ou há pouco tempo, o que seria mesmo uma fraude, pois, após a Constituição de 1988, não há outro meio de ingressar no Estado a não ser por concurso público. Estamos nos referindo a servidores que entraram antes de 1988 - servidores estáveis, cujos salários são pagos por atos regulamentados pelo governo do Estado e publicados no diário oficial -, só que por decreto, o que, segundo entendimento da Advocacia-Geral, está errado. Então o que pedimos e que a área jurídica do Estado entendeu correto é que se faça uma lei convalidando os decretos, dizendo que esses decretos passam a ter vigência e aprovação da Assembleia Legislativa, portanto sendo convalidados pela lei que tivermos de aprovar nesta Casa.

Dou essa explicação em função de algumas coisas que já vivemos no Brasil. Neste caso, tenho de concordar com o Governador de São Paulo, que, como disse também o Governador Aécio Neves, por inúmeras vezes, insiste sempre em dizer que se antecipou demais o debate eleitoral. Mas hoje se tornou inevitável para ambos e outros mais que estejam presentes no debate eleitoral. A verdade é que não se fala em outra coisa; o tempo todo vemos pesquisas e disputas eleitorais e especulações sobre quem será candidato a Presidente, a Governador, a Deputado Federal e a Deputado Estadual. O problema é que às vezes esse tipo de antecipação leva-nos à politização equivocada da análise de uma matéria como essa. Com isso quem pode ter um prejuízo enorme são os mais de 4 mil servidores do Ipsemg e do DER, que vivem o permanente pesadelo de ouvir, a cada dia, que sua situação está irregular. Ora, isso não acontece por culpa deles, então é claro que é nossa obrigação resolver essa situação. Não está sendo dado um centavo de aumento para ninguém; não se aumenta um centavo na folha do Estado.

Cheguei, Deputado Sargento Rodrigues, a cogitar a hipótese de, em vez de apresentar requerimento ao governo do Estado, como fiz, apresentar a proposta de projeto de lei. Mas cheguei à conclusão de que isso não seria cabível, pois mexer na organização do Estado, do ponto de vista da organização dos servidores públicos, é competência do Poder Executivo. Assim fiz apelo ao Governador por meio de requerimento, como outros colegas, a exemplo dos Deputados Sargento Rodrigues, que sempre defendeu nossos servidores, Dalmo Ribeiro Silva, que hoje analisa esse projeto na administração pública, e outros. E o Governador atendeu a esse pedido e mandou o projeto de lei. Então termino fazendo um apelo a todos os Deputados, à própria imprensa e a quem mais queira debater o projeto para que o façamos com o cuidado de não deixar a paixão política começar a trazer rótulo para ele. Não se trata de trem da alegria, que dá aquela ideia de embarcar ilegitimamente um monte de gente, sem respeito à regra do jogo, que é o concurso público. Não se trata disso; ninguém está entrando para o serviço público. Todos os servidores aos quais se dirige essa lei são servidores públicos estáveis, que não podem ser demitidos a não ser por justa causa, de forma idêntica ao que ocorre com o servidor concursado, e que já recebem, há muitos e muitos anos, pelo menos há 20 anos, seus proventos com os mesmos direitos que os demais servidores. É apenas questão de isonomia. Acontece que o caso deles foi conduzido, do ponto de vista jurídico, de maneira equivocada, ou seja, por decreto.

E agora, estamos convalidando os decretos, para não ficar sobre a cabeça deles, o tempo todo, essa pressão, e também sobre o gestor e a diretoria do Ipsemg, que ficam em situação desconfortável o tempo todo, como se estivessem navegando nos mares da ilegalidade. Isso, definitivamente, não combina com o governo Aécio Neves, que tem procurado ser exemplar em governar dentro dos limites da lei.

Sr. Presidente, concluo agradecendo a tolerância de V. Exa. e dizendo aos servidores do Ipsemg e do DER que não tenho dúvida de que esta Casa Legislativa aprovará esse projeto de lei, dando um ordenamento jurídico tranquilo e acabando com esse impasse que tem trazido sofrimento e desconforto. Vamos fazer isso sem gerar um centavo de despesa para o povo mineiro. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Cumprimento a todos. Um grande número de pessoas ligaram para o nosso gabinete durante todo o dia de ontem e hoje pela manhã, uma população revoltada com o descaso e a falta de preparo da Cemig. Mais de 500 mil pessoas na Região Metropolitana ficaram sem energia elétrica, o que causou um grande caos na cidade. Tenho aqui os jornais. Foi apenas o início das chuvas, as primeiras chuvas mostram todo o despreparo e a falta de recursos e manutenção na rede elétrica no Estado de Minas Gerais. Se isso aconteceu aqui na Região Metropolitana de Belo Horizonte, imaginem o que acontece no interior, na zona rural e nos pequenos distritos. A população não fica apenas dois dias, mas duas semanas sem energia elétrica. São idosos e doentes que colocam medicamentos e vacinas dentro da geladeira, como insulina para diabéticos, que deve ficar sob baixa temperatura. Infelizmente, essas vacinas são perdidas, os hospitais precisam interromper cirurgias, os fóruns devem adiar audiências de todos os Juizados Criminais e da Vara de Família. O problema é muito sério, por falta de manutenção, por falta de recursos para manutenção da rede. E, coitadinha da Cemig, a conta de energia em Minas Gerais é muito barata, o ICMS da energia elétrica é só de 42%. Ora, é o mais caro do Brasil. A tarifa de energia em Minas Gerais é a mais cara do Brasil e uma das mais caras do mundo. Mas, infelizmente, passa ano e ano e a Cemig só quer arrecadar e lucrar, arrecadar mais e lucrar mais e, com o dinheiro do sacrifício do povo mineiro, vai investir em outros Estados e comprar outras companhias de energia elétrica. Tudo por meio do suor e do sangue do trabalhador mineiro, que paga contas elevadas, de valores astronômicos, para que o governo invista em outros Estados. Não somos contra a ampliação, pois temos o maior orgulho da nossa companhia, mas isso não pode ser feito em detrimento dos mais pobres, das pessoas que mais precisam. Imaginem o prejuízo que foi gerado, o caos. Está aqui no jornal: "Um dia de limpeza: morador lamenta descaso. D. Maria da Conceição chora ao ter sua casa alagada". Sabe quantas ligações, Deputado Alencar? Só ontem, 500 mil ligações para religamento de energia. Infelizmente, a Cemig não estava preparada. É a política de terceirização, de corte de despesas, que fez cair muito a qualidade. Grande parte de seus servidores foi terceirizada, o número de mortes aumentou, o investimento está diminuindo. E o que aconteceu? Cai a qualidade. Não investem em novas linhas, não melhoram a qualidade da manutenção nas redes, e está esse caos. Só ontem, 500 mil pessoas solicitando religação. Até agora há pessoas sem energia na Região Metropolitana. Está aqui: "Danos causados por chuvas se repetem em vários bairros de BH. Cenas de pessoas revoltadas com a falta de energia e semáforos desligados, limpando casas, retirando entulhos das ruas, além de galhos e troncos de árvores impedindo o trânsito, foram comuns em várias regiões de Belo Horizonte, ontem, depois dos temporais que castigaram a cidade, na tarde de segunda-feira e na madrugada de terça. As regiões mais atingidas foram Norte, Nordeste e parte do Centro-Sul". Falo e provo. Está aqui o jornal "Hoje em Dia", "O Tempo" "Estado de Minas", todos os jornais.

A meteorologia alertou sobre as possíveis chuvas, então a Cemig já sabia. A meteorologia já avisava que haveria chuva. Infelizmente, a Cemig não se preparou da maneira que deveria, e virou todo esse caos em Belo Horizonte e na Região Metropolitana. E uma preocupação maior ainda com o resto do Estado. Infelizmente, as pessoas nem sequer conseguiram falar, nem sequer conseguiram atendimento do "call center", porque são poucas pessoas atendendo e foram mais de 500 mil ligações. Mas, na hora de querer reajuste, a Cemig não tem dó. Vai na planilha de custo e taca lá, como tacou este ano, 33% de aumento. Quer aumento. No ano passado, queria 23%. Fomos lá, enfrentamos um batalhão de advogados, provamos as irregularidades da planilha de custo. De cada três postes, a Cemig alegava que trocava um por ano. Isso quer dizer

que, em três anos, trocava todos os postes do Estado inteiro. Isso acontece? Não. Gastos com publicidade oficial. Havia um valor na planilha de custo. Fizemos um levantamento de todos os dias do ano no diário oficial. Conferimos e conseguimos comprovar que os dados não batiam. Número de escritórios. A Cemig colocava que tinha 500 escritórios em Minas Gerais. Fizemos o levantamento, a investigação, e não tinha 180. Então, não era verdade o que estava na planilha.

Por isso é que conseguimos, pela primeira vez na história, em 57 anos da Cemig, a primeira redução no valor da conta de luz no ano passado, de 17%. A Cemig queria 22% de aumento. Este ano, ela queria 33% de aumento, e conseguimos que o aumento fosse 4% abaixo da inflação, sendo que a Cemig queria 33%. Da mesma maneira, a Copasa. É o primeiro ano em que Minas Gerais não tem aumento do valor da conta d'água e esgoto. Este ano não houve aumento do valor das contas da Copasa, porque conseguimos impedir na Justiça, pela primeira vez. Pela primeira vez na história, haverá um ano sem aumento do valor da conta d'água e de esgoto. Realmente, é preciso levantar a cabeça, mobilizar, brigar, reivindicar nossos direitos. Infelizmente, se não fizermos isso, os poucos direitos que temos irão por água abaixo. Essa mobilização é importante. Está aqui a situação de caos, o verdadeiro apagão que aconteceu por causa das chuvas, deixando mais de meio milhão de imóveis sem luz na Grande BH - maior número registrado pela Cemig em 57 anos. O dia foi realmente de limpeza e de contar os prejuízos. Muitos prejuízos, pessoas doentes, pessoas transferidas às pressas para o hospital. Às vezes o equipamento estava ligado em casa e, se fosse desligado, a pessoa não respiraria. Tiveram que chamar a ambulância correndo para pessoas não morrerem. A questão de medicamentos. Os pequenos comerciantes perderam seus produtos: leite, queijo, iogurte, carne. O prejuízo é realmente enorme. Foram mais de 500 mil residências na Região Metropolitana. De cada quatro residências, uma ficou sem energia elétrica. Mas, na hora de cobrar os impostos, não tem dó. Em Minas Gerais temos o IPVA mais caro do Brasil. Qual é a alíquota no Espírito Santo? Dois por cento.

Qual é a alíquota do IPVA em Minas Gerais? O dobro, ou seja, 4%. Por exemplo, em Goiás, São Paulo e Mato Grosso, o valor do IPVA é muito mais baixo que em Minas Gerais. Portanto, se compararmos os valores do IPVA pagos nos Estados da Federação, verificaremos que Minas Gerais tem o IPVA mais caro do Brasil. Além do IPVA, é só aqui que se paga taxa de licenciamento. Nos outros Estados, não tem. Se formos aprofundar mais, veremos que, em Goiás, há isenção para veículos com mais de 10 anos. Por outro lado, em Minas Gerais isso é cobrado - e cobra-se caro. Quanto ao ICMS do álcool combustível, em Minas Gerais é 25%; São Paulo, 12%; Goiás, 15%. O ICMS da conta da energia elétrica em Minas é 42%. Na realidade, é o ICMS mais caro do Brasil. Realmente a população não aguenta tanto imposto. Se verificarmos a indústria das multas, veremos na Jaíba os pequenos produtores rurais tendo dificuldade, pois é multa por meio de multa. Por exemplo, um proprietário comprou uma gleba de terra do Estado por R\$80.000,00. No outro dia, o IEF do Estado aplica a esse cidadão uma multa de R\$1.700.000,00. Terá de ficar o resto da eternidade pagando multa para o Estado. Então num dia o pequeno produtor compra a gleba de terra por R\$80.000,00 do Estado, com liberação de poder trabalhar e utilizá-la. No outro, começa a utilizá-la, mas o IEF aplica-lhe uma multa de mais de R\$1.700.000,00. É um absurdo o que a BHTRANS está fazendo. Há despreparo e falta de bom senso, com todo o respeito aos agentes, pois sabemos que muito cumprem a responsabilidade e são mandados. Aqui não há bom senso algum. É a indústria da multa - arrecada-se e arrecada-se, multa-se e multa-se com aquela maquininha. Há uma multa por minuto. Há até prêmio de produtividade, com campeões da caneta. Quanto mais se multa, mais se recebe. Se hoje multaram 20 pessoas e amanhã multarão 25, ganharão prêmio de produtividade e, aliás, homenagem no quadro. Se formos à BHTRANS, veremos a foto e o nome de quem ganhou: "Esse agente fulano de tal é o campeão do mês de outubro. Foi o agente que mais multou. Por isso ganha essa homenagem e recebe o prêmio por produtividade no final do mês". Aliás, houve uma matéria publicada no "Estado de Minas" sobre o assunto. Esse é um verdadeiro desrespeito com a população. Há uma multa por minuto. São mais de 1.700 multas por dia. Por mês são arrecadados mais de R\$100.000.000,00. No último semestre, foram arrecadados mais de R\$22.000.000,00. Então a população não aguenta mais. O papel da BHTRANS seria cuidar do tráfego. Não somos contra. A BHTRANS tem de cuidar do trânsito, assim como a Guarda Municipal dos bens públicos, das escolas e das praças. Agora a Guarda Municipal não pode multar. Aliás, pode cuidar do tráfego e ajudar no trânsito, mas não pode multar da maneira como multam, penalizando aquelas pessoas que, muitas vezes, são injustiçadas.

Ouvi uma reclamação de um motorista de táxi, um senhor de idade. Com todo o respeito, ele me dizia: "Menino, fui multado na mesma semana por duas vezes, no mesmo local e pelo mesmo agente, porque eu estava usando fone de ouvido. Nunca usei um fone de ouvido, nem sei o que é isso". Ele nem sabe o que é fone de ouvido. Ocorreram também várias outras multas irregulares. Não adianta recorrer, porque o cidadão perde recurso. Só para autoridades o recurso na Jari dá certo. Quanto maior for a patente, mais fácil é o cancelamento da multa. Mas infelizmente, para o pobre, o povo, há uma multa atrás da outra. Não tem dó. O povo não aguenta mais isso. Minas Gerais tem a carga tributária mais pesada do País. Em Minas, tudo é mais caro: IPVA, licenciamento, IMCS do álcool, tarifa de água e de esgoto da Copasa - aliás, a água está a preço de vinho, e Copasa cobra por um serviço de esgoto que não é prestado. É uma indústria das multas, uma multa atrás da outra. O Prefeito anunciou que queria mais 76% do IPTU em Belo Horizonte. Dessa forma o povo não aguenta. Agora, se compararmos, infelizmente não há investimento para os servidores como deveria haver. Os menores salários dos servidores públicos do País são de Minas Gerais. Não há como comparar os salários dos servidores deste Estado com os demais. Além do mais, a Polícia Militar não tem auxílio-periculosidade, os professores recebem uma miséria, enquanto o governo gasta mais de R\$2.000.000,00 na construção da nova sede do Centro Administrativo, o correspondente a vários prêmios da Mega-Sena, e que não era prioridade do Estado. Realmente se trata de questão muito séria. Solicitamos providências da Cemig para que não se repita mais o apagão em Belo Horizonte, na RMBH e em todo o Estado. O povo exige respeito, afinal, a conta de energia é muito cara. Levaremos essas informações para Aneel, a fim de mostrar-lhe a situação atual estampada nos jornais: "Apagão e caos na rede elétrica", "Morador lamenta descaso da Cemig", "As primeiras chuvas alagam, destroem e deixam a cidade em trevas", "Chuva transforma tarde em noite: derruba árvores, tumultua o trânsito e causa acidentes na Grande BH", "Cerca de 290 mil imóveis ficaram sem luz na Zona Norte", "Granizo assustou moradores". Agora passam de 500 mil moradores, fora no resto do Estado, onde chegam a quase 2 milhões os habitantes que ficaram sem energia elétrica. Então fica aqui nosso protesto. Cobramos posicionamento firme da Cemig e exigimos dessa empresa respeito para com a população de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia, é com muita tristeza que retorno a esta tribuna para tratar de assunto que julgo ser muito simples para as autoridades públicas resolverem. Há cerca de 10 dias, ocupei esta tribuna para cobrar do Comando da Polícia Militar a adoção de regra geral no que diz respeito aos famosos memorandos que alguns dos seus Comandantes vêm editando nestes últimos anos. São memorandos, portarias e, como diz um dos grandes administrativistas do nosso país, Celso Antônio Bandeira de Mello, quejandos - pelo menos é assim que ele diz, na sua obra de direito administrativo.

Sr. Presidente, hoje tive oportunidade de conversar com o Cel. Gilberto Cabral, Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar, para que ele resolvesse a questão dos memorandos que a Polícia Militar vem fazendo. O que mais nos entristece é que cobramos, e demora muito para obtermos respostas. O Comandante-Geral da Polícia Militar baixa uma resolução; um Major de Betim desfaz a resolução do Comandante-Geral e aplica outra norma por conta própria. Isso vem causando transtornos e tem violado direitos. Refiro-me ao Maj. Alexandre Costa Pinto, que comanda a 177ª Companhia, de Betim. Recentemente, no dia 11/9, ele baixou uma norma, e isso é o que mais me entristece, pois fizemos audiência pública para tratar desse assunto. Deputado Antônio Júlio, julgava que esse assunto seria pequeno demais para ser tratado nesta tribuna. Como se trata de violação de direitos de um cidadão, acredito que não é pequeno, pois viola texto da Constituição da República, viola o devido processo legal e o art. 37, que norteia a administração pública. Qual o primeiro princípio, o princípio balizador, que dá o direcionamento da administração pública em qualquer dos Poderes? É o da legalidade, que está previsto no "caput" do art. 37 da Constituição da República. O Maj. Alexandre Costa Pinto, Comandante da 177ª Companhia, do 33º Batalhão, sediada em Betim, baixou o Memorando nº 4/2009, em 11/9, contrariando - pasmem, senhores e senhoras - a resolução do Comandante-Geral da Polícia Militar baixada em 4/9. O Cel. Renato precisa estar atento. O Comandante-Geral da Polícia Militar, ocupante do cargo mais alto da PM, baixou a Resolução nº 4.041, em 4/9, e o Major, que está comandando apenas uma fração dessa instituição, não obedece, não acata a resolução do Comandante-Geral. E faz as normas a seu bel-prazer, a seu gosto.

Esse é o mesmo Major em cuja companhia policial militar não pode adoecer. Lá só tem "robocop": não pode ficar doente. Se adoecer, vai ao

médico, que dá uma licença, por exemplo, de cinco dias; ele passa pelo médico do batalhão, que homologa, confirma a dispensa, e o Major, no mês seguinte, manda o policial pagar os dias em que teve folga. Então, lá, policial não pode adoecer. A licença vale para qualquer trabalhador do Brasil, menos para a 177ª Companhia, de Betim, pertencente ao 33º Batalhão.

Estou com um caso, o fato concreto de um policial que me encaminhou "e-mail" em 21/9: "Sr. Deputado, sou Soldado da PMMG lotado no 33º BPM. Nas datas de 20 e 21/8/2009, tive de acompanhar a minha esposa em uma cirurgia de emergência, e não pude comparecer ao turno de serviço. Fui licenciado pelo médico da unidade, justificando assim a minha falta. Contudo, o Comandante da companhia à qual estou à disposição me escalou para trabalhar para repor esses dias que estive licenciado, conforme rege o Memorando nº 1, do Comandante do 33º BPM. Peço orientação de como devo proceder, tendo em vista que fui ciente na data de hoje que irei pagar os dois dias em 25/9/2009 e 3/10/2009, dias da minha folga. Desde já agradeço a dedicação e o engajamento na luta pela dignidade e direito dos militares dessa gloriosa corporação".

Sr. Presidente, liguei para o Cel. Gilberto Cabral, Chefe do Estado-Maior, segundo homem na hierarquia da Polícia Militar. Conversei com ele mais cedo, por telefone, e disse: "Comandante, nos ajude. Como um Major de uma companhia pode dar tanto trabalho para um comando, desrespeitando a lei, desrespeitando a ética médica, desrespeitando uma resolução interna do Comandante-Geral baixada em 4/9 e baixando outra no dia 11?". Estou denunciando, Presidente, porque temos algumas pessoas na Polícia Militar que estão legislando. Fizemos aqui uma audiência pública e trouxemos a questão para a Comissão de Justiça, que raramente promove debates, mas que deveria realizar essa discussão porque é ela que exerce o controle preventivo de constitucionalidade nesta Casa. O Corregedor baixou uma nota de instrução em que legisla. Ele tipifica uma conduta administrativa e prevê uma sanção por nota de instrução, mesmo sabendo que a Constituição da República proíbe veementemente esse tipo de edição - memorando, portaria, resolução ou qualquer expediente que tenha esse objetivo. Nos termos do art. 84 da Constituição da República, os Governadores baixarão decreto para o fiel cumprimento da lei. Portarias, memorandos, notas de instrução não podem inovar com relação àquilo que não é permitido nem ao decreto, conforme prevê o art. 59 da Constituição da República, que trata da hierarquia das leis.

O art. 59 da Constituição da República é muito claro, mas, em Betim, encontramos o Maj. Alexandre Costa Pinto. Quero, novamente, fazer um apelo ao Comandante-Geral da Polícia Militar, Cel. Renato Vieira de Souza. A resolução que o senhor baixou no dia 4 de setembro já está sendo desobedecida pelo próprio Maj. Alexandre Costa Pinto, de Betim. Se nem o Major está obedecendo ao Comandante-Geral da Polícia Militar, como ficamos? Como a administração pública, que é regida pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, pode continuar desse jeito?

Volto a dizer que o que mais me entristece, Cel. Renato Vieira de Souza, é a demora na tomada de decisões. O Comandante-Geral da Polícia Militar deveria determinar a apresentação desse Major imediatamente para explicar por que está inovando uma ordem dada por escrito. Mas não: preferem deixar como está. Faço aqui um apelo ao Cel. Renato. Quando o Cel. Renato foi assumir o Comando da Polícia Militar, algumas pessoas me questionaram a respeito da sua postura. As informações que sempre tive foram que o Cel. Renato era um Comandante isento e justo, um Comandante que, independentemente de se tratar de um praça ou de um oficial, tomaria atitudes de forma enérgica. Mas quero revelar ao Cel. Renato que a tropa, Sr. Comandante, já começa a achar que não é bem assim, já começa a achar que o senhor está sendo parcial nas suas decisões. Quando se trata de um praça, as decisões são rápidas, enérgicas; mas, quando se trata de um Oficial que está em desvio de conduta, o processo é conduzido em banho-maria. Reafirmo a confiança que tenho no senhor, porque o conheci como 1º-Tenente e porque foi meu contemporâneo, servindo no Batalhão de Choque, e peço-lhe que continue tendo a mesma postura de antes e não permita que pessoas como esse Major continuem a contrariar a resolução baixada pelo senhor.

Continuo ainda reafirmando o compromisso de ser aqui um Deputado propositivo e de buscar fazer o melhor para as instituições policiais, sendo seu representante neste Poder, de forma coerente, séria e, acima de tudo, com retidão. Esse é o meu compromisso. Não posso admitir, Sr. Cel. Renato e Sr. Cel. Cabral, que pessoas como essas continuem, de forma teimosa, a persistir no erro. Já está aprovado o requerimento que propõe a convocação do Ten.-Cel. Betoni, do Comandante do 33º BPM de Betim, mas terei de fazer um novo requerimento, acrescentando a convocação do Maj. Alexandre Costa Pinto para que compareça a reunião da Comissão de Direitos Humanos, pois há direitos que estão sendo violados. O cidadão policial militar não pode adoecer. Há poucos dias, Deputado Getúlio Neiva, recebi um "e-mail" de um ex-metalúrgico, de cujo nome não me recordo agora, dizendo que, em quase todas as vezes em que assiste à TV Assembleia, me ouviu defender direitos de policiais militares. Ele alega que é ex-metalúrgico e que sofreu muito com a Tropa de Choque da Polícia Militar, quando fazia greve na Fiat. Eu mesmo lhe respondi, pois sempre ajo assim em relação aos "e-mails" mais complexos do meu gabinete. Disse a ele: "o senhor tem razão: quase todas as vezes em que assistir à TV Assembleia, verificará que este Deputado está tentando defender direitos de policiais e bombeiros militares". Faço isso, Deputado Getúlio Neiva - e V. Exa., um homem experiente, um político experiente, conseguiu acompanhar de perto a transição democrática do País -, porque os policiais e Bombeiros Militares ficaram completamente alijados do processo democrático. Para V. Exa. ter uma ideia, até o ano de 2002, quando votamos nesta Casa a Lei nº 14.310, que criou o novo Código de Ética e Disciplinas Militares de Minas Gerais, o policial militar e o bombeiro ficavam presos para averiguação por 13 dias. E olhem quanto tempo depois da Constituição da República! Que averiguação é essa? É por falta administrativa, como chegar atrasado 10 minutos ou deixar de fazer uma continência. Por isso ficávamos presos nos quartéis. É óbvio, portanto, que falo e cobro muito, pois estamos tentando igualar. Como estudante do curso de Direito que sou, ontem, ao mais uma vez avaliar a CLT - criada no governo Getúlio Vargas, em 1943 -, constatamos o quanto o policial militar e o bombeiro militar ficaram alijados do processo democrático. O decreto que faz a consolidação das leis trabalhistas é de 1943 e, nesse tempo, já determinava a carga horária do trabalhador. Até hoje, Deputado Weliton Prado, venho lutando com todas as forças para tentar definir uma carga horária de policial e bombeiro militar. A resolução do Comandante-Geral da PM fala que são 40 horas mínimas, só mínimas. O máximo é o quanto o Comandante da unidade quiser. Por isso há um passivo, Deputado Getúlio Neiva, enorme, para alcançar direitos mínimos, a fim de buscar igualdades com outros trabalhadores. Alegam que policial militar e bombeiro militar possuem estatuto próprio, mas há a Constituição da República. O art. 7º trata do direito dos trabalhadores, e, em um de seus incisos, está: "duração de jornada não superior a 8 horas e, no máximo, 44 horas semanais". Respondi, então, à pessoa que me questionava que o passivo ainda é muito grande. E, Deputado Getúlio Neiva, sou autor de 19 leis nesta Casa. A 20ª está para acontecer, porque o Governador está há poucos dias de sancionar mais uma lei de minha autoria. Mesmo assim o passivo é enorme.

Imagine, Deputado Getúlio Neiva, a carga horária do trabalhador brasileiro foi definida na CLT, em 1943. Passamos por todo o período da ditadura, e até hoje o policial militar e o bombeiro militar não têm carga horária definida. Para os servidores do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, para quem estará ciceroneando o governo do Estado e tantos Secretários de Estado, há carga horária definida. Todo mundo tem carga horária definida, inclusive os da Fazenda, que têm previsão de 40 horas para a chamada dedicação exclusiva. Fiz pesquisa, e todos os servidores públicos do Estado têm carga horária definida em lei, inclusive os da Polícia Civil, o que foi definido agora, em 2005, na Lei Complementar nº 84, no art. 8º. Porém, não há carga horária definida para o policial e o bombeiro militar - são 40 horas mínimas. Aí não há como não ocupar a tribuna para falar dessa matéria. Se o servidor do setor privado e os demais servidores públicos avançaram, será que pedir para definir carga horária de trabalho de policial e bombeiro, Deputado Getúlio Neiva, é pedir demais? E olha que não queremos engessar o Estado. Há projeto tramitando, já fizemos emenda, que foi acatada pelo Deputado Delvito Alves na Comissão de Constituição e Justiça. Estamos, inclusive, abrindo a possibilidade do banco de horas, para que ele trabalhe, passe do horário e depois seja recompensado. Por isso o passivo é muito grande, por isso lutamos aqui, incessantemente, em defesa desse trabalhador.

Sr. Presidente, finalizando, quero dizer ao Cel. Renato Vieira de Souza: Sr. Cel. Renato, ajude-nos. Esse tema não seria trazido à tribuna se o Maj. Alexandre Costa Pinto, que está sob o comando do senhor, não desobedecesse à resolução, após sete dias de ter sido baixada pelo senhor. Então fazemos apelo ao senhor, para que seus olhos não alcancem apenas a Capital, Belo Horizonte; que os olhos e as ações do Comandante-Geral da Polícia Militar alcancem os 853 Municípios. E permita-me: há horas em que alguns, no interior, precisam saber que o Comandante-Geral da Polícia Militar é o Cel. Renato Vieira de Souza. É esse o Comandante-Geral; essa é a maior autoridade da Polícia Militar hoje constituída no nosso Estado, não é o Major que está em Betim. Talvez ele esteja precisando do aceno de V. Exa. para dizer ao menos quem é o Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente, inicialmente gostaria de fazer minhas as palavras do Deputado Sargento Rodrigues, no que tange à necessidade de fixação da carga horária máxima do policial militar e do bombeiro militar. Creio que seja uma incongruência aguardar 66 anos para que seja definida a carga horária máxima de um trabalhador. Deputado Sargento Rodrigues, receba a minha solidariedade nessa luta que dura 66 anos.

Sr. Presidente, é um dia muito alegre para todos nós de Teófilo Otôni e do Vale do Mucuri. Estamos num momento em que o governo do Estado definiu uma conduta importante em relação à ZPE que será instalada nessa cidade. Tenho ocupado esta tribuna desde 2007, defendendo a possibilidade de constituirmos novamente a legislação, que foi destruída no governo anterior, para recuperar a posição que tínhamos no passado relativamente às ZPEs.

Lembro-me muito bem, Sr. Presidente, de que, Prefeito da cidade de Teófilo Otôni em 1983 e 1984, reunidos com o empresário Rêlede, Kalil Lassim Elawar, e com o Deputado Federal Luiz Leal, definíamos que tentaríamos fazer no Brasil uma lei que pudesse criar as ZPEs. Pois bem, Sr. Presidente. Não era nada novo; era novo apenas no Brasil. Já tinham a experiência da Zona Franca de Manaus, que, no entanto, é diferente de uma ZPE. Nós nos baseávamos, na época, na experiência dos Tigres Asiáticos - de Hong Kong, de Singapura, de Taiwan - e até de Barcelona, na Espanha, que implantou uma ZPE, e nas várias ZPEs existentes na Rússia, na China, na Índia e nos Estados Unidos da América. Foram experiências exitosas. Os Tigres Asiáticos apareceram, destacaram-se, cresceram a taxas altíssimas e a uma velocidade tremenda, exatamente em função da existência das ZPEs. Aquele sonho de 1983 e 1984 acabou virando realidade. O Deputado Luiz Leal conseguiu emplacar, já no governo do Presidente Sarney, em 1988, a aprovação dessa lei. Para isso, levou a Teófilo Otôni o então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ibsen Pinheiro, o relator do projeto, para conhecer de perto as realidades empresariais na área da mineração que tínhamos nessa região de Minas Gerais, e a lei foi aprovada. Nessa lei, abriu-se inscrição para que cidades de áreas deprimidas pudessem habilitar-se para construir em seus Municípios as ZPEs. Teófilo Otôni habilitou-se, e eu era Prefeito. Habilitamo-nos. E essa habilitação, Sr. Presidente, fez com que esperássemos um pouco mais por um decreto de regulamentação, que seria feito pelo governo federal. Saindo da Prefeitura, passei um tempo como Secretário Municipal, como Secretário de Estado, e voltei a ser político, com mandato, como Deputado Federal.

Como Deputado Federal, trabalhei loucamente para fazer a regulamentação das ZPEs. Consegui, na reta final do mandato de Collor e de Itamar Franco, extrair de Itamar autorização para implantação das obras das ZPEs de Teófilo Otôni. Com essa decisão em mãos, Sr. Presidente, procurei o Prefeito, Dr. Samir, e, juntamente com ele e com o empresário Rêlede, encaminhei ao governo do Estado, ao então Governador Eduardo Azeredo, solicitação de recursos para investimento nas ZPEs de Teófilo Otôni. Conseguimos, na oportunidade, do Governador Eduardo Azeredo investimentos por meio da Minas Gerais Investimentos - MGI -, que adquiriu ações da Zepex, empresa que dirigiria os destinos das ZPEs.

Essas ações foram adquiridas, e o dinheiro foi aplicado na urbanização do parque da cidade onde se localizaria a ZPE. Foi canalizado um trecho de rio, construídas pontes, abertas ruas, feitos asfaltamentos, construídos o prédio da alfândega e o prédio administrativo. Essa estrutura está lá, desde aquela época. Mas veio o governo Fernando Henrique e simplesmente destituiu o Conselho Nacional da ZPE, que apreciaria os projetos a serem implantados naquelas unidades industriais exportadoras. Nosso sonho foi derrubado de uma pancada.

Ao longo do meu mandato como Prefeito, de 2001 a 2004, disse ao meu Vice-Prefeito, Dr. Ademir Camilo, que era preciso termos novamente um Deputado Federal para fazer andar o processo, para retomar a construção da legislação sobre a ZPE. O Ademir Camilo decidiu aceitar o repto, o desafio. Meu Vice-Prefeito, que saiu candidato a Deputado Federal, acabou ficando na primeira suplência, mas assumiu dois anos depois. Ele cumpriu sua tarefa: fez as diligências necessárias, elaborou os projetos, acompanhou o processo, trabalhou junto às comissões, fez com que a Câmara Federal, com que o Senado da República aprovasse novamente tudo aquilo que no passado havia sido aprovado.

Reconstruímos as estruturas das ZPEs do Brasil. O Presidente Lula, aqui em Belo Horizonte, numa reunião conosco - comigo, com o Ademir Camilo, com o Governador Aécio Neves -, no fundo do Palácio das Artes, fez alguns acertos. O Presidente Lula afirmou que aprovaria o projeto, desde que tivesse a possibilidade de vetar alguns artigos dos quais ele discordava. O Presidente Lula os vetou. Demorou um pouco, mas acabou enviando esses vetos e aprovando a legislação, com algumas mudanças e adequações. Então, começamos tudo de novo.

Só que, Sr. Presidente, no andar da carruagem, ao longo de todo esse período, o empresário Kalil Kassim Elawar, que chamamos de Rêlede, ficou sozinho. Ele adquiriu todas as ações desse complexo, suportou todas as agruras do tempo passado, empenhou bens pessoais e endividou-se em R\$13.500.000,00 com o BDMG, como o BNDES e com o Banco do Brasil, sustentando a ideia da ZPE. Iludido que estava pela promessa de que Lula resolveria o problema, ingressou no processo político de maneira desastrosa. Hoje, nossa ZPE está num processo dificultoso. Não há saída. No ano passado, tivemos eleições municipais e, mais uma vez, a ZPE foi usada como arma. Prometeram, em "outdoors" espalhados pela cidade, em folhetos distribuídos, que a ZPE estaria em funcionamento em dezembro de 2008, com 10 mil empregos diretos e 40 mil indiretos. A autora dessa façanha foi eleita Prefeita de nossa cidade. Foi um grande golpe publicitário. Foi um golpe maravilhoso, de dar inveja a Maquiavel. Nem Maquiavel seria capaz de montar uma estrutura tão benfeita; tão benfeita que ela passou pela Justiça Eleitoral incólume, assumindo o poder.

Agora, no dia 2 de outubro, completamos um ano da promessa de que estaria funcionando em dezembro de 2008. Sr. Presidente, há três meses, fui ao Governador do Estado, depois de muitas diligências, pesquisas, verificações e entendimentos junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, ao BDMG. Quando encontramos o Governador, já tínhamos um pacote arrumado do que é a dívida, do que haveria de ser feito e em que posição estava a ZPE. Esclarecida a situação ao Governador, S. Exa. decidiu - e aqui estamos dando a notícia - determinar que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a Codemig e o BDMG estudem a compra de 51% das ações da ZPEX de Teófilo Otôni para investir mais e fazê-la funcionar.

Estamos em um momento importantíssimo. Nos últimos meses, havíamos conversado sobre isso, na tentativa de o empresário que hoje detém 97% das ações pudesse vendê-las. Ele se recusava, querendo vender apenas 40%. Mostramos que não havia jeito, porque o Estado não poderia ser acionista minoritário em processos como esse. No caso, conseguimos vencer essa resistência. O empresário Rêlede resolveu aceitar a proposta do governo. Estamos na fase final das negociações, vendo que tipo de terreno entra, qual o tamanho do terreno e da estrutura, qual o tamanho da dívida da ZPEX. O governo já autorizou a recomposição dessa dívida toda junto ao BDMG, ao BNDES, ao Banco do Brasil, a fim de que esse controle acionário passe imediatamente ao Estado, para que invista fortemente e transforme a ZPE de Teófilo Otôni em realidade.

Sr. Presidente, temos urgência. O governo Aécio Neves termina no ano que vem. O nosso Governador talvez já esteja fora do governo em março, para ser candidato a Presidente da República. Temos urgência. Há necessidade de um apelo dramático desta Casa, direcionado ao nosso empresário Rêlede, para que aceite as determinações do governo. O governo não pode fazer negócio escuso, tem de fazê-lo às claras, limpo, bonito e benfeito. O governo está determinado não só a renegociar a dívida como a comprar o controle acionário e investir recursos do Estado para fazer funcionar a Zona de Processamento de Exportação de Teófilo Otôni.

O jornal "Diário do Comércio" é o único jornal na Capital que fala sobre esse assunto. E fala de maneira extensa, mostrando os detalhes. Quem conhece o mundo e como funcionam as economias percebe que estamos no caminho certo. O Brasil está atrasado em relação à ZPE. Na época do Presidente Sarney, quando foi aprovada a primeira lei autorizando a criação de ZPEs, já estávamos atrasados. Em 2009, estamos atrasadíssimos. É preciso percebermos que as Zonas de Processamento de Exportação foram o motor da transformação da China, que disputa hoje o 1º lugar como potência mundial com os Estados Unidos da América. É preciso mostrar a beleza de Taiwan, a maravilha de Hong Kong, a beleza de Cingapura, o nível de vida desses povos, o volume de exportação e o controle que esse povo tem das finanças do mercado mundial, interferindo em todos os países, inclusive no Brasil.

Sr. Presidente, sabemos que a velocidade das transformações que se processaram talvez tenha pego muita gente de surpresa. Nós, legisladores, às vezes também perdemos um pouco o bonde da história, porque a transformação é rápida e forte. Estamos na era da cibernética, da robótica e da informática, em que as coisas andam muito depressa. É preciso também assumirmos essa posição de vanguarda, de não permitir que os avanços tecnológicos sejam mais rápidos que a nossa consciência de fazer o bem público. A ZPE de Teófilo Otôni pode efetivamente transformar-se em realidade; não daqui a um, dois, três meses ou no fim do ano, como prometeram no ano passado, às vésperas da eleição. Se não agirmos agora, comprometeremos a existência futura da ZPE. Ela vem em hora diferenciada, em momento completamente diferente, quando se descobre, na região Nordeste de Minas, pertinho de Teófilo Otôni, uma megajazida de minério de ferro de 12.000.000.000t, com previsão para início de exploração em 2011.

Poderemos muito bem beneficiar as cidades daquela região: Cachoeira de Pajeú, Divisa Alegre, Taiobeiras, Salinas, Porteirinha, Grão-Mogol, Jenipapo de Minas, Chapada do Norte, Berilo, Virgem da Lapa, Araçuaí, todas essas cidades da região do Médio Jequitinhonha e de parte do Norte de Minas poderão beneficiar-se largamente com a exploração dos minérios ali existentes. Mas como podemos arrancar esses minérios sem estrada de ferro?

A outra ideia que defendemos é não permitir que essa empresa - que já tem até nome, é um consórcio chamado Novo Horizonte, formado pela Companhia Siderúrgica Nacional, pela Vale, pela Giba, da Bahia, pela Votorantim e por mais outra empresa de cujo nome não me lembro - faça um mineroduto. Esse consórcio, que já vai explorar o minério de ferro, iniciou os seus trabalhos pensando em fazer mineroduto, e temos de reagir para que isso não aconteça. Isso porque, na verdade, as jazidas não aparecem só nesse pequeno enclave de 12.000.000.000t, vez que os próprios técnicos, ao fazer os levantamentos, afirmam que, mesmo sem ver todas as estimativas, sabem que há uma reserva maior que 20.000.000.000t, o que significa termos talvez a maior jazida de minério de ferro do mundo implantada no Vale do Jequitinhonha e em parte do Norte de Minas.

A ZPE aí se encaixa. Se pudermos, em vez de exportar o minério bruto, plantar eucalipto, produzir carvão e fazer ferro-gusa em todos os Municípios do Vale do Jequitinhonha, também poderemos transportar o gusa pronto para uma aciaria que poderá ser feita na ZPE de Teófilo Otôni. Exportar o aço puro, pronto e acabado seria muito mais inteligente, porque naquela região há uma oportunidade única de redenção do seu povo e da sua gente e de refazimento de todo o seu caminhar, isto é, de reconstrução de toda a sua história. É um momento especial e magnífico, que não podemos perder.

Apelo, de forma aberta e clara, aos companheiros, amigos do empresário Kalil Kassim Elawar, o popular Rêlede, para que venha a Belo Horizonte o mais rápido possível, apesar de já ter vindo algumas vezes, e feche negócio, ou melhor, inscreva o seu nome na história, não como o homem que atrapalhou a ZPE, mas como o homem que suportou todos os ônus que a ZPE trouxe ao longo dos anos, configurando uma participação histórica, negociando com o governo do Estado e entregando o controle acionário para que o Estado, assim como a Codemig está fazendo com a exploração do gás no Vale do São Francisco, na região Norte de Minas, possa fazer o mesmo na região do Nordeste mineiro.

O que queremos é um investimento pesado na ampliação das pesquisas minerais, na quantificação dessas reservas, vez que elas são muitas. Não é só minério de ferro, mas também granito, quartzito, estanho, chumbo, bório, tório e lítio, que também aparecem na região de Araçuaí. Sem falar no grafite de Salto da Divisa e Pedra Azul, no caulim de Padre Paraíso e no calcário de Poté, ou seja, nas diversas e vastas ocorrências minerais existentes na região, que precisam urgentemente de uma ação, e essa ação o Governador já se comprometeu a fazer. Aliás, ele me disse, de forma clara, que eu poderia encaminhar o processo junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que ele se incumbiria de pedir ao BDMG para chamar o devedor para negociar. Entretanto, ainda precisamos da boa vontade do controlador das ZPEs.

Meu amigo Rêlede, um apelo que faço publicamente aqui, da tribuna da Assembleia e pela TV Assembleia, é que venha acertar. O Dr. Júlio Laender está autorizado por nós a ser o intermediário nessas negociações, para que possamos, juntamente com o Dr. Aécio Cunha, trilhar esse caminho diferenciado e construir um novo futuro para Teófilo Otôni e para o Nordeste mineiro. Não podemos perder essa oportunidade, de nos transformar, num futuro muito próximo, de região pobre e desassistida ao longo dos anos em região de pujante economia, com renda "per capita" elevada e felicidade geral para o seu povo.

Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, apenas esse primeiro investimento de R\$2.400.000.000,00 do Consórcio Novo Horizonte irá gerar 3 mil empregos diretos, imediatamente, a partir de 2011, na região de três Municípios.

Se explorarmos todos os minérios existentes na região por meio de uma estrada de ferro, já sonhando, pensando e planejando uma aciaria colocada na ZPE de Teófilo Otôni, certamente, Sr. Presidente, construiremos a base sólida de uma economia vibrante para toda a região do Nordeste mineiro, sobretudo com uma influência muito forte da região Norte de Minas, chegando ao Noroeste e até a Brasília. Na verdade, os portos do Sul da Bahia e do Norte do Espírito Santo poderão abrir-se em novas oportunidades, evitando essa briga que vemos hoje para que a MMX e a Mineração Samarco comprem um pedaço de porto. Cada mineração de Minas está doída procurando um pedaço de porto para exportar minério. Mas não temos porto. O Sul da Bahia e o Norte do Espírito Santo estão inexplorados nessa área portuária, e há um vasto território. Muitos de nós o conhecemos. O João Carlos mesmo visita muito o Sul da Bahia e o Norte do Espírito Santo e sabe do que estou falando. Há infinitos mares e oportunidades de termos portos no Sul da Bahia e no Norte do Espírito Santo para atender à grande produção do Nordeste, do Norte e do Noroeste de Minas e de fazermos a ligação ou a interligação de Brasília com o Oceano Atlântico, visando a exportação para os países da Europa e da África.

Sr. Presidente, meu tempo se esgotou. Perdoe-me o alongamento, mas este assunto realmente me prende e me deixa emocionado. Estamos no limiar de um tempo novo, de um instante diferenciado, de um momento mágico de transformação. O Nordeste mineiro precisa aceitar o repto do Governador Aécio Neves. Diretores da Zepex, administradora da ZPE, se vocês realmente amam a sua, a nossa Teófilo Otôni, se amam o Nordeste mineiro, vendam o controle acionário para que o governo faça funcionar a ZPE e gere os empregos que, no passado, mentrosamente foram prometidos ao nosso povo, mas que podem ser transformados em realidade em um futuro muito próximo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 28/9/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Fábio Avelar

nomeando Rene de Souza Amaral para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/05, observado o disposto nas Leis nºs 8.443, de 6/10/83, e 15.014, de 15/1/04, nas

Leis Complementares nºs 64, de 25/3/02, e 100, de 5/11/07, e na Deliberação da Mesa nº 2.420, de 3/6/08, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 31/8/09, a servidora Itália Fausta Machado de Grisolia, CPF nº 318.696.536-53, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/05, observado o disposto na Lei nº 15.014, de 15/1/04, na Lei Complementar nº 64, de 25/3/02, e na Resolução nº 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 1º/9/09, a servidora Maria das Graças Alves, CPF nº 275.251.476-04, ocupante do cargo Analista Legislativo – Consultor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL COM DEDUÇÃO DE INATIVOS E PENSIONISTAS		
ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER LEGISLATIVO		
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2009		
LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I (Portaria STN nº 577, de 15/10/2008)	R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (7)	
	SETEMBRO/2008 A AGOSTO/2009	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	619.721.648,51	
Pessoal Ativo	462.469.295,42	
Pessoal Inativo e Pensionistas	157.252.353,09	
Outras despesas c/pessoal decorrentes de contratos de terceirização (LRF- art.18,§ 1º)	0,00	
Despesas não Computadas (LRF, art. 19, § 1º) (II)	283.872.067,84	
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (1)	2.590.712,53	
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	
(-) Despesas de Exercícios Anteriores (2)	104.341.359,21	
(-) Inativos com Recursos Vinculados (3)	48.458.651,73	

	(-) Pensionistas (4)	1.686.068,26	
	(-) Inativos(5)	107.107.633,10	
	(-) Despesas de Caráter Indenizatório (6)	19.687.643,01	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I - II)		335.849.580,67	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		335.849.580,67	
<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u>		VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		28.653.853.644,21	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		1,1721%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,2272%		638.178.628,36	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,1158%		606.258.235,40	
FONTE: RCL: SCCG/SEF; dados da execução: Safci - SIAFI-Assembleia			
Notas:	(1)	Indenizações por exoneração de servidores de recrutamento amplo:	
		Férias-prêmio pagas por ocasião da exoneração (elemento/item 3.1.90.16-05) - R\$362.029,60;	
		Férias e adicional de férias pagos por ocasião da exoneração(elemento/item 3.1.90.94-01) - R\$2.228.682,93.	
	(2)	Despesas de exercícios anteriores referentes ao período de 1994 a 2002;	
	(3)	Contribuições previdenciárias, servidores e patronais FUNFIP e FUNPEMG - art.19, VI, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;	
	(4)	Despesas com pensionistas, nos termos do art. 3º da IN TCEMG nº 1, de 18/04/01, com a redação dada pela IN nº 5, de 19/12/01;	
	(5)	Conforme Instruções Normativas TCEMG nºs 1 e 5/2001, deduzindo-se as contribuições previdenciárias dos servidores e patronais FUNFIP e FUNPEMG da linha "Inativos com Recursos Vinculados(3)";	
	(6)	Despesas não computadas no art. 18, caput, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000:	
		Despesas de caráter indenizatório inerentes à atividade parlamentar: art. 3º da Resolução nº 5.200/2001 - Deliberação da Mesa nº 2.331/2003 (elemento/item 3.1.90.93-08) - R\$17.952.281,34;	
		Férias-prêmio pagas por ocasião da aposentadoria (elemento/item	

		3.1.90.16-05) - R\$1.735.361,67
	(7)	Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: a) despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320, de 1964; b) despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964.
Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Hely Tarquínio, 2º-Secretário - Sargento Rodrigues, 3º-Secretário - Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral - Antoninho Rodrigues Goulart, Diretor de Finanças e Informática - Rogério Gurjão Pinheiro, Gerente-Geral de Finanças e Contabilidade.		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL SEM DEDUÇÃO DE INATIVOS E PENSIONISTAS		
ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER LEGISLATIVO		
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A AGOSTO DE 2009		
LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I (Portaria STN nº 577, de 15/10/2008)		R\$1,00
<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS (5)	
	SETEMBRO/2008 A AGOSTO/2009	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	619.721.648,51	
Pessoal Ativo	462.469.295,42	
Pessoal Inativo e Pensionistas	157.252.353,09	
Outras despesas c/peçoal decorrentes de contratos de terceirização (LRF-art.18,§ 1º)	0,00	
Despesas não Computadas (LRF, art. 19, § 1º) (II)	175.078.366,48	
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (1)	2.590.712,53	
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	

	(-) Despesas de Exercícios Anteriores (2)	104.341.359,21	
	(-) Inativos com Recursos Vinculados (3)	48.458.651,73	
	(-) Despesas de Caráter Indenizatório (4)	19.687.643,01	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I - II)		444.643.282,03	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		444.643.282,03	
<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u>		VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		28.653.853.644,21	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		1,5518%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,2272%		638.178.628,36	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,1158%		606.258.235,40	
FONTE: RCL: SCCG/SEF; dados da execução: Safci - SIAFI-Assembleia			
Notas:	(1)	Indenizações por exoneração de servidores de recrutamento amplo:	
		Férias-prêmio pagas por ocasião da exoneração (elemento/item 3.1.90.16-05) - R\$362.029,60;	
		Férias e adicional de férias pagos por ocasião da exoneração(elemento/item 3.1.90.94-01) - R\$2.228.682,93.	
	(2)	Despesas de exercícios anteriores referentes ao período de 1994 a 2002;	
	(3)	Contribuições previdenciárias, servidores e patronais FUNFIP e FUNPEMG - art.19, VI da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;	
	(4)	Despesas não computadas no art. 18, caput, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000:	
		Despesas de caráter indenizatório inerentes à atividade parlamentar: art. 3º da Resolução nº 5.200/2001 - Deliberação da Mesa nº 2.331/2003 (elemento/item 3.1.90.93-08) - R\$17.952.281,34;	
		Férias-prêmio pagas por ocasião da aposentadoria (elemento/item 3.1.90.16-05) - R\$1.735.361,67	
	(5)	Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as	

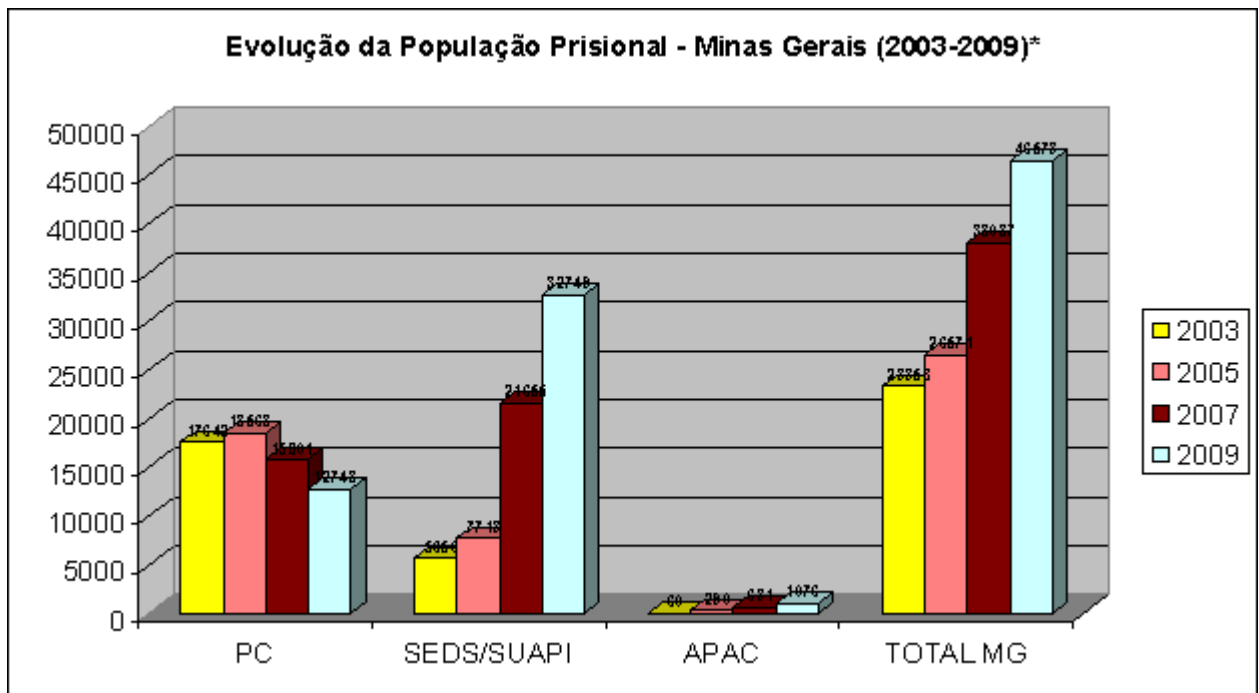
despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: a) despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320, de 1964; b) despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Hely Tarquínio, 2º-Secretário - Sargento Rodrigues, 3º-Secretário - Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral - Antoninho Rodrigues Goulart, Diretor de Finanças e Informática - Rogério Gurjão Pinheiro, Gerente-Geral de Finanças e Contabilidade.

ERRATA

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL DA EXECUÇÃO Das PENAS NO ESTADO

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 25/9/2009, na pág. 73, col. 4, item 4.2, após o segundo parágrafo, insira-se o gráfico que se segue.



E, na pág. 74, col. 1, item 4.2, após o título "Projeção de crescimento da população prisional estadual até 2011", insira-se o gráfico que se segue.

